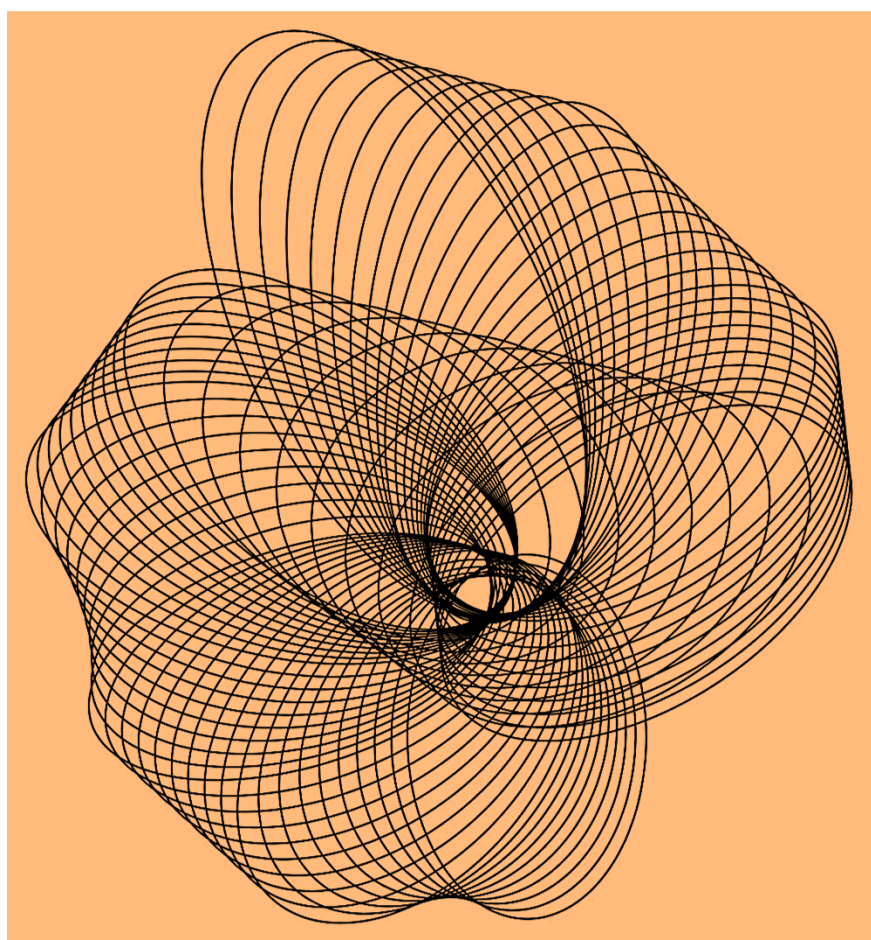


histórias' história

UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)



ARTIGOS LIVRES

DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5r10>

VOLUME 5, NÚMERO 10, Ago. Dez. 2017



histórias
história
revista do programa de pós-graduação em história - UnB

UnB

Universidade de Brasília

PPGHIS

Programa de Pós-Graduação em História

Coordenador

André Gustavo de Melo Araújo

Coordenador adjunto

Marcelo Balaban

Expediente

Volume 5, número 10, ago.dez. 2017

Editor chefe

André Cabral Honor (UnB)

Conselho Editorial

Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)

Jorge Fernandes Alves (Universidade do Porto)

Maria de Deus Manso (Universidade de Évora)

Renilso Rosa Ribeiro (UFMT)

Rodrigo Nunes Bentes Monteiro (UFF)

Conselho Consultivo

Adriana Maria de Souza Zierer (UEMA)

Carla Mary S Oliveira (UFPB)

Claiton Marcio da Silva (UFFS)

Cristiano Luís Christillino (UEPB)

Elizabeth Cancelli (USP)

Eloísa Pereira Barroso (UnB)

Friedrich Jaeger (Universidade

Witten/Herdecke)

Gerson Galo Iedezma Meneses (UNILA)

Henrique Espada Lima (UFSC)

Juçara Luzia Leite (UFES)

Luiz Duarte Haele Arnaut (UFMG)

Macário Lopes de Carvalho Júnior (UEAM)

Manuela Santos Silva (Universidade de Lisboa)

Marcelo Cândido da Silva (UnB)

Marcelo de Souza Magalhães (UERJ)

Marcelo Fronza (UFMT)

Margarida Maria Dias de Oliveira
(UFRN)

Maria Lêda Oliveira (USP)

Matthias Haake (Westfälische Wilhelms-
Universität Münster)

Mauro César Coelho (UFPA)

Nilton Pereira (UFRS)

Patrícia Melo Sampaio (UFAM)

Sabrina Mara Sant'Anna (UFRB)

Sérgio da Mata (UFOP)

Editores

André Cabral Honor (UnB)

Revisão

André Cabral Honor (UnB)

Secretariado executivo

Amanda do Couto e Silva Pinheiro (UnB)

José Vitor Canabrava (UnB)

Kairo Hamã Freitas Campos (UnB)

Lucas Lucas Silva Novais (UnB)

Manuela Muguruza de Moraes (UnB)

Marcos Paulo Teixeira (UnB)

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos artigos e resenhas, assim como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

A revista agradece imensamente aos pareceristas ad hoc que contribuíram a essa edição

Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil
Ana Mónica Henriques Lopes - Universidade Federal de Ouro Preto- Brasil
André Luis R Soares - Universidade Federal de Santa Maria - Brasil
Angela Maria Grando Bezerra - Universidade Federal do Espírito Santo- Brasil
Ana Maria Petraitis Liblik - Universidade Federal do Paraná - Brasil
Angelo Adriano Faria de Assis - Universidade Federal de Viçosa - Brasil
Ariel Matias Blanco – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Brasil
Arthur Alfaix Assis – Universidade de Brasília - Brasil
Bruno Martins Boto Leite - Universidade Federal Rural de Pernambuco - Brasil
Iranilson Buriti - Universidade Federal de Pernambuco - Brasil
Isabel Cristina Martins Guillen - Universidade Federal de Pernambuco - Brasil
Jaime Ricardo Teixeira Gouveia – Centro de Histórias do Além-mar - Portugal
Jó Klanovicz - Universidade Estadual do Centro-Oeste - Brasil
Juliana Miranda Filgueiras - Universidade Federal de Alagoas - Brasil
Juvandi de Souza Santos - Universidade Estadual da Paraíba - Brasil
Fernando Gil Portela Vieira - Universidade de São Paulo - Brasil
Haroldo Loguercio Carvalho - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil
Luciano Magela Roza - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Brasil
Maria Cristina Dantas Pina - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil
Maria do Socorro Pinheiro - Universidade Estadual da Paraíba - Brasil
Marlon Brandt - Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
Maciel Henrique Carneiro da Silva - Instituto Federal de Pernambuco - Brasil
Marcos Antônio da Silva - Universidade de São Paulo - Brasil
Mateus Gamba Torres - Universidade de Brasília - Brasil
Mauricio Cardoso - Universidade de São Paulo - Brasil
Mércia de Vasconcelos Pinto - Universidade de Brasília - Brasil
Noelia Alves de Sousa - Universidade Estadual do Ceará - Brasil
Renata Cristina de Sousa Nascimento - Universidade Federal de Goiás - Brasil
Ricardo Santhiago Corrêa – Universidade Estadual de Campinas - Brasil
Surya Aaronovich Pombo de Barros - Universidade Federal da Paraíba - Brasil
Susane Oliveira - Universidade de Brasília - Brasil
Teresinha Marcis - Universidade Federal da Bahia - Brasil
Vinicius Pontes Spricigo - Universidade Federal de São Paulo - Brasil

SUMÁRIO

Editorial	1
ARTIGOS LIVRES	
“QUE SEJA ABSOLUTO DA PENA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFESA DOS RÉUS EM PROCESSOS INQUISITORIAIS DA “PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL” <i>Alécio Nunes Fernandes</i>	3
LIBROS, CÁBALA Y MAGIA EN EL REINO DE MALLORCA: EL CASO DE LAS CLAVÍCULAS DE SALOMÓN (<i>MAFTEAH SHELOMOH</i>) ¹ <i>Antoni Picazo Muntaner</i>	23
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS ESTATAIS E DIREÇÕES AO PROFESSOR NOS LIVROS DIDÁTICOS VOLTADOS AO ENSINO SECUNDÁRIO (1930-1960) <i>Fábio Ribeiro</i>	40
PATRIMÔNIO IMATERIAL, MOVIMENTOS AFROS E ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS NA AULA DE HISTÓRIA <i>Jaqueline Aparecida Martins Zarbato</i>	61
MULHER, OPERÁRIA: O LABOR FEMININO OCUPANDO O ESPAÇO PÚBLICO DO TRABALHO (BELÉM, 1930-1935) <i>José Ivanilson da Luz Rodrigues</i>	76
ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE, OS POTIGUARA. ESTUDO ETNO-HISTÓRICO, NARRATIVAS DE MEMÓRIA E RITUAIS, A REVISITAÇÃO E O TURISMO <i>José Manuel Simões</i>	95
A CORTE ITINERANTE: ESPAÇOS DE PODER E DE PRESTÍGIO EM CASTELA (SÉC. XV) <i>Scarlett Dantas de Sá Almeida</i>	108
RESENHA	
RAMA, Ángel. <i>A cidade das letras</i> . São Paulo: Boitempo, 2015. <i>Ana Cláudia Pinto Corrêa</i>	129

EDITORIAL

Fazer um novo número da Revista história, histórias é sempre uma atividade carregada de sentimentos ambíguos pois ao mesmo tempo que é com prazer e orgulho que trazemos a luz do debate novas perspectivas de pesquisa e abordagens, trata-se sempre de um trabalho árduo, minucioso, que envolve atenção aos detalhes e toma um tempo que nós, professores, pouco dispomos. Se não fosse a grata disposição voluntária dos alunos que formam o secretariado executivo da revista não seria possível torna-la uma realidade. Amanda, Kairo, Lucas, Marcos Paulo, José e Manuela, esta edição é dedicada a vocês.

O presente número, de temática livre, traz dois artigos de pesquisadores estrangeiros, cinco contribuições de pesquisadores nacionais e uma resenha.

Repensando os processos inquisitoriais, o professor Alécio Fernandes em seu artigo *Que seja absoluto da pena”: considerações sobre a defesa dos réus em processos inquisitoriais da “primeira visitação do santo ofício às partes do Brasil* busca analisar quatro processos inquisitoriais em que os acusados foram absolvidos ou obtiveram uma pena branda no intuito de questionar a ideia generalizada na historiografia de que a defesa nesse tipo de processo era algo pro forma. Pensando a temática inquisitorial Antoni Muntaner em seu artigo *Libros, cábala y magia en el reino de mallorca: el caso de Las clavículas de salomón (mafteah shelomoh)* nos traz uma profícua análise de uma fascinante fonte, um livro sobre magia censurado pelo tribunal.

A pesquisa intitulada *Instruções metodológicas estatais e direções ao professor nos livros didáticos voltados ao Ensino secundário (1930-1960)* de autoria de Fábio Ribeiro analisa as diretrizes voltadas aos professores dentro do material didático. Ainda na temática sobre o ensino, apresentamos o artigo *Patrimônio imaterial, movimentos afros e estratégias didáticas na aula de História* de autoria de Jaqueline Zarbato que traz para o debate a fundamental discussão sobre patrimônio e cultura afro.

Tomando como ponto de partida as categorias de gênero, dominação masculina e representação social, José Ivanilson Rodrigues em seu artigo *Mulher, operária: o labor feminino ocupando o espaço público do trabalho (Belém, 1930-1935)* mostrou o avanço da ocupação do espaço público pela mulher operária na década de 30 na cidade de Belém no Pará.

Em artigo intitulado *Entre a tradição e a modernidade, os Potiguaras. Estudo etno-histórico, narrativas de memória e rituais, a revisitação e o turismo* José Manuel Simões alia o discurso do turismo com a preservação do patrimônio dos índios potiguaras na Paraíba.

Movimentando-se para o fim da edição, o artigo *A corte itinerante: espaços de poder e de prestígio em Castela (séc. XV)* de autoria de Scarlett Dantas de Sá Almeida traz uma nova perspectiva sobre as festas e autoridades na região de Castela no século XV.

E por último, a resenha escrita por Ana Cláudia Pinto Correa do livro *A cidade das letras* de autoria do crítico literário uruguaio Rama Ángel debatendo os projetos urbanizadores da América em comparação com os ideais europeus.

Resistência. Essa é a palavra que identifica a feitura dessa edição. Enquanto a pesquisa brasileira sofre com os sucessivos cortes orçamentais que impedem a sua ampliação e comprometem a sua existência, a Revista história, histórias resiste, cumprindo com seu papel de veículo acadêmico de propagador da pesquisa histórica.

Profº Dr. André Cabral Honor

Editor-chefe da Revista história, histórias

Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília

**“QUE SEJA ABSOLUTO DA PENA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
DEFESA DOS RÉUS EM PROCESSOS INQUISITORIAIS DA
“PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL”**

**“BE ACQUITTED”: CONSIDERATIONS ABOUT THE DEFENSE OF
THE ACCUSED IN PROCESSES OF THE FIRST INQUISITORIAL
VISITATION TO BRAZIL**

Alécio Nunes Fernandes

Professor do Centro Universitário Projeção, Brasil
Mestre em História pela Universidade de Brasília, Brasil
e-mail: alecionunesfernandes@gmail.com

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.10995>

Recebido em 03 de setembro de 2017

Aprovado em 10 de Janeiro de 2018

RESUMO

No presente texto pretende-se discutir uma afirmação que parece ser usual na historiografia: o direito de defesa na Inquisição portuguesa seria um *pro forma* jurídico, servindo apenas para legitimar a perseguição injusta e arbitrária infligida aos réus daquele Tribunal. Para tanto, as fontes primárias trazidas à discussão são quatro processos da Primeira Visitação ao Brasil, os quais tiveram como sentença a absolvição ou a condenação dos réus a penas que podem ser consideradas brandas pela historiografia especializada. O objetivo é refletir sobre como considerações relativas à defesa dos acusados – necessidade de provas para condenar, circunstâncias atenuantes para a definição das penas, possibilidade de defesa formal, valoração da “qualidade” dos réus – foram decisivas na definição das sentenças prolatadas pelo primeiro visitador, Heitor Furtado de Mendonça.

Palavras-chave: Inquisição portuguesa, Primeira Visitação, Defesa.

ABSTRACT

In this paper, we intend to discuss a statement that seems to be common in historiography: the right of defense in the Portuguese Inquisition would be a legal formality, serving only to legitimize the unjust and arbitrary persecution inflicted on the defendants of that Court. Therefore, the primary sources brought to discussion are four processes of the First Inquisitorial Visitation to Brazil, which had as their sentence the acquittal or condemnation of the defendants to punishments that can be considered lenient by the historiography on the subject. The aim of this study is to reflect on how considerations relating to the defense of the accused – the need of evidence to condemn, mitigating circumstances for the definition of penalties, possibility of formal defense, valuation of the “quality” of the defendants – were decisive in defining sentences rendered by the first visitor, Heitor Furtado de Mendonça.

Keywords: Portuguese Inquisition, First Visitation, Defense.

INTRODUÇÃO

Em razão de sua longa duração no tempo, da infinidade de fontes primárias disponíveis e, sobretudo, do interesse dos historiadores, a Inquisição portuguesa é objeto de uma constante e crescente profusão de teses, dissertações, livros – incluindo obras coletivas – e de artigos acadêmicos. Os temas são os mais diversos: história dos processados pelo Tribunal – cristãos-novos, sodomitas, padres solicitantes, feitiçeiros etc. –, dos seus agentes – em especial, estudos sobre os familiares –, história da instituição e da sua relação com outros poderes etc. O mesmo se dá com as formas de abordagem, que são bastante variadas: biografias, estudos de casos, estudos prosopográficos, obras temáticas, trabalhos de caráter geral. Já em relação aos recortes espaciotemporais, a produção historiográfica é bem abrangente: há diversos estudos relativos ao Reino, ao Brasil Colônia e a Goa, contemplando em grande medida toda a temporalidade dos quase três séculos em que o Santo Ofício existiu no Império português¹. No entanto, a despeito da variedade e

¹ Não é nosso propósito fazer neste artigo uma lista minuciosa da vasta e relevante produção historiográfica sobre o tema “Inquisição portuguesa”. Sendo assim, destacamos apenas alguns dos principais nomes que, a nosso ver, são representativos de um ou mais dos campos aqui citados. A copiosa e importante obra de Anita Novinsky, orientadora de tantos historiadores brasileiros, é a mais expressiva da historiografia sobre os cristãos-novos; ressaltamos, a título de exemplo, NOVINSKY, Anita Waingort. *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2013. Já Luiz Mott é a principal referência nos estudos sobre os sodomitas processados pelo Tribunal, ao qual ele chama, em diversos de seus textos de “*monstrum horrendum*”; de sua produção caudalosa, pode-se citar MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010. Em relação aos temas feitiçaria/bruxaria/práticas mágicas, destacamos BETHENCOURT, Francisco. *O Imaginário da Magia: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*: Portugal 1600-1774. Lisboa: Notícias Editorial, 1997 e SOUZA, Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Quanto aos agentes inquisitoriais, ressaltamos CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Bauru: Edusc, 2006. Em relação à história da instituição e da sua relação com outros poderes, sublinhamos BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Séculos XIV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013; FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência. Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007 e LOPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel. *Monarquía hispánica en tiempos del perdón general de 1605*. Lisboa: Colibri, 2010. Quanto às biografias históricas, ressaltamos VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo Companhia das Letras, 2011. Em relação à ação inquisitorial no Brasil, além de alguns dos autores e obras citados acima, também destacamos SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. Por fim, como exemplo das relevantes obras coletivas produzidas pela historiografia, ressaltamos NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Coord.). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura, 1992; GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Ensaio sobre a Intolerância: Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo*. São Paulo: Humanitas/LEI, 2005 e VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno, LINA, L. L. G. (Orgs.). *A Inquisição em Xequê: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

abrangência dos estudos, alguns temas parecem não ter despertado maior atenção dos historiadores, a defesa dos réus é um deles.

No presente texto pretende-se oferecer alguns elementos para discutir uma afirmação que parece ser usual na historiografia, qual seja, a de que o direito de defesa na Inquisição portuguesa seria um *pro forma* jurídico², o qual, quando autorizado pela instituição, serviria apenas para legitimar a persecução injusta e arbitrária infligida aos réus daquele Tribunal³. Para tanto, as fontes primárias trazidas à discussão são quatro processos judiciais da “Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil”, processos estes que tiveram como sentença a absolvição ou a condenação dos acusados a penas que podem ser consideradas brandas pela historiografia que se debruça sobre o tema⁴. O objetivo é refletir sobre como considerações relativas à defesa dos réus – necessidade de provas para condenar, circunstâncias atenuantes para a definição das penas, possibilidade de defesa

² Dois dos mais importantes nomes da historiografia brasileira, Sonia Siqueira e Anita Novinsky, apontam nesse sentido. A defesa como mera formalidade jurídica foi sublinhada por Sonia Siqueira: “[...] o Santo Ofício só procedia contra alguém após opinião convicta da existência da heresia, compreende-se facilmente que a ação efetiva dos Procuradores parece ter-se limitado à elaboração, dentro de fórmulas jurídicas do tempo, das contraditas possíveis, aos libelos dos promotores. Organização formal apenas, não arrazoados ou defesa no sentido autêntico dos procedimentos judiciais comuns”. SIQUEIRA, Sonia. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996, p. 541-542. Já para Anita Novinsky, os processos inquisitoriais constituíam uma farsa. Em diversos textos, Anita Novinsky desconsidera qualquer possibilidade efetiva de defesa e chega mesmo a afirmar que “não importava a gravidade do crime, a Inquisição não absolvía jamais”. NOVINSKY, 1985, p. 65, grifo nosso. Discutindo a produção historiográfica de Novinsky, Lina Gorenstein e Maria Luíza Tucci Carneiro destacam que “o julgamento sempre levava à condenação do réu e, da maneira como estava construída a máquina inquisitorial, o réu era sempre culpado”. GORENSTEIN; CARNEIRO, 2005, p. 15, grifos nossos.

³ Um dos poucos a contraditar a ideia da defesa nos processos inquisitoriais como um *pro forma* jurídico, Ronaldo Vainfas afirma que “o papel dos procuradores – os advogados dos presos – foi por vezes mais importante que o suposto na ‘legenda negra’ da Inquisição. Eram decerto funcionários do tribunal, somente habilitados se naturais do Reino, cristãos-velhos, limpos de ‘sangue infecto’ e de infâmias morais, e deviam ainda ser pessoas de ‘letras, prudência, e confiança, graduadas em Canônes ou Leis’ e, de preferência, eclesiásticas. Sua atuação na defesa dos acusados era em tudo dificultada pelas regras do segredo que norteavam o processo – ao qual não tinham acesso –, mas tais homens não foram apenas gendarmes da Inquisição, nem se limitavam a exortar o réu a confessar, alegando que não lhe restava outro remédio. Ao menos no caso de sodomitas – embora talvez não em crimes de judaísmo –, surpreendemos notáveis defesas de advogados baseadas unicamente na ciência que tinham do funcionamento do tribunal e dos critérios da Inquisição para formar as culpas”. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 315.

⁴ Por exemplo, para Helen Ulhôa Pimentel, “de uma maneira geral, as punições estabelecidas por Heitor Furtado de Mendonça foram bastante brandas, apesar de, segundo as observações do Conselho Geral, ter abusado em algumas penas”. ULHÔA PIMENTEL, Helen. Sob a lente do santo Ofício: um visitador na berlinda. *Textos de História* (UnB), v. 14, p. 44, 2006.

formal, valoração da “qualidade” dos réus – foram decisivas na definição das sentenças prolatadas pelo visitador inquisitorial Heitor Furtado de Mendoça⁵.

REVISITANDO A PRIMEIRA VISITAÇÃO ÀS PARTES DO BRASIL

Ao longo de seus 285 anos de existência, o Santo Ofício português jamais conseguiu estabelecer um tribunal no Brasil – embora tal possibilidade tenha sido cogitada em mais de uma ocasião⁶ –, sendo Goa (Índia) a única localidade fora do Reino a receber um – situação diferente daquela vivenciada pela Inquisição espanhola, que instituiu tribunais no México, em Lima e em Cartagena. Depois de um período inicial com o funcionamento de pequenos tribunais de distrito, a Inquisição lusitana estruturou-se com tribunais em Évora, Coimbra e Lisboa. Era ao tribunal lisboeta que competia a jurisdição sobre os crimes cometidos em terras coloniais brasileiras, para as quais foram enviadas apenas visitas inquisitoriais⁷. Em relação ao Brasil Colônia, atualmente a historiografia

⁵ “Mendoça”, e não “Mendonça”, era a preferência do próprio visitador: “Heitor Furtado de Mendoça, sem o segundo *n*, à castelhana, como [ele] fazia questão de assinar”. MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 134.

⁶ Segundo José Antonio Gonsalves de Mello, Heitor Furtado de Mendoça teria sugerido ao Conselho Geral da Inquisição portuguesa a “conveniência de que se estabelecesse no Brasil um tribunal pleno do Santo Ofício, onde fossem julgados ‘em final’, o qual seria constituído por ele próprio e seus assessores religiosos”, sugestão que não foi acatada. MELLO, José Antonio Gonsalves de. Um tribunal da Inquisição em Olinda. *Revista Universidade de Coimbra*, 1991, p. 370. Bruno Feitler aponta dois momentos importantes em que se discutiu a criação de um tribunal inquisitorial no Brasil: o primeiro, na década de 1620, quando se tentou criar um tribunal na Bahia, e o segundo, em 1639, em que se cogitou a criação de um tribunal no Rio de Janeiro. Feitler aponta também um pedido feito em 1599 ao Conselho Geral pelo bispo da Bahia, d. Antônio Barreiros – que havia participado como prelado na Primeira Visitação – no sentido de se criar um tribunal na Bahia, pedido este que foi negado. FEITLER, Bruno. Usos políticos del Santo Oficio portugués en el Atlántico (Brasil y África occidental). El período filipino. *Hispania Sacra*. Madrid, 2007. Já para Ana Isabel Lopez-Salazar Codes, “Filipe IV fracassou [...] na sua tentativa de erigir um tribunal inquisitorial no Brasil [...] devido ao choque entre os desejos da Coroa e os interesses do Santo Ofício. O rei pretendia criar um tribunal na Bahia presidido pelo bispo, ao passo que o inquisidor geral e o Conselho [Geral] sustentavam a necessidade de estabelecê-lo conforme aos existentes no reino, isto é, com inquisidores e deputados”. LOPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel. “Con grande perturbación del Santo Oficio”. A reforma da Inquisição portuguesa no tempo dos Filipes. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Portugal na Monarquia hispânica*. Dinâmicas de integração e de conflito. Lisboa, 2013, p. 193.

⁷ Ao que parece, o único autor a discordar de tal afirmação é José Antonio Gonsalves de Mello. Para ele, ainda que provisoriamente e com poderes limitados, houve um efetivo tribunal na colônia, em razão das várias pessoas submetidas a julgamento na Bahia e em Pernambuco durante a presença de Heitor Furtado de Mendoça no Brasil: “é certo que as culpas que eram objeto [dos julgamentos feitos por Mendoça] eram da competência da Inquisição e que era idêntico o procedimento judicial neles usado ao do Tribunal de Lisboa, com processos, inquirições, libelos, contrariedades, com participação de promotores, advogados, etc. como na metrópole. É, ainda, certo que o colegiado formado pelo Visitador e assessores não pode ser considerado um tribunal de primeira instância, pois que na sua alçada julgava ‘em final’ e não havia

confirma a existência documentada de pelo menos quatro destes tribunais itinerantes⁸ – uma visitação nos anos de 1591 a 1595, outra entre 1618 e 1621, uma terceira às capitanias do sul, nos anos 1627-1628, e a visitação tardia ao Grão-Pará, no século XVIII (1763-1769), esta última acontecida no ocaso da instituição, atendendo, segundo os historiadores, a interesses políticos do Marquês de Pombal –, embora haja indícios da existência de outras visitas no século XVII na América portuguesa⁹.

A “Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil” foi aquela que mais recebeu a atenção de estudiosos do tema¹⁰. Ainda assim, há aspectos importantes sobre ela que não foram abordados mais detidamente pela historiografia, sobretudo em relação à sua dimensão histórico-jurídica. No tocante às visitas inquisitoriais promovidas pela Inquisição portuguesa, Francisco Bethencourt ressalta a necessidade de estudos mais aprofundados:

o conteúdo das visitas inquisitoriais ainda deve ser estudado em profundidade. O problema é saber em que medida a “grade” de delitos propostos nos éditos da fé encontra um eco correspondente nas confissões e nas denúncias – ou, se quisermos levar um pouco mais longe esse problema, qual é a relação entre os delitos denunciados e os submetidos verdadeiramente a um inquérito judicial por parte da Inquisição [portuguesa]. Os estudos disponíveis são ainda insuficientes para responder a essa pergunta¹¹.

Em termos factuais, o relato da história da Primeira Visitação do Santo Ofício a partes da região nordeste do Brasil é, em grande medida, bastante conhecido. No entanto, há alguns pontos pouco claros, por exemplo, em relação ao encaminhamento dado pelo visitador inquisitorial a confissões e delações recebidas judicialmente, uma vez que algumas denúncias aparentemente graves tiveram por fim sentenças que podem ser consideradas

recurso para o Reino e seus julgamentos não foram revistos, nem mesmo quando não foram considerados pelos inquisidores de Lisboa justos e acertados. [...] houve no Brasil [...] um Tribunal do Santo Ofício, embora com alçada limitada a culpas que exigissem abjuração *de levi*”. MELLO, 1991, p. 374.

⁸ Para Ronaldo Vainfas, “as visitas eram uma espécie de Justiça itinerante, mais informal e agilizada em sua atuação que o solene Palácio dos Estaos”. VAINFAS, 2014, p. 315.

⁹ Tais indícios “apontam para a realização de uma primeira visita às capitanias do Sul [anterior à que ocorre nos anos 1627-1628], em 1605, e é possível que outras tenham tido lugar mas, até agora, a sua realização não pôde ser comprovada”. PEREIRA, Ana Margarida Santos. *Terceira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*. Capitanias do Sul, 1627-1628. Politeia: História e Sociedade, 2011, p. 39-40.

¹⁰ Vários autores se dedicaram ao estudo da Primeira Visitação, boa parte deles é elencada ao longo deste artigo; destes, destacamos SIQUEIRA, 1978 e VAINFAS, 2014.

¹¹ BETHENCOURT, 2004, p. 216.

relativamente brandas e outras sequer seguiram adiante: a desproporção entre crimes confessados e/ou delatados e aqueles que se tornaram processos é bastante considerável¹².

Já quanto às causas que levaram à Primeira Visitação, a historiografia ainda não encontrou elementos que apontem para uma motivação mais específica. Para Bruno Feitler, “a primeira visitação [está] ligada ao contexto da expansão geral do Santo Ofício pelos domínios atlânticos portugueses e das visitas efetuadas na mesma época no reino”¹³. Conclusão semelhante é apresentada por Ronaldo Vainfas, para quem os “estudos sobre a instituição inquisitorial portuguesa têm demonstrado que o envio da Primeira Visitação do Santo Ofício não possuiu nenhuma razão especial, exceto a de integrar-se a uma nova estratégia da Inquisição lisboeta”¹⁴. Seja como for, mesmo que a motivação para a criação da Primeira Visitação tenha sido a perseguição aos cristãos-novos e o confisco de seus bens – como defende Anita Novinsky¹⁵ –, foram abertos processos contra “judaizantes” em número bem menor que aqueles movidos contra acusados por outras práticas à época consideradas como crimes da alçada do Santo Ofício português.

Os números da ação inquisitorial da Primeira Visitação são bastante expressivos em relação aos crimes que tiveram por fim um processo judicial. Segundo Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva,

durante o século XVI, abriram-se 223 processos contra réus nativos ou residentes no Brasil, na grande maioria homens. Entre eles, *só 17 por judaísmo*, contra 68 por proposições heréticas, 29 por blasfêmia, 24 por

¹² Bruno Feitler aponta que “segundo os dados da documentação originada das duas primeiras visitas, mesmo se o maior número de denúncias foi de culpas de judaísmo (207), elas parecem não ter originado mais que 17 processos”. FEITLER, Bruno. A ação inquisitorial no Brasil: uma tentativa de análise. In: FURTADO, Júnia Ferreira; RESENDE, Maria Leônia Chaves de (Orgs.). *Travessias inquisitoriais das minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro* (sécs. XVI - XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 31.

¹³ FEITLER, 2013, p. 32.

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 586.

¹⁵ Segundo Vainfas, “Anita Novinsky atribuiu a decisão [de ter a Inquisição de Lisboa enviado a primeira visitação ao Brasil] à crescente prosperidade açucareira do nordeste colonial e ao fato de que muitos comerciantes e senhores de engenho da região eram cristãos-novos, ali estabelecidos desde meados do século XVI. Sugere, portanto, que a motivação principal da visitação teria sido a perseguição aos cristãos-novos e o confisco de seus bens”. VAINFAS, 2000, p. 586. Em sentido parecido ao das conclusões de Anita Novinsky, José Antonio de Mello Gonsalves de Mello afirma que como a Primeira Visitação foi “levada a efeito nos dois principais núcleos açucareiros da colônia, é de crer que estivesse relacionada com a presença naquelas duas capitanias de numerosa parcela de cristãos-novos; e, consequentemente, de possíveis judaizantes”. MELLO, 1991, p. 07.

sodomia, 18 por práticas gentílicas, 13 por protestantismo e outros por bigamia e sacrilégio¹⁶.

Em sentido semelhante, Elvira Mea também apresenta dados sobre o crime de judaísmo relativos à Primeira Visitação e soma-os aos da visitação iniciada em 1618. Diferentemente do que afirma Francisco Bethencourt¹⁷, a Primeira Visitação não foi monopolizada pelo delito de judaísmo:

Considerando que nas duas visitas de 1591 e 1618 se verificaram 950 denúncias, 283 confissões, 542 denunciadores e 218 confitentes, *só 207 casos dizem respeito a judaísmo*. Das 530 denúncias da Baía provenientes de 264 denunciadores apenas 120 são de judaísmo. *Das duas visitas, finalmente, resultam 179 processos* em que há 128 cristãos-velhos para 39 cristãos-novos e *17 com culpas de judaísmo*, dos quais 15 vêm para Lisboa¹⁸.

Embora não se deva medir o impacto da ação inquisitorial apenas por números – como ressaltado por Feitler¹⁹ –, a enumeração e quantificação dos casos apresentam variáveis que não convém ao pesquisador desconsiderar: é preciso olhar qualitativamente para estes números. Durante a Primeira Visitação o crime de judaísmo não teve o mesmo destaque que recebeu em outras épocas, ao contrário do que se observa ao longo da história da Inquisição portuguesa, que teve no judaísmo sua “obsessão maior”²⁰. As possíveis explicações para a discrepância da atuação inquisitorial que os números da Primeira Visitação apontam, quando comparados à proeminência dos casos de judaísmo no Reino, não parecem ser suficientes²¹.

¹⁶ MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 118, grifo nosso.

¹⁷ “[...] as visitas [...] ao Brasil, em 1591-5 e em 1618-20, são sempre monopolizadas pelo delito de judaísmo”. BETHENCOURT, 2004, p. 217.

¹⁸ MEA, Elvira Cunha. Os cristãos-novos, a Inquisição e o Brasil – séc. XVI. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, p. 156, 1987. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8941>>. Acesso em: 6 dez. 2017, grifos nossos.

¹⁹ “A ação da Inquisição não pode (e não deve) ser avaliada apenas a partir dos números de prisões ou de execuções, pois sua influência sobre as sociedades em que atuava ultrapassava em muito sua ação penal”. FEITLER, 2013, p. 42.

²⁰ Para Ronaldo Vainfas, “o judaísmo secreto dos cristãos novos [...] continuou a ser a obsessão maior dos inquisidores portugueses, disso não resta dúvida, e assim seria até a metade do século XVIII. No caso do Brasil seria mesmo com a Primeira Visitação que os cristãos novos da Colônia passariam a conhecer a desdita dos inqueritos e prisões de que se julgavam até então livres, por não haver na Colônia um tribunal inquisitorial específico. Mas neste fim do século XVI [...] o campo semântico e penal da heresia se havia ampliado consideravelmente, no âmbito da Inquisição Portuguesa [...]”. VAINFAS, Ronaldo (org). *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 10-11.

²¹ Segundo Feitler, “[a] aparente discrepância da ação inquisitorial no Brasil e no Reino, onde os judaizantes foram, nessa época e desde o início das atividades inquisitoriais em Portugal, o maior alvo do tribunal, pode ter duas causas; seja, como chegaram a aventar alguns historiadores, que não interessava à

De uma forma geral, depois das “culpas de judaísmo”, a sodomia era o crime que mais atenção recebia no Santo Ofício português, sobretudo em relação às penas que eram destinadas àqueles acusados de cometerem o nefando – penas bastante duras, certamente, como o degredo às galés, embora os casos de entrega ao “braço secular” tenham sido pouco frequentes²². Comparativamente, o número de confissões e denúncias da Primeira Visitação que tiveram por fim a formação de um processo formal foi maior no caso do crime de sodomia – 24, contra 17 de judaísmo. A despeito de condenações duríssimas impostas a alguns réus²³, pode-se dizer que houve casos em que os acusados de cometerem o “nefando” foram sentenciados de forma relativamente branda, sobretudo ao levar-se em conta a gravidade das culpas que lhes foram atribuídas – a análise dos casos aqui apresentados aponta nesse sentido.

Segundo José Antonio Gonsalves de Mello, os processos da Primeira Visitação seguiram “o estilo judicial da Inquisição metropolitana” e “era idêntico o procedimento judicial neles usado ao do Tribunal de Lisboa”²⁴. Ainda que se concorde com ele, é preciso destacar que a Primeira Visitação teve especificidades próprias – estrutura disponível, pessoal envolvido²⁵, dificuldades encontradas etc. –, acontecendo em condições bem

coroa desbaratar ou afugentar os cristãos-novos da colônia por seu importante papel na ocupação territorial, o que desestabilizaria o difícil adensamento populacional de origem branca, seja a perda de uma parte da documentação da primeira visitação à Bahia, mais especificamente relativa ao recôncavo baiano, região açucareira de importante população cristã-nova (Prado, 1976:107)”. FEITLER, 2013, p. 31.

²² Conforme Luiz Mott, “os sodomitas, culpados pelo abominável pecado nefando, depois dos cristãos-novos, foram os que mais duramente penaram nas garras deste *monstrum terribilem*: das 4.419 denúncias registradas nos Repertórios do Nefando, na Torre do Tombo de Lisboa, aproximadamente 400 redundaram no encarceramento dos homossexuais acusados, e destes, *trinta terminaram seus dias na fogueira*”. MOTT, Luiz. *Justitia et misericordia: a Inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia*. In: NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Coord.). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura, 1992, p. 704, grifo nosso. Em texto mais atual, o historiador apresenta porcentagens e números mais detalhados, mas sem contradizer o número de 30 sodomitas executados, ver MOTT, Luiz. *Filhos de Abraão & de Sodoma: cristãos-novos homossexuais no tempo da Inquisição*. In: GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). *Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e antisemitismo*. São Paulo: Humanitas/LEI, 2002, p. 23-63.

²³ Dentre os acusados de sodomia, a pena mais dura foi a recebida por André Freitas de Leça: dez anos de galés. Contudo, o Conselho Geral parece não ter ficado satisfeito com a pena imposta por Heitor Furtado: eles queriam uma pena ainda mais dura. Na capa do processo consta a seguinte informação: “este delito tem pena de morte por direito”. ANTT/IL, processo 8.473.

²⁴ MELLO, 1991, p. 371 e 374.

²⁵ Conforme Capistrano de Abreu, a comitiva da visitação era bastante enxuta: “a visitação exigia apenas três pessoas, visitador, notário e meirinho”, *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça capellão fidalgo del rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio*. Confissões da Bahia 1591-92. Capistrano de Abreu (prefácio). São Paulo: Editor Paulo Prado, 1922, p. 17. A comitiva inquisitorial da Primeira Visitação estava de acordo com o

diferentes daquelas observadas no mesmo período no Tribunal de Lisboa. Por outro lado, também é importante ressaltar que o primeiro visitador

andou extrapolando as instruções que recebera do Cardeal Alberto, as quais lhe investiam do poder de, sobretudo, instruir os processos cabíveis, remetendo os suspeitos para Lisboa, e só despachando os casos mais simples. Mandou prender suspeitos sem licença do Conselho Geral do Santo Ofício, órgão máximo da Inquisição Portuguesa; processou na colônia réus que deveriam ser julgados na metrópole; enviou a ferros para Lisboa réus com processos mal instruídos; absolveu indivíduos com grave presunção de culpa, segundo os inquisidores de Lisboa; sentenciou gente que o Conselho considerava inocente; realizou, enfim, verdadeiros autos de fé públicos, sem ter autorização para tanto, embora não tenha condenado ninguém à fogueira de *moto próprio*²⁶.

Por ter se excedido em suas funções, foram feitas duras críticas pelo Conselho Geral do Santo Ofício à atuação de Heitor Furtado²⁷. Mas se em alguns processos o visitador foi considerado rigoroso demais, em outros, mesmo não tendo autorização para proceder em

que previa o capítulo 5º Regimento de 1552: “quando parecer tempo aos Inquisidores para visitar a comarca e[m] que Residem ou alguns lugares dela o foram em esta maneira irá um Inquisidor com um notário e meirinho e solicitador se for necessário”. SIQUEIRA, Sonia Aparecida. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996, p. 575. Além de Heitor Furtado de Mendoça, compuseram a comitiva inquisitorial o notário Manoel Francisco e o meirinho Francisco de Gouvêa. Por outro lado, a visitação também contou com pessoal de apoio que não pertencia aos quadros inquisitoriais. Ao que parece, tanto os que exerceram as funções de procuradores (advogados de defesa) dos réus como de promotor (acusador), não tinham experiência anterior em processos inquisitoriais. Foram eles: Dionísio de Mesquita e Jorge Barbosa Coutinho, os quais atuaram como advogados de defesa, o primeiro na Bahia e o segundo em Pernambuco, e Diogo Bahia, que desempenhou a função de promotor apenas em Pernambuco. Em Salvador, foi o próprio notário inquisitorial, Manoel Francisco, quem fez as vezes de promotor.

²⁶ VAINFAS, Ronaldo (org). *Confissões da Bahia*: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 27-28. No mesmo sentido, José Antonio Gonsalves de Mello afirma que “Heitor Furtado de Mendoça foi considerado leviano e precipitado em sua atuação na Bahia e em Pernambuco. Alguns presos por culpas da Inquisição, por ele mandados para Lisboa, lá foram soltos ‘por as culpas não serem bastantes’; os autos-de-fé que fez ali e aqui foram também censurados no Reino”. *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*. Denúncias e Confissões de Pernambuco, 1593-1595. Prefácio de José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, 1984, sem número de página [p. 21, contada a partir da capa]. Ainda com relação aos excessos de Heitor Furtado, Sonia Siqueira afirma que a confiança que o Conselho Geral tinha em Heitor Furtado “não era muito grande, pois aquele Visitador se excedeu, seja promovendo um precipitado Auto-de-Fé, seja remetendo a Lisboa processos mal instruídos”. SIQUEIRA, 1978, p. 199. Por seus excessos, Heitor Furtado foi advertido duramente pelo Conselho Geral: “tereis advertência que daqui por diante *não façais semelhantes prisões sem ter prova bastante para isso, pelo muito que importa não se desacreditar o procedimento do Santo Ofício, além dos danos e perdas que recebem as partes em suas pessoas e fazendas de que lhe socrestam*”. BAIÃO, Antônio. “Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil”. In: *Brasília*. Coimbra, 1942, vol 1, p. 547 apud SIQUEIRA, 1978, p. 199.

²⁷ Para um apanhado detalhado dos casos, ver: SIQUEIRA, 1978, p. 199-200 e ULHÔA PIMENTEL, 2006.

casos mais graves, a crítica recebida foi justamente por ter sido muito leniente com alguns réus. E as principais críticas feitas pelo Conselho Geral à “brandura” do primeiro visitador são relativas às sentenças dadas a alguns acusados de cometer o crime de sodomia – os quatro casos aqui analisados referem-se exatamente a tal conduta.

1º CASO, PROCESSO CONTRA FRUTUOSO ÁLVARES²⁸

Começaremos a análise com um processo bastante conhecido, o do padre Frutuoso Álvares, clérigo de missa, vigário de Matoim, que se apresentara ao visitador em 29 de julho de 1591, em Salvador, para confessar “tocamentos desonestos com algumas quarenta pessoas[,] pouco mais ou menos”²⁹. Mesmo para alguém “conhecedor da miséria humana”, na observação arguta de Emanuel Araújo³⁰, a confissão do padre parece ter sido recebida com alguma irritação pelo visitador, como se depreende da admoestação feita por Heitor Furtado³¹. No entanto, a despeito de ele ter “esquecido” de fazer confissão completa de um ato de sodomia perfeitíssima com um “mancebo” – pelo qual seria denunciado posteriormente³² –, a sentença do padre pode ser considerada a mais branda dentre as aqui

²⁸ ANTT/IL, processo nº 5.846, contra o Padre Frutuoso Álvares. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2305880>>. Acesso: em 6 dez. 2017.

²⁹ ANTT/IL, processo nº 5.846, fl. 2.

³⁰ No entanto, há um evidente exagero da parte de Emanuel Araújo – no trecho a seguir –, o qual parece desconsiderar que o clero compunha boa parte dos processados pelo Santo Ofício português, logo não haveria “surpresa” para o visitador o fato de ser um padre o primeiro a confessar, muito menos pelo crime que confessara, “culpas” de sodomia, conhecida desde a época medieval como “vício dos clérigos”. Nesse sentido, o “choque” parece ter saído apenas da pena do historiador: “Foi um choque. E a situação, além de surpreendente, tornava-a por si bastante embaraçosa. Logo a primeira pessoa ouvida pelo primeiro inquisidor da primeira visitação do tribunal do Santo Ofício ao Brasil era um sacerdote. Não se tratava de um recém-ordenado, mas de um padre de 65 anos, portanto com muitos e muitos anos de prática no pastoreio de vasto rebanho de ovelhas pecadoras. E justo ele, um velho religioso, vinha abertamente declarar-se pederasta confesso e assumido”. ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p. 189.

³¹ “[...] o senhor visitador o admoestou muito que, pois era sacerdote e pastor de almas, e tão velho, pois disse que é de sessenta e cinco anos pouco mais ou menos, e tem passado tantos atos torpes em ofensa de Deus Nosso Senhor, e ainda há um só mês que os deixou de cometer”. VAINFAS, 2005. Neste artigo, optou-se por uma atualização ortográfica mínima, semelhante em alguma medida àquela adotada por Vainfas na organização do *Confissões da Bahia*; atualização esta que, a nosso ver, facilita a leitura e o entendimento do texto, mas que não compromete a fala e a escrita originais. De qualquer forma, a referência às citações dos processos aqui analisados seguirá uma formatação acadêmica, inclusive com a indicação dos fôlios. Por exemplo, para o trecho citado acima, a referência é ANTT/IL, processo nº 5.846, fl. 5v.

³² O padre seria denunciado pouco menos de um mês depois, em 17 de agosto de 1593, por Jerônimo de Parada, um dos vários “mancebos” com os quais se envolvera na Bahia. O traslado da confissão de Jerônimo de Parada foi acostado aos autos de Frutuoso Álvares: ANTT/IL, processo nº 5.846, fl. 6-9.

analisadas³³. Isto porque, embora fosse a primeira vez que o sacerdote se apresentava no foro inquisitorial, ele já havia sido condenado em outras instâncias judiciais pelo mesmo crime³⁴ – a sodomia era crime de foro misto em Portugal –, afora as duas vezes em que o padre foi acusado, sendo que em uma delas “saiu absoluto por não haver prova bastante”³⁵, como destacado na sentença prolatada por Heitor Furtado. O visitador, mesmo considerando o réu “costumeiro a cometer os ditos pecados [nefandos,] sendo tantas vezes já acusado e condenado por eles em Portugal, e no Cabo Verde, e neste Brasil [...] e mostrar tão pouco cuidado de sua salvação”³⁶, sentenciou o padre à “suspensão das ordens por tempo de cinco meses”³⁷, bem como a pagar as custas – que, via de regra, eram obrigatórias para todos os réus, absolvidos ou não³⁸. Surpreendentemente, a menor condenação recebida pelo padre Frutuoso Álvares por suas “culpas de sodomia” viera justamente da Inquisição portuguesa – tribunal que, até onde se tem notícia, foi o último foro a julgar as “culpas” do padre.

Ao contrário do processo do padre Frutuoso, em que não houve o que se possa chamar tecnicamente de defesa formal, é possível citar pelo menos três processos da Primeira Visitação em que foi oferecido – e pelos réus foi aceito – o direito de se defender

³³ Consideração semelhante é feita pelo historiador Angelo Adriano Faria de Assis, para quem a pena recebida pelo padre foi “*demasiadamente branda para a época e pelo crime que [ele] cometeu*”. ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia: sociedade colonial e Inquisição no nordeste quinhentista*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 46, grifo nosso.

³⁴ O padre foi condenado pelo ordinário, em Braga, a degredo para as galés, pena que ele mesmo admite não ter cumprido. Esteve em Cabo Verde, de onde foi mandado preso para Lisboa. Lá, foi acusado em razão de “*tocamentos torpes*” com dois mancebos e por apresentar um documento falso – provavelmente relativo ao degredo que ele não cumpriu –, tendo sido condenado a degredo perpétuo para o Brasil, punição que não o impediu de exercer o cargo de vigário, em Matoim, na Bahia, local em que residia quando se apresentou ao visitador inquisitorial. Chegou a ser acusado no Brasil por pelo menos mais quatro pessoas, em duas oportunidades diferentes; na primeira delas foi absolvido por falta de provas; já na segunda, o padre foi condenado a penas pecuniárias e à suspensão das ordens “por certo tempo”.

³⁵ ANTT/IL, processo nº 5.846, fl. 17v.

³⁶ ANTT/IL, processo nº 5.846, fl. 19.

³⁷ ANTT/IL, processo nº 5.846, fl. 20.

³⁸ No entanto, como destacado por Vainfas, o pagamento de custas “não era exatamente uma pena, pois mesmo os réus absolvidos ou simplesmente admoestados na sala eram abrigados a fazê-lo”. VAINFAS, 2014, p. 386. Ressalte-se que a própria defesa dos réus era custeada pelo pagamento das custas processuais. Os réus reconhecidamente pobres tinham suas despesas pagas pelo Santo Ofício, conforme o que preceituava o Regimento de 1613: “Quando as partes disserem que não querem procurador, e parecer aos Inquisidores que é o negócio de qualidade para lhe ser dado, sempre lho darão, e mandarão que procure por eles e defenda suas causas, para que não fiquem indefesos; e quando forem tão pobres que não tiverem por onde pagar, lhe mandarão satisfazer seu trabalho, à custa do dinheiro das despesas da Inquisição”. *De quando se há de dar procurador às partes ainda que digam que o não querem*, XXXV. Regimento de 1613. In: SIQUEIRA, Sonia Aparecida (ed.). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996, p. 639. Mas, certamente, a prática era anterior à sua codificação.

juridicamente por meio de um procurador. São eles: o processo de Pêro Domingues, sentenciado na primeira fase da visitação, ainda em Salvador; o processo de Pedro de Leão; e o processo do casal Francisco Martins e Isabel de Lamas – estes três últimos sentenciados em Pernambuco.

2º CASO, PROCESSO CONTRA PÊRO DOMINGUES³⁹

Pêro Domingues apresentou-se em 04 de fevereiro de 1592, no tempo da graça, para confessar um crime de sodomia cometido, segundo disse, por culpa do vinho e de sua esposa, “moça áspera” que ao tempo da confissão tinha 13 anos – pouco mais, pouco menos, como se dizia à época –, a qual não consentiu na ocasião relatada que ele dormisse “com ela carnalmente”... Confessou também que resvalou seu “membro” no “vaso traseiro” de uma sua escrava, sem, contudo, consumir o ato nefando⁴⁰. Pediu perdão. Mas aconteceu de ele ser denunciado pelo mesmo crime que confessara, primeiro por sua cunhada e depois pela “moça áspera” com quem casara, Maria Grega, sua esposa, ambas “mamelucas”⁴¹. Em um de seus depoimentos, ela afirmou “que depois que é casada com o dito seu marido, [ele] teve com ela ajuntamento carnal [apenas duas vezes] pelo vaso dianteiro natural e todas as mais vezes foi sempre no dito pecado nefando”⁴². Como a confissão feita no período da graça não batia com os depoimentos prestados pela cunhada e por sua esposa, a confissão de Pêro Domingues foi considerada “diminuta” e, vista “a qualidade das culpas”, ele foi preso em 22 de setembro de 1592⁴³. O processo seguiu e, em razão de o réu não querer confessar suas culpas, foi lido para ele o “libelo da justiça”. Detalhe curioso: na falta de promotor, foi o próprio notário da visitação, Manoel Francisco, quem fez as vezes de acusador naquele processo⁴⁴. Já o papel de procurador foi

³⁹ ANTT/IL, processo nº 2.525, contra Pêro Domingues. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2302449>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

⁴⁰ ANTT/IL, processo nº 2.525, fl. 2v-3.

⁴¹ Francisca Grega denuncia o cunhado em 31 de janeiro de 1592, ANTT/IL, processo nº 2.525, fl. 4-5; Maria Grega também se apresenta no mesmo dia perante o visitador, ANTT/IL, processo nº 2.525, fl. 6-7v, o que sugere que a confissão de Pêro Domingues, que acontecerá cinco dias depois, pode ter sido motivada pelos depoimentos de sua cunhada e esposa.

⁴² ANTT/IL, processo nº 2.525, fl. 11v.

⁴³ ANTT/IL, processo nº 2.525, fl. 17.

⁴⁴ Conforme trecho de processo citado por Angelo Assis, o notário Manoel Francisco também exerceu tal papel no caso do réu João Nunes, acusado de judaísmo: “[...] eu, notário, *em falta de promotor da Justiça do Santo Ofício*, requeri ao dito senhor [visitador] mandasse fazer conclusos estes autos destas culpas de João Nunes, cristão-novo, e as despachasse como fosse justo [...]”. ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *João*

assumido pelo licenciado Dionísio de Mesquita, a quem cumpria o dever de fazer a defesa formal do acusado. O procurador ofereceu a “contrariedade” do réu e elaborou as perguntas que deveriam ser feitas às testemunhas⁴⁵, cujos depoimentos, esperava-se, comprovariam as alegações apresentadas pela defesa. Ouvidas as testemunhas de defesa, faltava apenas a sentença, a qual foi prolatada em 29 de julho de 1593 nos seguintes termos:

Foram vistos estes Autos em mesa e pareceu a todos os votos que *visto como o Réu se defende bem* na sua contrariedade e prova a ela dada [e] por que *se mostra sua mulher e sua cunhada serem suas inimigas*[.] E outrossim *visto as ditas sua mulher e cunhada serem mamelucas e não de muito crédito*, e ele provar sua abonação e *vir no tempo da graça confessar a culpa* que confessou donde se também infere por ele que se mais houvera mais confessara. E vistas as mais considerações que se tiverão, *que o Réu seja absoluto da pena* [...].⁴⁶

A despeito das graves acusações, Pêro Domingues foi “absoluto da pena”: sua defesa teve, ao que parece, papel determinante em tal desfecho.

3º CASO, PROCESSO CONTRA PEDRO DE LEÃO⁴⁷

O processo de Pedro de Leão foi julgado em Pernambuco, local em que, aparentemente, a visitação já estava mais bem aparelhada, contando com a prestação de serviços dos advogados Diogo Bahia e Jorge Barbosa Coutinho, os quais serviram na mesa inquisitorial da Primeira Visitação, respectivamente, como promotor e advogado de defesa. Acusado por uma só testemunha⁴⁸, mesmo assim Pedro de Leão foi preso a pedido do promotor⁴⁹, o qual alegou que crimes como o que o réu supostamente havia cometido “se

Nunes, *um rabi escatológico na Nova Lusitânia: sociedade colonial e Inquisição no nordeste quinhentista*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 70-71, grifo nosso.

⁴⁵ A defesa formal tem 5 fólios em ANTT/IL, processo nº 2.525, fl. 34-38v.

⁴⁶ ANTT/IL, processo nº 2.525, fl. 52.

⁴⁷ ANTT/IL, processo nº 13.139, contra Pedro de Leão. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2313353>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

⁴⁸ A acusação foi feita por João Baptista, em 12 de agosto de 1593, ainda em Salvador, ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 3, mas o processo terá seguimento apenas quando a visitação já se encontrar em Pernambuco. Aparentemente, João Baptista fez uma denúncia falsa contra Pedro de Leão – pelo que se depreende dos autos, a denúncia foi motivada por uma briga entre os dois. Ao fim do processo, o denunciante será reconhecido como inimigo capital do réu.

⁴⁹ A prisão aconteceu em 12 de agosto de 1595, cf. ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 8. Mas por falta de provas, o réu foi solto pouco mais de quarenta dias depois, em 25 de setembro de 1595, cf. ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 31.

provam dificultosamente por razão do resguardo com que se fazem”⁵⁰. Já preso, Pedro de Leão foi admoestado “com caridade” que confessasse “a verdade de suas culpas”⁵¹, ao que o réu respondeu

que tem cuidado muito e corrido pela memória sua vida, e que não acha em si culpa pertencente ao santo ofício e que se ele a tivera que ele a confessara. [...] perguntado se sabe ele que também ao santo ofício pertence julgar os Réus culpados no pecado nefando de sodomia[,] respondeu que sim sabe e que também sabe que se queimão os Réus desse pecado⁵².

As perguntas feitas pelo visitador foram, aparentemente, um indicativo para Pedro de Leão das acusações pelas quais fora preso. Por se recusar a reconhecer as culpas que pesavam contra si – talvez pela razão óbvia de não as ter cometido –, ouviu o “libelo da justiça”, ocasião em que passou a ter direito a defesa formal⁵³. Assumiu a sua defesa o advogado Jorge Barbosa Coutinho, que apresentou a “contrariedade”⁵⁴ e nomeou testemunhas que caracterizaram o réu como bom cristão, uma delas – o padre Diogo de Barbuda – chegou mesmo a dizer que “que se tinha tão boa opinião dele que o não tinham por cristão-novo”⁵⁵... Em seguida, foi feita a “publicação da prova da justiça”⁵⁶, o que indicava a gravidade que o processo assumia. Não satisfeito, o advogado de defesa ofereceu “embargos de contraditas”⁵⁷ – nos quais teve êxito ao apresentar o denunciante João Baptista como inimigo capital do réu⁵⁸ – e requereu a oitiva de novas testemunhas⁵⁹. A pedido do promotor, os autos foram conclusos. Faltava apenas a sentença, proferida em 20 de setembro de 1595:

⁵⁰ ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 7v.

⁵¹ ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 8v.

⁵² ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 9-9v.

⁵³ Foi o próprio visitador quem nomeou o advogado de defesa de Pedro de Leão, como era costume inquisitorial, mandando que ele defendesse “bem e verdadeiramente o Réu e o não deixe indefenso[,] alegando e requerendo o que convier para bem de sua justiça”. ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 15-15v.

⁵⁴ ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 16-16v (“contrariedade” e lista das testemunhas).

⁵⁵ Regra geral, o fato de ser cristão-novo pesava contra os acusados. Ao fazer um elogio ao réu, a testemunha de defesa dá bem a dimensão do preconceito que existia contra a “gente da nação”. ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 18.

⁵⁶ ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 23.

⁵⁷ ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 24.

⁵⁸ Nas contraditas, Pêro Domingues, por meio de seu advogado afirmou: “provará o Réu Pedro de Leão que um [certo] João Baptista que esteve na cidade do salvador na Bahia de todos os santos nesta província do Brasil é seu inimigo capital por que há muitos anos que ele Réu lhe deu uma bofetada e o diz o ameaçou dizendo que nalgum tempo lhe havia de pagar [...]”. ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 24.

⁵⁹ ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 26-28.

[...] *não se prova bastantemente contra o Réu* haver feito o nefando pecado de sodomia de que é acusado pela Justiça em seu libelo e que tudo visto e *respeitando ao Réu ter boa abonação de sua pessoa* e a outras considerações que se tiveram[,] mandam que o Réu seja solto e somente cumpra as penitências espirituais⁶⁰.

No caso de Pedro de Leão parece inequívoco que a participação do advogado contribuiu sobremaneira para o desfecho processual que lhe foi amplamente favorável.

4º CASO, PROCESSO CONTRA FRANCISCA MARTINS E ISABEL DE LAMAS⁶¹

Francisco Martins foi preso e processado pelo crime de sodomia em razão da denúncia feita por sua esposa, Isabel de Lamas, com quem se casou quando ela tinha 12 anos. Em 31 de janeiro de 1594, na vila de Olinda, capitania de Pernambuco, Isabel denunciou que, ao longo de quatro anos,

todas as vezes que o dito seu marido teve com ela ajuntamento carnal foi sempre pelo dito modo sodomítico”⁶². [Falou também que] “ele lhe dava má vida e bofetadas[,] contudo ela lhe não quer mal e que vem fazer esta confissão sem induzimento de nenhuma pessoa somente por desencargo de sua consciência e que tudo passa assim na verdade⁶³.

Em face do depoimento de Isabel, o qual ainda não havia sido ratificado, o promotor pediu a prisão de Francisco. Preso⁶⁴, ele foi “admoestado com caridade que confess[asse] a verdade”, ao que respondeu “não lembra[r] culpa nenhum pertencente a

⁶⁰ ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 30, grifos nossos. As penitências espirituais a que ele foi sentenciado foram as seguintes: “que no ano que se segue se confesse e comungue de conselho de seu confessor cinco vezes fora da obrigação da quaresma e a primeira vez seja logo de confissão geral de sua vida e que jejue cinco quartas-feiras e em cada uma delas reze uma coroa de nossa senhora”. ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 29v

⁶¹ ANTT/IL, processo nº 9.480, contra Francisco Martins e Isabel de Lamas. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2309626>>. Acesso em: 6 dez. 2017. A princípio, o processo foi instaurado apenas contra Francisco Martins, acusado de cometer o crime de sodomia. Posteriormente, Isabel de Lamas será condenada por “falsidades e perjúrios”.

⁶² ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 3.

⁶³ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 5.

⁶⁴ À época da denúncia feita por sua esposa, Francisco havia “ido ao sertão na companhia dos que vão descobrir o salitre”, ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 2v. Por essa razão, a prisão de Francisco Martins aconteceu apenas em 9 de junho de 1595, provavelmente, por ocasião de seu retorno; já a sua soltura acontecerá pouco mais de um mês depois, em 24 de julho do mesmo ano.

esta mesa”⁶⁵. Mas já naquela ocasião deixou claro ao visitador que “ele Réu tem a dita sua mulher e a seu sogro e toda sua família por inimigos”⁶⁶ – talvez por desconfiar, acertadamente, de onde teriam partido as acusações que resultaram em sua prisão. O momento decisivo do processo seria o da ratificação do depoimento feito por Isabel: um dos assistentes do visitador desconfiou “da desenvoltura e afirmação com que ela ratifica[,] suspeitou ele que puderia ela vir induzida por alguém, ou por algum ódio”⁶⁷. Por certo não lhe pareceu verossímil que o réu, ao longo de quatro anos, tivesse tido apenas relações sodomíticas com sua esposa – sagacidade que demonstra o quão inteirados das coisas do mundo eram os homens da Igreja. Apesar da desconfiança que ficara em relação ao depoimento de Isabel, o processo seguiu seu curso. Como Francisco insistiu em negar a acusação a ele imputada, o promotor apresentou o “libelo da justiça”⁶⁸, e o réu passou, então, a ter direito a defesa formal⁶⁹, por meio do advogado Jorge Barbosa Coutinho, nomeado pelo próprio juiz da causa. As diversas testemunhas apresentadas na “contrariedade” corroboraram as alegações formuladas pela defesa, em especial a de que a esposa de Francisco e seus familiares eram “inimigos capitais” do réu. Feita a “publicação da prova da justiça”, o defensor apresentou os “embargos de contraditas”⁷⁰. Em despacho, o visitador consignou no processo: “não recebo as contraditas do Réu ex causa”⁷¹. Ao contrário do que poderia parecer, o juiz já havia sido convencido pelos argumentos apresentados pela defesa, e, dali em diante, o processo teria um revés: de acusadora, Isabel passaria à condição de acusada, sendo presa em seguida⁷²:

Vistos foram estes autos em mesa e pareceu a todos os votos que vista a boa informação que as testemunhas dão do Réu, e a ruim informação que dão da testemunha da justica mulher do Réu[,] e não parecer verossímil que em quatro anos nunca dormisse naturalmente com a

⁶⁵ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 7.

⁶⁶ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 9v.

⁶⁷ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 12v.

⁶⁸ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 18.

⁶⁹ Além dos argumentos de defesa, o advogado apresentou uma lista de 12 testemunhas. ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 21.

⁷⁰ Nos seus embargos, ANTT/IL, processo nº 9.480, fls. 43-44, o advogado apresentou uma lista ainda maior de testemunhas, que, no entanto, não chegaram a ser ouvidas, pois Heitor Furtado já havia formado convicção favorável ao réu.

⁷¹ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 44.

⁷² Isabel de Lamas foi presa em 20 de julho, sendo “solta em fiança depositária” no dia 25 de julho – uma vez que ela ainda teria penas a cumprir –: “aos vinte e cinco dias do mês de julho de mil e quinhentos e noventa e cinco em Olinda perante o senhor visitador apareceu Rodrigo Eanes pai da Ré Isabel de Lamas e se obrigou como fiel carcereiro depositário [de] entregar a dita sua filha presa quando pelo senhor visitador lhe for mandado”, ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 53.

mulher [...] E vistos outros respeitos e o mais destes Autos de que resulta muita presunção contra a dita testemunha sua mulher de dizer falso contra ele, que a dita sua mulher Isabel de Lamas seja presa no cárcere⁷³.

Ao fim do processo⁷⁴, Francisco foi absolvido, mas admoestado a viver “pacificamente com sua mulher”⁷⁵. Em face da gravidade de suas culpas, a sentença imposta a Isabel foi relativamente branda, e ela foi advertida que ficasse em “concordia e quietação com o dito seu marido”⁷⁶. Atenuante decisivo na pena recebida por Isabel foi o fato de ela ser “moça de pouco saber” e “mameluca”, como se vê na sentença:

Foram vistos estes autos em mesa e pareceu a todos os votos que visto não haver contra o Réu Francisco Martins mais prova do caso do nefando per que foi preso, que o testemunho de sua mulher, a qual ora depois de presa retratou seu testemunho e afirma ser falso o que tinha dito contra seu marido e que por ódio que lhe tinha jurou falsamente contra ele [...] que o Réu seja solto e se vá em paz e nesta mesa seja admoestado que viva pacificamente com sua mulher[.] E outrossim pareceu a todos os votos que vistos estes autos e como depois de a Ré Isabel de Lamas jurar nesta mesa contra o seu marido que fizera com ela o nefando, e ele por isso ser preso, e depois de preso e se tomarem as informações que se tomaram resultar presunção contra ela que falsa tem jurara contra ele pelo que foi presa[.] E visto ora presa retratar o que tinha dito e jurado contra o dito seu marido e confessar que tudo o que disse contra ele é falso[, e] que ela falsamente contra ele jurou nesta mesa[.] Respeitando-se porém que da dita falsidade sua e perjúrio não se seguiu condenação danosa ao Réu seu marido, e *respeitando-se a ela ser moça de pouco saber e mameluca*, e a outras considerações pias que se tiveram para ela ficar em concordia e quietação com o dito seu marido[.] que se lhe perdoem as penas de degredo e de açoite que de direito merecia e que somente vá em corpo com uma vela acesa na mão ao auto público na qual se lhe leia sua sentença em que se não especifique mais do caso se não que jurou falso nesta mesa em caso grave pertencente ao santo ofício ~ e que se lhe ponham penitências espirituais⁷⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos aqui analisados permitem algumas conclusões, ainda que preliminares:

⁷³ ANTT/IL, processo nº 9.480, fls. 44v-45.

⁷⁴ Ressalte-se a celeridade do processo, que entre a prisão do acusado e a sentença levou pouco mais de um mês.

⁷⁵ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 52.

⁷⁶ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 52.

⁷⁷ ANTT/IL, processo 9.480, fl. 51v-52v, grifo nosso.

i) Os casos de absolvição ou de condenação a penas menos gravosas foram condicionados, em grande medida, pela avaliação – subjetiva, é bem verdade – daquilo que o visitador inquisitorial Heitor Furtado de Mendoça considerava como “prova bastante” para condenação⁷⁸;

ii) Em termos processuais, as justificativas apresentadas pelos réus – tais como “estar tomado de vinho” ou ter “errado o vaso” – parecem ter sido levadas em consideração pelo visitador na definição das sentenças, uma vez que ele mesmo fazia perguntas nesse sentido a réus e testemunhas⁷⁹;

iii) A “qualidade” dos envolvidos nos processos podia desembocar tanto em um agravamento da situação dos acusados quanto em circunstâncias consideradas atenuantes das culpas cometidas⁸⁰, como no caso de Isabel de Lamas⁸¹: o depoimento de réus e testemunhas tinha peso variável, a depender da idade dos envolvidos, de serem eles cristãos-velhos⁸², cristãos-novos, “gente de cabedal”, “negros da terra”, negros da Guiné, “mamelucas” etc.;

iv) Em três dos processos aqui analisados, os réus tiveram direito a uma defesa formal, feita por advogados de defesa indicados pelo próprio visitador – o que não necessariamente implicou defesas meramente formais. Como se viu, Pêro Domingues foi absolvido, e as

⁷⁸ Por exemplo, é dito no processo de Pedro de Leão que “não se prova bastantemente contra o Réu haver feito o nefando pecado de sodomia de que é acusado pela Justiça em seu libelo”. O réu acaba solto, condenado a “somente” cumprir penitências espirituais. ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 29.

⁷⁹ Sonia Siqueira chama atenção para circunstâncias que poderiam ser consideradas pelo visitador como atenuantes da culpa: “perguntava também o Inquisidor sobre algumas circunstâncias que poderiam ser atenuantes, como, se o acusado costuma tomar-se de vinho, [...] se estava em seu siso, e sobre quaisquer outros dados que pudessem melhor esclarecer a Mesa”. SIQUEIRA, 1978, p. 246. Luiz Mott pontua que as perguntas feitas aos réus no foro inquisitorial visavam apurar a responsabilidade criminal do réu: “quando menos, desde a primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, já em 1591, era uma preocupação constante, nos interrogatórios inquisitoriais, perguntar ao confessando se ‘estava no perfeito uso do seu juízo ou se tinha tomado vinho’ por ocasião do cometimento do pecado ou crime que o levava agora às barras deste Santo Tribunal, visando avaliar o grau de responsabilidade criminal ou intencionalidade do delito”. MOTT, Luiz. *In vino veritas: vinho e aguardente no cotidiano dos sodomitas luso-brasileiros à época da Inquisição*. *Topoi*. v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, p. 10.

⁸⁰ Para uma apropriada discussão sobre as circunstâncias atenuantes em processos inquisitoriais, ver GACTO FERNANDEZ, Enrique. Las circunstancias atenuantes de la responsabilidad criminal en la doctrina jurídica de la Inquisición. *Estudios penales y criminológicos*. Universidad de Santiago de Compostela, 1991. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2103551>>. Acesso em: 6 de dez. 2017.

⁸¹ “[...] respeitando-se a ela ser moça de pouco saber e mameluca”, Isabel de Lamas acabou por ter perdoadas “as penas de degredo e de açoite que de direito merecia” por culpas de “falsidades e perjúrios”. ANTT/IL, processo 9.480, fl. 52.

⁸² Não por acaso, o padre Frutuoso Álvares fez questão de destacar em sua confissão que “é cristão velho de todos os costados”. ANTT/IL, processo nº 5.846, fl. 4v.

qualidades de sua defesa foram inclusive ressaltadas pelo visitador⁸³; Pedro de Leão foi sentenciado a ser solto e “e somente cumpr[ir] as penitências espirituais”⁸⁴; na sentença de Francisco Martins ficou consignado “que o Réu seja solto e se vá em paz”⁸⁵;

v) Nos casos aqui analisados, as falas das testemunhas de defesa foram importantes na definição das sentenças dos acusados, sendo decisivas para compor a sua imagem – real ou inventada – de bons cristãos.

Poder-se-ia dizer, com razão, que várias das decisões tomadas por Heitor Furtado de Mendoça foram questionadas não apenas pelos réus mas também pelo próprio Conselho Geral da Inquisição portuguesa – como aqui se ressaltou –, o que poderia levar à conclusão de que a Primeira Visitação teria sido, por assim dizer, uma exceção no que se refere às práticas de justiça na justiça do Santo Ofício português – assim sendo, cabe refletir: as exceções devem ser deixadas de lado pelo historiador? Poder-se-ia também levantar a hipótese de que o direito de defesa, ainda que existente, não se estenderia aos acusados de “judaísmo”, este sim, reconhecidamente, o crime mais grave da jurisdição inquisitorial – como se viu, os processos analisados neste texto referem-se apenas ao crime de sodomia. No entanto, i) os acusados de “judaísmo” pelo Tribunal de Lisboa foram, em números absolutos, os que mais receberam sentenças absolutórias no século XVI⁸⁶; ii) era prática comum no Tribunal de Lisboa já desde o início de suas atividades oferecer defesa a réus considerados diminutos e/ou negativos, independentemente das culpas cometidas – o que não quer dizer que a instituição o fizesse movida, necessariamente, por piedade cristã: oferecer defesa aos réus era uma estratégia de defesa da imagem da própria instituição. Nesse sentido, emblemática é a correspondência do Conselho Geral para Heitor Furtado de Mendoça:

tereis advertência que daqui por diante não façais semelhantes prisões sem ter prova bastante para isso, *pelo muito que importa não se desacreditar o*

⁸³ “o Réu se defende bem na sua contrariedade e prova a ela dada”. ANTT/IL, processo nº 2.525, fl. 52, grifo nosso.

⁸⁴ ANTT/IL, processo nº 13.139, fl. 30.

⁸⁵ ANTT/IL, processo nº 9.480, fl. 54.

⁸⁶ O que não chega a ser uma surpresa, em face de o número de processos de judaísmo no Tribunal de Lisboa, ao longo do século XVI – e mesmo nos séculos seguintes –, ser bem maior que o de outros crimes. Para alguns dados relativos ao século XVI, ver: FERNANDES, Alécio Nunes. Por “defeito da prova”: a sentença de absolvição em processos inquisitoriais do Tribunal de Lisboa (século XVI). In: *XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

procedimento do Santo Ofício, além dos danos e perdas que recebem as partes em suas pessoas e fazendas de que lhe socrestam⁸⁷.

Pouco utilizada por historiadores brasileiros e portugueses, a abordagem histórico-jurídica das práticas de justiça⁸⁸ da Inquisição portuguesa proposta neste artigo pode ser uma alternativa profícua para complementar os estudos apresentados pela historiografia: a interpretação histórica sobre o Santo Ofício português só tem a ganhar ao ampliar suas possibilidades de análise. Para além de uma história dos processados pelo Santo Ofício, dos seus agentes, e da relação da instituição com outros poderes – inquestionavelmente, estudos importantíssimos para a historiografia –, já é tempo de se escrever uma história das práticas de justiça – também elas historicizáveis – do Tribunal da Inquisição portuguesa, o qual era, também, mas não apenas, um tribunal de justiça criminal de seu tempo.

⁸⁷ BAIÃO, António. “Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil”. In: *Brasília*. Coimbra, 1942, vol 1, p. 547 apud SIQUEIRA, 1978, p. 199.

⁸⁸ Ressalte-se, no entanto, que a historiografia espanhola já adota este tipo de abordagem (histórico-jurídica) desde o século passado, ver, por exemplo, a monumental obra coletiva: ESCUDERO, José Antonio (ed.). *Perfiles Jurídicos de la Inquisición española*. Madrid: Instituto de Historia de la Inquisición de la Universidad Complutense de Madrid, 1989. Do lado brasileiro, a principal historiadora a adotar tal perspectiva é Sonia Siqueira. Ela foi a primeira a discutir o quanto a Inquisição tinha de tribunal, o quanto os inquisidores tinham de juízes, o quanto o pecado tinha de crime: “não era igreja, era tribunal; não era sacerdócio, era justiça. Menos que padres[,] pediam-se juristas. Juristas que fossem padres para uma justiça que a Igreja se prestava a distribuir”. SIQUEIRA, Sonia. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 392, p. 526, jul./set. 1996.

**LIBROS, CÁBALA Y MAGIA EN EL REINO DE MALLORCA: EL
CASO DE LAS CLAVÍCULAS DE SALOMÓN (*MAFTEAH
SHELOMOH*)¹**

**BOOKS, CABALA AND MAGIC IN THE KINGDOM OF MALLORCA:
THE CASE OF “LAS CLAVICULAS DE SLOMÓN”**

Antoni Picazo Muntaner

Professor de História da Universitat de les Illes Balears, Ilhas Baleares
Doutor em História pela Universitat de les illes Balears, Ilhas Baleares
e-mail: cortespicazo@terra.com

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.10996>

Recebido em 16 de Janeiro de 2017

Aprovado em 20 de Março de 2017

RESUMEN

A finales del siglo XVII la Inquisición de Mallorca detuvo a un individuo que estaba en posesión de un libro prohibido, de carácter presuntamente mágico. Se trataba de la obra “Las Clavículas de Salomón”, redactado en latín, con numerosas referencias cabalísticas, conjuros y pentáculos así como fragmentos en hebreo. Este caso fue uno más de los múltiples que se vieron por prácticas de hechicería y brujería en el reino de Mallorca durante esa centuria. Juicios que, desde sortilegios a exorcismos, pasando por abortos e intentos de asesinato utilizando diferentes tipos de veneno alteraron la paz de todo la isla y provocaron un temor jamás conocido hasta entonces.

Palabras clave: Cábalas; magia; libros prohibidos; Mallorca, brujería.

ABSTRACT

In the late seventeenth century the Inquisition in Mallorca arrested an individual who was in possession of a banned book, allegedly magical character. It was the play "The Key of Solomon", written in Latin, with many kabbalistic references, spells and pentacles as well as fragments in Hebrew. This case was one of the many that were seen by practices of witchcraft and witchcraft in the kingdom of Majorca during that century. Judgments ranging from spells to exorcisms, abortions and attempts to murder using different types of poison altered the peace of the island and caused a fear never known until then.

Keywords: Kabbalah; magic; banned books; Majorca; witchcraft.

¹ Este artículo forma parte del proyecto de investigación HAR2015-67585-P “Gobierno, guerra, grupos de poder y sociedad en el reino de Mallorca durante la Edad Moderna”, (AEI/FEDER, UE).

INTRODUCCIÓN

La persistencia del miedo a la bruja, a la hechicera, a los sortilegios y encantamientos no fue exclusiva del siglo XVII, aunque sí que en esta centuria tuvo su máximo apogeo. Tanto en el XVIII como en el XIX continuó subsistiendo, y con mucha fuerza, la creencia en lo sobrenatural, en la brujería y el temor que esta provocaba en la población. Algunos comportamientos de carácter eminentemente antisocial, producido generalmente por mujeres que tenían una vida bastante precaria, prolongaron el temor vecinal² en todas sus facetas y vertientes, especialmente a la bruja y a ser hechizados. En el último cuarto del siglo XVII el reino de Mallorca, pero más especialmente su capital, vivió momentos de histeria colectiva³ cuando una serie de casos de hechicería con la presunta intervención, nada más ni nada menos que del mismo diablo, provocó el temor de muchos de sus ciudadanos⁴. Aquí analizaremos uno de estos casos, fundamentalmente por dos motivos esenciales. Primero, porque eran situaciones típicas y tópicas que rodeaban a la brujería, fomentadas por la percepción popular, el miedo, una religiosidad extrema⁵ y, fundamentalmente, por los rumores. En segundo lugar, por la propia actuación del tribunal del Santo Oficio de la isla, y por el de la Suprema⁶. En el caso de la Inquisición insular actuó más como un resorte para contener el miedo y mantener la paz social mediante interrogatorios, que por una verdadero afán para suprimir la brujería y la hechicería del reino, puesto que, en este extremo, eran tremendamente escépticos. Y, en el caso de la Suprema, como veremos, siempre apostó por archivar algunas causas inverosímiles o por

² MOYA ESPÍ, Carlos. Intencionalidad y significado. *Quaderns de filosofia i ciència*, n. 28, p. 53-75, 1999. En cuanto al miedo colectivo el autor explica como “ese temor es posible sobre el supuesto de otro fenómeno mental: su creencia en la existencia de las brujas”.

³ LEVINE, Mark. Identidades sociales, violencia y orden público. *Revista Catalana de Seguridat Pública*, n. 9, p. 1-14. Asegura que en un determinado momento los grupos, empujados por sus creencias, pueden ser el origen de conflictos y de violencia extrema. Este extremo se puede confirmar en: SÁNCHEZ, Sandra. Miedo, rumor y rebelión: la conspiración esclava de 1693 de Cartagena de Indias. *Historia Crítica*, n. 31, p. 77-99. Donde expone como, frente a los rumores de una posible rebelión de esclavos, los habitantes de Cartagena de Indias salieron todos armados a la calle dispuestos a defenderse.

⁴ Las relaciones entre la brujería y la influencia del rumor y de las habladurías, ha sido ampliamente tratado por STEWART, Pamela; STRATHERN, Andrew. *Brujería, hechicería, rumores y habladurías*. Madrid: Akal, 2008.

⁵ MORAÑA, Mabel. *Viaje al silencio: Exploraciones del discurso barroco*. México: UNAM, 1998.

⁶ BESNÉ, José Ramón Rodríguez. *El consejo de la Suprema Inquisición*. Madrid: Editorial Complutense, 2000; LÓPEZ, José Antonio Escudero. *Perfiles jurídicos de la Inquisición española*. Madrid: Instituto de Historia de la Inquisición, 1986.

reducir las ya pequeñas penas impuestas por los tribunales territoriales, fomentadas sobre el miedo más que sobre realidades concretas y tangibles. La Inquisición española, pese a la leyenda negra, no creía en brujas, y a finales del XVII aún era mucho más crítica con ellas. Recordemos el informe que tras los incidentes de Logroño realizó el inquisidor Alonso Salazar de Frías que en 1610 y que fue una línea roja que marcó un antes y después sobre la creencia en las brujas. Salazar manifestó con rotundidad que “*no hubo brujos ni embrujados hasta que no se comenzó a tratar y escribir dellos*”. Esta visión también se extendió por igual a las hechiceras hasta el punto de calificarlas no como tales, sino como “embaucadoras”. Pero la tranquilidad, la paz social se debía mantener a toda costa. Si para sosegar a la población urbana y quitarle sus miedos cabía realizar algún que otro proceso, se ejecutaba.

Tanto la brujería como la hechicera han sido analizadas y estudiadas desde diversas disciplinas científicas, como la antropología, la historia, la teología, la medicina, la psicología, el folclore, la filosofía,... En definitiva, son muchos los autores que, desde diferentes países de Europa y América, se han dedicado a su investigación. Autores como Levack, Macfarlane, Sharpe, Barry, Hester, Roberts, Rosen, Murray ... han profundizado en esta temática, algunas veces desde escuelas historiográficas diferentes y puntos de vista opuestos, pero siempre con una línea de fondo totalmente convergente. Líneas que tienen un objetivo concreto: comprender, explicar y divulgar el porqué del fenómeno.

En el caso de España su estudio también ha sido muy prolífico, empezando por los antecedentes del siglo XIX, de los que cabría destacar a Pedro Martínez, hasta aquellos escritos que se han convertido en obras maestras, transformándose en verdaderos libros clásicos sobre esta temática. Volúmenes que abrieron nuevas líneas de investigación e interpretación, entre ellas principalmente las de Julio Caro Baroja, que merece un loable lugar de honor y que se ha convertido en un referente imprescindible. La investigación en España se ha desarrollado tanto en una perspectiva global que intentó dar una explicación lógica a muchas de estas manifestaciones, como en la observación de casos particulares, las dinámicas propias que se dieron en diferentes lugares de la geografía hispánica, o desde la historia de género. Entre los investigadores españoles que se han centrado en esta materia desde la ciencia histórica destacaríamos a Manuel Fernández Álvarez, Arturo Morgado, Carmelo Lisón, Anna Armengol; pero también desde el

análisis literario sobresalen autores prolíficos, como Lara Alberola, entre muchos otros de imposible cita.

Por lo que se refiere a los libros prohibidos por el tribunal inquisitorial también son muchos los que se han ocupado de las grandes líneas que conforman un espectro historiográfico muy completo y complejo. Tendríamos líneas diferentes, como la analizada por Cristina Gómez y Guillermo Tovar sobre la literatura de la revolución y su persecución en el caso concreto de México; la de Pedro Guibovich, sobre la censura de libros en el Perú colonial o la misma tendencia seguida por J. M. Bujanda sobre la literatura prohibida en el siglo XVI en España; el más que clásico de Antonio Sierra sobre la censura en España editado en 1947 o el de José Pardo que profundizó en la censura de libros científicos. Por lo que se refiere a la Cábala y los libros cabalísticos que aquí estudiaremos, cabría citar el capítulo de José Antonio Mazzoti sobre la tradición cabalística en España, o el de Ofelia-Eugenia de Andrés sobre la hechicería en literatura hispánica.

En nuestro caso, analizaremos la incidencia de un libro de origen cabalístico, pero que, con el paso del tiempo, fue adulterado en diversas ocasiones, introduciéndose elementos tanto de la religión cristiana como de otras obras de magia y superstición y que, tras el *Picatrix*, fue uno de los libros más leídos, y perseguidos, durante el siglo XVII: se trata de las *Clavículas de Salomón*. En este sentido penetraremos en un proceso inquisitorial seguido en el reino de Mallorca por la tenencia del mismo. Sin embargo, y cabe hacerlo constar, la presencia del referido volumen no se limita únicamente al juicio estudiado, sino que su reflejo en otras causas, especialmente en la de las búsquedas de tesoros encantados, también fue presente, aunque en estas ocasiones no se pudieron localizar las obras en cuestión, que usaron para poder obtener riquezas escondidas.

EL PROCESO CONTRA GASPAR FELIU

En 1673 el Santo Oficio del reino de Mallorca dictaminó que se procediera a la inmediata captura y encarcelamiento de Gaspar Feliu⁷, determinando su incomunicación, con embargo de bienes, dando paso al inicio de su causa. El fiscal, en su escrito inicial, le

⁷ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6 “Causa de fe contra Gaspar Feliu, 1674”

acusó de haber efectuado, realizado y dicho “*muchos delitos contra la Santa Fe Católica*”⁸, imputación que fue remitida al inquisidor Francisco Rodríguez de Cossio y a la Suprema, que indicó que se continuara con el proceso. El hecho principal por el que se incriminaba a Feliu era porque estaba en posesión de un libro prohibido, de uso exclusivamente mágico y herético.

No obstante, la denuncia se inició en Menorca y posteriormente se trasladó a Mallorca. Pero los hechos se extendían más allá de la geografía del reino de Mallorca puesto que todo aquel asunto se había iniciado en Italia, concretamente en Nápoles, Roma y Pavía, y muchos de los que habían participado, directa o indirectamente en el mismo, o bien residían en esas ciudades, o bien ya se habían trasladado a otras. Cabe recordar que Bolonia, Padua, Pavía, Pisa y Florencia se habían convertido en los destinos principales de los universitarios mallorquines, como lo han dejando meridianamente claro Planas y Ramis.⁹ Este fue el caso de un compañero de estudios del acusado, que ya había concluido su formación en Milán y en los momentos del proceso residía en Valencia, por lo que fue testificado por el tribunal inquisitorial de aquel reino.

El proceso se inició cuando Rafael Pons, beneficiado parroquial de la iglesia de Ciutadella, en Menorca, estaba conversando con unos amigos, concretamente con Domingo Pons, subdiácono, beneficiado en la villa de Alayor, Menorca, y más tarde nombrado comisario del Santo Oficio, y Juan Sintas, Labrador. Las relaciones entre los comisarios no siempre fueron buenas. Domingo Pons y Juan Bruells, también comisario del Santo Oficio y presbítero de la iglesia de Ciutadella, discutieron y Pons denunció en 1689 a Bruells por “injurias”.

Esa misma noche Domingo Pons relató que cuando estaba estudiando leyes en Pavía, hacía unos dos años de aquello, desde Roma llegó un mallorquín que se instaló en su misma posada. Mallorquín a quien, en un primer momento no nombró. Explicó que ese compañero había llegado con un maleta y en su interior tenía un libro, del tamaño de un misal. Esta obra estaba escrita en latín y sus capítulos contenían remedios para obtener el amor de las mujeres, hechizar personas, convocar demonios y otras cosas de semejante género. Asimismo, Domingo Pons confirmó que aquel volumen contenía caracteres y

⁸ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6 “Causa de fe contra Gaspar Feliu, 1674”, fol. 1.

⁹ ROSSELLÓ, Antonio Planas; BARCELÓ, Rafael Ramis. *La facultad de leyes y cánones de la Universidad Luliana y Literaria de Mallorca*. Madrid: Dickinson, 2011.

signos incógnitos y algunas palabras en italiano. Además, su información se completó con la afirmación que ese joven, dentro del libro, tenía un papel y estaba envuelto un pequeño puñal, de unos dos palmos de largo por tres dedos de ancho. Los otros dos tertulianos, tras escuchar aquel relato, quedaron completamente atónitos y conminaron a Domingo Pons a denunciar aquellos hechos al Santo Oficio¹⁰.

Y, ciertamente, Domingo Pons hizo caso a los consejos de sus amigos y a los pocos días compareció ante la Inquisición de Ciutadella para poner en su conocimiento la existencia de ese libro y su poseedor. Pons, natural de Alayor, se había trasladado a Pavía para estudiar leyes, compartiendo viaje y posada con Jerónimo Riera, mallorquín, que estaba aprendiendo medicina y que en el momento de su declaración, por informaciones que tenía, estaba completando su formación en el reino de Valencia. La descripción de su compañero fue muy certera. Jerónimo Riera era un joven de veintidós años, hoyoso de viruelas, blanco, alto de cuerpo, grueso y de pelo castaño. Pero no eran los únicos que se habían trasladado a Pavía, junto a ellos también estaban en aquella ciudad Salvador Vadell, mallorquín, y Guillermo Mercadal y Bartolomé Suau, ambos de Menorca, naturales respectivamente de Mercadal y Ciutadella.

Pons continuó narrando como Gaspar Feliu llegó de Roma, “*vestido de estudiante*”, era un “*moço alto, con una cabellera grande y rubia, delgado de cara, robusto, de edad de 22 o 23 años*”¹¹. Justo a los dos meses de su llegada a Pavía, Feliu abandonó la ciudad con una compañía de soldados y dejó una caja en su habitación, advirtiéndolo a sus amigos que jamás usaran el cuchillo que estaba dentro. Cuando Feliu se marchó, Jerónimo Riera entró en su aposento, dentro del castillo de Pavía, y sacó de su maleta un libro de a folio, manuscrito en latín, que tenía capítulos para conciliar el amor de las mujeres, encantos con palabras incógnitas y caracteres no conocidos. El libro presentaba un preámbulo en latín, y estaba encuadernado como “*un libro de cuentas con dos correas de cuero*”¹² y dentro halló un envoltorio de papel que contenía un puñalito.

Seguidamente, compareció ante el Santo Oficio Rafael Pons, menorquín, al cual también se le interrogó para que explicara porqué motivo no había denunciado la tenencia

¹⁰ Para la alteración de la realidad y la recreación fantástica, vid. GASKILL, Malcolm. The Pursuit of Reality: Recent Research into the History of Witchcraft. *The Historical Journal*, v. 51, n. 4, p. 1069-1088, 2008.

¹¹ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 14.

¹² AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 15.

del referido libro. Las explicaciones de Pons fueron rotundas: no le denunció porque ya lo había dicho a su confesor el padre fray Vicente Bell, de la Santa Inquisición de Menorca, y que le había asegurado que el libro tenía invocaciones a demonios.

Las declaraciones de los testigos de Mallorca y Menorca demandaban otra testifical complementaria: la del estudiante de medicina Jerónimo Riera. Por este motivo se envió un oficio al reino de Valencia para que el Santo Oficio tomara declaración a “*Jerónimo Riera, mallorquín, que vive en el hospital, en la casa de Josep Andreu Balaguer, capellán de dicho hospital, de 22 años*”¹³. Riera contó como hacía dos años que había estado en Pavía, estudiando medicina, y que allí había coincidido con Gaspar Feliu, de unos 22 años, de pelo largo, y este le dijo que le guardase un poco de ropa en una arca y que tuviese mucho cuidado con un cuchillo, que no cortara nada con el, ni pan ni cosa alguna puesto que se había hecho “*en luna nueva*”¹⁴. Riera añadió que abrió el libro y que este contenía unos círculos y caracteres hechos a mano. Además, añadió que Feliu le había dicho que si se ponía uno de aquellos círculos en el pecho no le podrían hacer ningún daño, ni siquiera si le disparaban con una carabina. Feliu también le expresó que si quería saber noticias de su padre el libro lo podría ayudar, puesto que había un par de conjuros para ello. Después de aquello Feliu se marchó una temporada de Pavía y estuvo recorriendo el estado de Milán.

Otra de las declaraciones que se efectuaron en el Santo Oficio de Mallorca fue la de Miguel Sierra, notario, de 36 años. Este explicó que Jorge Ferrer, beneficiado de Sóller, que vivía en esa capital del reino, justo detrás de la iglesia de Santa Eulalia, era muy amigo de Gaspar Feliu. Recordó que Feliu era hijo del alcaide de la cárcel real y que Ferrer le explicó que su amigo tenía un libro prohibido. Esta declaración condujo ante al tribunal al dicho Jorge Ferrer, de 22 años, que reveló que él y Feliu compartieron posada y comida en Pavía. A las preguntas que le formuló el fiscal y el inquisidor contestó que, efectivamente, Feliu poseía un libro con conjuros y nombres de demonios, junto con diversas oraciones en italiano que también presumía eran mágicas. La dicha obra, al parecer, contenía muchas oraciones para atraer el amor de las mujeres. También reiteró que Feliu había tenido “*muchas pendencias y siempre había salido bien*”¹⁵ puesto que estaba “ensalmado”. En este sentido entenderíamos “ensalmado”, por “encantado”. Un diccionario de finales del siglo XVIII

¹³ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol.22.

¹⁴ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 27.

¹⁵ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 30.

define por ensalmo como “cierto modo de curar con estas, ó las otras palabras, que se suponen supersticiosas,” añadiendo que ‘hacer algo con ensalmo’ es “ejecutarlo con encanto”¹⁶.

Ferrer pudo clarificar como en dicho libro había un pentáculo o círculo para hacer llover donde se quisiera y que el título del mismo era “Clavícula de Salomón”. Ante estas declaraciones el tribunal ordenó al alguacil mayor del Santo Oficio, Domingo Ferragut, que registrase con todo cuidado la persona y la casa de Gaspar Feliu. Ferragut realizó esa inspección acompañado de Manuel Jiménez de Sotomayor, secretario del tribunal, y de Gaspar de Puigdorfil, caballero y familiar de la Inquisición. Mientras tanto se ordenó la prisión de Feliu pero “*como es persona de calidad que se le de el alimento y se le trate con más decencia que a los demás presos*”¹⁷. No obstante, debían embargársele los bienes que poseyera y que tuviera en su vivienda.

Así pues la comisión visitó la casa de Feliu y embargó una sortija, varias prendas de vestir (una capa, varias camisas, unos pantalones y dos casacas, entre otros géneros) de diferentes materiales (seda, lino, ...), todo ello ante la presencia de Coloma, la madre del detenido. También registraron todas sus posesiones y solo hallaron “*papeles de negocios y una absolución impresa en Roma a favor de dicho Gaspar Feliu*”¹⁸.

Tras este registro se pasó a tomar declaración al propio acusado, a Gaspar Feliu requiriéndole para que explicara su genealogía. Feliu era hijo de Gaspar Feliu, de la villa de Campos, difunto y de Coloma Catany. Sus abuelos paternos también eran de Campos mientras que sus maternos lo eran de la misma capital del reino. En cuanto a sus tíos paternos explicó que entre ellos estaba Pedro Feliu, que se fue a servir a Flandes y nunca más se supo de él o a Matías Catany, cirujano. Después se le pidió para que “*hiciera relación de su vida*”¹⁹. De esta forma Feliu comenzó a explicar algunos detalles de su aprendizaje y vida en Italia. Afirmó que sabía leer y escribir y que lo aprendió en Mallorca, en la ciudad, con fray Vicente Boquer, religioso de la orden de Santo Domingo; posteriormente estudió Gramática en Randa con Antonio Font, de Sineu, y Lógica y Física con el lector Pellicer, también de la orden de Santo Domingo.

¹⁶ TERRERO, Esteban. *El diccionario castellano con las voces de las ciencias y las artes*. Madrid: Imprenta de la viuda de Ibarra, 1788.

¹⁷ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 33.

¹⁸ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 39.

¹⁹ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 41.

Tras estas explicaciones relativas a su formación, se le pidió para que concretase si había salido fuera del reino. Feliu narró que había “*andado toda la costa de Cataluña y estado en Génova en compañía de Javier Gelabert, presbítero beneficiado*”²⁰ y por entonces difunto. De Mallorca se fue a Roma, pero primero estuvo en Alicante, después en Denia y Barcelona. En Barcelona tomó una navío que le dejó en Génova donde cogió un barco hasta Italia, permaneciendo en Roma por tiempo de dos años. Tras abandonar la capital del mundo católico se dirigió a Nápoles, en compañía de un franciscano llamado Moncada. En Nápoles estuvo ocho meses y fue allí donde conoció a una mujer, de oficio comediente, que se llamaba Juanilla, de la que no pudo aportar más datos. Esta le enseñó que si rezaba tres credos cruzando los pies podría saber todo aquello que desease.

Después de su estancia en Nápoles regresó de nuevo a Roma, donde trató con una siciliana llamada Magdalena, la cual le enseñó un sortilegio. Este consistía en un papel que contenía un discurso y que comenzaba con estas palabras “*embriana, embriana de la casa mía*”²¹, luego puso lumbre en el suelo y quemó incienso y mira y lo pasó por encima. En Nápoles la “*Bella’mbriana*” es el espíritu protector de la casa²². Esto lo realizó tres veces y era un hechizo que servía para conseguir el amor de los hombres y de las mujeres. Que ello lo afectó mucho y por esto se confesó en la iglesia de San Pedro. Estuvo en Roma otro año y luego se fue a Milán con unos soldados tudesco y franceses. De camino se pararon en Liorna donde mantuvo relaciones con algunas mujeres. Una de ellas, concretamente una napolitana llamada Magdalena, fue la que le dio el volumen llamado la “Clavícula de Salomón” por gratitud puesto que él la ayudó en unos momentos en que unos hombres la amenazaban con matarla.

Tras una estancia en Liorna se fueron a Milán y de allí a Pavía. Fue en Milán, donde conoció a un furriel tudesco que le dio una pequeña bolsita para que se la guardase. Este le explicó que dentro de ella había depositado un escrito mágico que lo protegería de todos los males y que siempre estaría a salvo, incluso de disparos de armas de fuego. También le narró que existía un gran número de personas “ensalmadas” con este sortilegio y que por eso mismo no se las podía herir. Tras su estancia en Pavía, Feliu regresó a Mallorca y fue

²⁰ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 44.

²¹ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 46.

²² PARDO, Italo. *Managing Existence in Naples*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

aquí donde entregó el libro en cuestión a su confesor, Juan Cabot, que por entonces era beneficiado de la iglesia de San Miguel. También reveló que había entregado el libro porque estaba asustado. Concretamente pudo narrar como una noche un perro se le puso entre las piernas, a lo que él respondió con una patada. Al cabo de unos instantes pudo oír un grito o una voz que le espantó causándole temor y fue cuando lo contó todo al religioso citado.

Con esta declaración finalizó el primer interrogatorio a Gaspar Feliu, el cual siguió en prisión. No obstante, al cabo de unos días pidió una audiencia voluntaria puesto que alegó que se le habían olvidado algunas cosas. Entre ellas expuso que estando en Roma un caballero francés le dio una medalla de plata sobredorada. En una cara se podía percibir claramente un hombre a caballo, mientras que en la otra no se podía distinguir lo que había inscrito. Clarificó que la moneda era semejante a un real y que aquel caballero le dijo que si se la ponía en el brazo no le sucedería ninguna desgracia. Ese fue el motivo por el cual se la llevó consigo hasta Milán pero que en esa ciudad se la dio a una mujer llamada Ángela.

Ante las declaraciones de Feliu, el fiscal presentó un escrito de imputación al tribunal en el que afirmaba que el acusado había estado fuera del reino de Mallorca en muchas y variadas partes y realizado varios sortilegios y supersticiones. El fiscal sostuvo que un delator anónimo había contado que el acusado tenía un pliego con un sortilegio y que lo había colocado debajo del ara durante tres misas consecutivas, profanando con ello el altar de Cristo. Todo ello eran hechos diabólicos y por eso se le debían imponer las más severas penas. También reclamó del tribunal que Feliu fuera puesto en tormento y se le repitiera todas la veces que hiciera falta hasta conocer enteramente toda la verdad.

Seguidamente se le nombró un abogado defensor, y se le dio lectura de los artículos de la acusación y de la petición del fiscal. En esos momentos la colaboración de Feliu se hizo más efectiva, manifestando que el escrito con el sortilegio en cuestión y el cuchillo estaban en su casa. Ante esa respuesta el inquisidor mandó de nuevo una comisión del tribunal, encabezada por el notario Martín Seguí, para que registrase de nuevo la vivienda de Feliu en busca de ese material. Ciertamente, Seguí halló un papel escrito en italiano que presentaba un dibujo de una gran cruz y tres rayos que emergían de los ángulos centrales de la misma²³. Entorno a ella había diferentes signos y símbolos, todos ellos con caracteres

²³ TORQUEMADA SÁNCHEZ, María Jesús. *La Inquisición y el diablo: supersticiones en el siglo XVIII*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000. Explica “Dentro de concepto de supersticiones se incluyen las adivinaciones, curas, signos..

“*incógnitos que parecen oración para librarse de enemigos en batallas*”²⁴. Junto a ese escrito hallaron tres agujas, un clavo, unas tijeras, una navaja con mango de hueso quebrado, un compás, dos cuchillos con mango de hierro negro y dos sortijas, “*una de ellas muy grande y tosca que no parece para ser llevada en la mano, de hierro sobredorado gravada con formas, con un león o perro*”²⁵. Además, su madre entregó “*un cuchillo de dos palmos, de dos dedos de ancho, hechura de alfanje morisco, con mango de madera*”²⁶.

El notario, fiel a su oficio, reprodujo el texto en italiano que halló en el domicilio de Gaspar Feliu. En este escrito se combinan las invocaciones religiosas cristianas con algunos fragmentos totalmente paganos “*...E si come quel hora tremola terra et sole e la luna, oscuro questo mando...*”²⁷. Hallamos alusiones directas a la pasión de Cristo y a su resurrección, pero en un contexto en el cual se reclama “*... bona fortuna e ventura...*”²⁸ o, más aún, “*...io sia amato della done...*”²⁹. Sin duda, y como vemos, era un documento mágico que mezclaba oraciones paganas con cristianas “*li angeli Gabrielle é Rafaelle*”³⁰ para demandar múltiples cuestiones, desde la protección hasta el amor de las mujeres³¹ “*...qui la portara a dorso no li intravera malle alguno ma sara un orni loco aventurato et agratiato tutte le persone tanto homo quanto dona...*”³².

En definitiva, nos hallamos ante un sortilegio muy polifacético y extremadamente versátil “*...al levare del sole a la luna crexente avera de quella persona tutto aquello li dimandara ma guarda non la portare sopra quando peccassi car se perdera la vertu...*”³³. Al final del documento en cuestión encontramos una serie de pequeños cuadrados con diversas inscripciones, algunas de ellas evidentemente cristianas “*liberare de inimicus mei Jesús Nazarengo Rex Judeorum*”³⁴, acompañado, lógicamente, de cruces de distinto tamaño o “*...homes santi, angeli et arcangelis orate pro me...*”.

²⁴ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 49.

²⁵ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 50.

²⁶ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 50.

²⁷ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 51.

²⁸ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 51.

²⁹ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 52.

³⁰ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 52.

³¹ CULIANU, Ioan P. *Eros y magia en el Renacimiento*. Madrid: Siruela, 1999. Llama la atención el análisis que realiza el autor sobre el control del deseo erótico del propio individuo.

³² AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 52.

³³ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 52.

³⁴ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 52.

El notario entregó el referido escrito al tribunal quien, a continuación, convocó de nuevo a Gaspar Feliu para que revelase todo lo que sabía del mismo. Feliu respondió que desconocía por completo quién había realizado aquel manuscrito, pero que a él se lo dio Antonio Mamunda, de Cerdeña, cortesano en Roma. Además, añadió que estando en esa ciudad conoció a un valenciano, llamado José pero que desconocía más filiación, que estaba amancebado con una siciliana y que tenía una oración escrita en italiano y letras hebraicas y salmos para librarse de todos los peligros. También reconoció que en Roma buscó a un hombre que decían que sabía hacer remedios para ganar en el juego. Solo pudo concretar que se llamaba Carlos y que en un lienzo pequeño, en su esquina, escribió unas letras hebraicas y que le dijo que para ganar en los juegos de azar debía bautizar aquel lienzo como si fuera una criatura. No obstante, Feliu clarificó que no solo no hizo aquel sortilegio sino que, acto seguido, se fue a confesar.

Seguidamente empezaron las testificaciones de varias personas, anónimas, aunque la mayoría menores de edad que comunicaron al tribunal que habían oído como el reo estaba “ensalmado” porque disponía de unos papeles de invocaciones a demonios que lo protegían. Pero tanto Feliu como su abogado defensor rechazaron estas declaraciones por ser infundadas, alegando que los que habían declarado eran menores que recogían los rumores de la calle. Además, Feliu aclaró que tenía una animadversión manifiesta con algunos de sus delatores y que, presumiblemente, aquellos habrían actuado por despecho, especialmente Pedro Juan Creus, puesto que en la plaza de Pavía “*le había dado de palos*”. También matizó que estaba enemistado con Jorge Ferrer, por celos de cierta mujer.

Para determinar hasta que punto era cierto la presunta hostilidad, el Santo Oficio mandó llamar a Jorge Ferrer, beneficiado de Sóller, el cual expresó que “*no era ni amigo ni enemigo*” ni del acusado ni del fiscal. Narró que, efectivamente, en Milán conoció a una mujer mallorquina. Que posteriormente supo que Feliu también la había conocido y que este fue el motivo por el cual se distanciaron pero sin que hubiera ningún conflicto. Las respuestas no terminaron de aclarar las dudas que tenía el fiscal, el cual volvió a solicitar que para conocer la entera verdad de todo, y los cómplices, se debía dar tormento al reo. Sobre el tormento cabe citar que a finales del siglo XVII la tónica común del fiscal era la de pedir el tormento para los reos, pero el inquisidor siempre los rechazó.

A partir de este momento el propio Feliu volvió a pedir una audiencia voluntaria y repitió de nuevo que su voluntad era la de colaborar plenamente con el Santo Oficio. Que ya había dicho todo lo que sabía, entregado el papel con el sortilegio y que el libro en cuestión se lo había dado a su confesor, al que liberaba del secreto para que manifestase que aquello era cierto. Ante estas afirmaciones el tribunal reclamó el testimonio de Juan Cabot, sacerdote. Cabot confirmó todo lo dicho por Feliu. Efectivamente, era del todo cierto que el acusado le dio un libro en confesión, haría cosa de un año de aquello, y que el mismo se fue con ese manuscrito al Santo Oficio donde lo depositó. Ante esta explicación la Inquisición recuperó aquel volumen de su archivo. Efectivamente, se trataba de la obra “Clavícula de Salomón”, un libro con numerosos capítulos para actuar de forma mágica sobre multitud de temas, con conjuros muy variados que iban desde el simple “*Conjuro vos Anael*”³⁵, *Raziel*³⁶, *Feliel*, *principes amoris*” para obtener el amor de hombres o mujeres³⁷, a pentáculos más elaborados. Fernando F. Saavedra, sobre la obra en cuestión, explica como iniciada en el secretismo rabínico se escapó de ese contexto y en la Edad Media sufrió varias adulteraciones, añadidos y, por supuesto, introducciones de carácter eminentemente cristiano.³⁸

Una vez concluido todo el expediente, se condenó a Gaspar Feliu a ser desterrado dos años de la ciudad, matizando que el primer año debería pasarlo recluso en un convento con algunas penitencias saludables, lógicamente a discreción del prior.

EL LIBRO

El libro “Las Clavículas de Salomón” (*Mafteah Shelomoh*) un grimorio de origen medieval, aparece en el *Novus Index librorum prohibitorum*, editado en Roma en febrero de 1627 y en el *Catalogus Haereticorum* de Pietro Vergerio, publicado en 1566 y no desaparece de la lista de libros prohibidos hasta entrado el siglo XIX. Aunque también lo hace en un tratado de filosofía de principios del siglo XVIII, el de Johann F. Buddeus *Introductio ad*

³⁵ Anael es el ángel del amor.

³⁶ Raziel es el ángel de los secretos. Las repeticiones son elementos fundamentales en todo conjuro y parte básica del rito. Vid. CAZENEUVE, J. *Sociología del rito*. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

³⁷ VALIENTE, Francisco Tomás y (et al). *Sexo barroco y otras transgresiones premodernas*. Madrid: Alianza Editorial, 1990, p. 153-173.

³⁸ SAAVEDRA, Fernando Figueroa. La “Clavícula de Salomón”: la magia como osamenta expresiva de los miedos y deseos humanos. *Cuadernos del minotauro*, n. 2, p. 99-118, 2005.

historiam philosophiae Ebraeorum, reproducido en 1702. También fue recogido como uno de los manuales más adecuados para los sortilegios amorosos por Paolo Grillandi y Gianfrancesco Ponzinibio, en el *Tractatus duo: unus de sortilegiis*, de 1592. Por su parte, Nicolás Eymeric estaba plenamente convencido que tanto la “*Clavículas de Salomón*”, como “*Tesoro de Necromancia*” estaban fundamentados en el poder de los demonios, del culto que debían dárseles y, sobre todo, de las oraciones para convocarlos. Tal vez una de las cuestiones a tener en cuenta sobre dicha publicación es la doble percepción que tuvo la obra. Si para la Iglesia se trataba de un volumen invocador de demonios y, evidentemente mágico, para la ciencia no era más que otro de los muchos que había que jugaban con la credulidad y la superstición. Así lo evidenciaron muchos filósofos y médicos, especialmente a lo largo de todo el siglo XVIII. Tal consideración la hallamos en *Specimen historiae medicae*, de 1765 o en *Dissertatio Política* de Michael Gude de 1708.

La obra, aunque en su título aparezca en nombre del rey sabio, se redactó muy probablemente en el siglo XIV y, junto con el Picatrix, el Libro de Raziel, el Semaforas, y el Zohar, fue una de las más consultadas y famosas durante todo el Renacimiento, aunque su influjo, especialmente en España, se dejó sentir de una forma mucho más patente en el siglo XVII. Y, de hecho, fue en la Mallorca de esa época, donde la nueva moral barroca imperaba por doquier, que detectamos diferentes tenencias del mismo en la isla.

La estructura y el contenido del libro “*Clavícula de Salomón*”, depositado en su momento en la sede del tribunal de la Inquisición de Mallorca es, básicamente, la misma que otras ediciones de la misma época. Caro Baroja³⁹ explica “Que las malas lecturas son frecuente causa de la perdición de las almas es cosa que se ha repetido, sobre todo entre gente poco aficionada a leer”. También recoge algunas antiguas referencias que vincularon a Salomón con la Magia, en este caso los escritos de Flavio Josefo que citando a los libros salomónicos habló de la “*Magia Salomonis*”. Menéndez Pelayo, por su parte, narra: “Sobre este libro y los llamados caracteres de *Salomón*, discurre así el doctísimo Obispo de Segorbe, D. Juan Bautista Pérez, en su memorable ‘Parecer’ contra los plomos de Sacromonte, escrito en 1595: «Los nigrománticos tienen cierto libro de conjuros con caracteres incógnitos, el qual llaman *Clavícula Salomonis*, y está vedado en todos los catálogos de la

³⁹ CARO, Julio. *Vidas mágicas e Inquisición*, Madrid: Istmo, 1992, p. 159.

Inquisición; y los mágicos fingen que le escribió *Salomón* fundándose en un lugar de Josefo el qual dice en el octavo libro de ‘Antigüedades’, en el capítulo 2”.

La obra está dividida en dos partes; la primera de ellas de texto, la segunda de imágenes. En cuanto al contenido presenta una portada, con una portadilla en la que se representan los planetas (Saturnis, Júpiter, Mars, Venus, Mercuris)⁴⁰ así como el Sol y la Luna y la simbología que pertenecía a cada uno de ellos y, por supuesto, los horóscopos. Seguidamente aparece el proemio que inicia el texto (*Clavicula Salomonis regis ex Hebraica veritate...*). La primera parte está compuesta de quince capítulos, basados principalmente en la ejecución de determinados conjuros, como exorcismos, la elaboración de pentáculos, la interpretación de sueños, conjuros para amor, etc. Tal vez lo más significativo de este primer gran bloque sea el capítulo segundo, dedicado íntegramente a los días, las horas y su relación con los planetas, como por ejemplo que las horas dominadas por Saturno y Marte, en conjunción con la Luna, son las ideales para realizar conjuros contra los enemigos⁴¹. Otro elemento destacable lo hallamos en el capítulo de este primer bloque dedicado a la elaboración de pentáculos, donde se inscribirá la letra “tau”, al menos en cada punto cardinal, y dentro de un doble círculo y, además, los cuatro grandes nombres de Dios, que el texto reproduce en hebreo y latín (Yahvé, Elion, Eloah, Eheieh)⁴².

La segunda parte la componen veintitrés capítulos, la mayoría de los diferentes elementos necesarios para realizar hechizos y/o conjuros, tales como la cera, el fuego, el agua... (*experimento ad Odium et destructionem inimicum*)... o la utilización de las imágenes astrológicas y otros conjuros de origen hebreo (*Adonai Sancte Deus Omnipotents qui es Alfa et Omega*). Todos ellos escritos en latín, aunque también incorporan, dentro de la misma narración textual, símbolos, figuras geométricas y números.

El segundo gran bloque, el de las imágenes, estaría compuesto por dos tipos. El primero de ellos son las armas, en este caso cuchillos, de carácter simbólico para realizar

⁴⁰ CARO BAROJA, Julio. *Magia y Brujería*. San Sebastián: Txertoa, 1987, p. 87 explica como la magia posee una dimensión forjada en cuatro ángulos: la ciencia, el arte, la religión y la filosofía. En el sentido de la confrontación entre ciencia, filosofía y brujería existen dos obras fundamentales. CLARK, Stuart. *Thinking with Demons. The Idea of Witchcraft in Early Modern Europe*. Oxford: OUP, 1997, especialmente significativos son los capítulos dedicados a la Brujería y la Ciencia, con un amplio análisis de las disertaciones y discusiones médicas y filosóficas sobre el fenómeno de la brujería. También destacaríamos, en la misma línea, la edición de PUMFREY, Stephen; ROSSI, Paolo; SLAWINSKI, Maurice (Eds.). *Science, Culture and Popular Belief in Renaissance Europe*. Manchester: MUP, 1991.

⁴¹ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 84.

⁴² AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, fol. 85.

los distintos rituales. En segundo y último lugar hallamos los pentáculos, de diferente tipología, desde la protección contra peligros indeterminados, hasta para las navegaciones y evitar ahogamientos. Dichos pentáculos deberían incorporar letras del alfabeto hebreo, por ello Caro⁴³ clarifica “En ella [la magia hebrea, y el libro en cuestión] el valor de las letras es inmenso; es decir, que está ligada estrechamente con la Cábala”. Sin embargo, la reproducción de estas letras por parte de los oficiales del Santo Oficio fueron muy burdas y se convirtieron en símbolos que no tenían ningún tipo de relación con el original. Pongamos el caso de la figura número nueve. Esta es el denominado “tercer pentáculo del sol” y es una invocación con una inscripción “Yavhé”, que se repite doce veces que debía servir, básicamente, para obtener la fama y la gloria.

Entre los pentáculos que reproduce el manuscrito de Mallorca hallamos uno que fue utilizado en otro de los procesos inquisitoriales estudiados, en este sentido nos referimos a la búsqueda de tesoros por parte de Antonio Rosselló, escribano de la corte del verger del reino. En este sentido el manuscrito reproduce el pentáculo para buscar tesoros, invocando al espíritu por antonomasia protector de esas riquezas, Parasiel⁴⁴. Otro de los pentáculos a que hace referencia el proceso, y que utilizó el reo para protegerse de los peligros, es el denominado “tercer pentáculo de Marte”, para salvarse de la ira de los enemigos, en este caso representando un doble círculo en el cual se inscribe dos triángulos, uno de ellos (el interior), invertido.

CONCLUSIONES

La sociedad barroca del reino de Mallorca buscó, de forma generalizada, los servicios de hechiceras y libros mágicos para alterar realidades concretas. Todas las personas que acudieron en busca de remedios eran católicos, firmemente creyentes, incluso aquellos que poseían literatura prohibida. En este sentido, los recursos implementados por el tribunal inquisitorial de censura y control no fueron todo lo efectivos que deseaban, y cierta literatura tuvo circuitos de lectura y distribución por todo el reino. Tanto en determinadas obras que lentamente fueron detectadas por los oficiales del Santo Oficio,

⁴³ CARO BAROJA, Julio. *Magia y Brujería*. San Sebastián: Txertoa, 1987, p. 163.

⁴⁴ AHN, Inquisición, 1706, Exp. 6, f. 152

como las de Erasmo, como otras que por variadas razones emergieron en distintos procesos. Este fue el caso del expediente que nos ocupa. La tenencia de un libro prohibido, como fue “Las Clavículas de Salomón”, por un estudiante de Teología viene a confirmar lo que hemos referido. En cuanto al libro en cuestión cabe decir que el tribunal mandó ejecutar una copia (el original quedó depositado en su archivo), siendo esta remitida a la Suprema. La obra, pues, es bastante fiel a otras semejantes que circularon, especialmente por Italia, con idéntico parecido en cuanto a contenido. Sin embargo, si comparamos la versión mallorquina con otras italianas podemos observar que en el caso de la primera presenta un número de pentáculos mágicos bastante menor que otras, aunque careciendo del manuscrito original, pues trabajamos con la copia judicial, no podemos concluir definitivamente que ello era así, y que no fue fruto de un requisito legal o de la propia incapacidad del copista para reflejarlos. De hecho, la calificación de “carácter incógnitos” con que fueron catalogadas las letras hebreas y su pésima copia nos hacen entender que dichos copistas carecían de conocimientos básicos no solo para juzgar lo que veían, sino para reproducirlo fehacientemente.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS ESTATAIS E DIREÇÕES AO PROFESSOR NOS LIVROS DIDÁTICOS VOLTADOS AO ENSINO SECUNDÁRIO (1930-1960)

STATE GUIDELINES AND METHODOLOGY INSTRUCTIONS FOR TEACHERS IN SECONDARY EDUCATION TEXTBOOKS (1930-1960)

Fábio Ribeiro

Professor da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil
Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil
e-mail: fabiohist@hotmail.com

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.10997>

Recebido em 10 de novembro de 2016

Aprovado em 04 de outubro de 2017

RESUMO

O artigo objetiva analisar a presença de orientações aos professores em livros didáticos direcionados ao ensino secundário, editados no Brasil entre 1930 e 1960. O livro escolar é concebido com vistas ao aluno, porém, sua escolha e uso em sala de aula dependem da ação do professor, que muitas vezes o utiliza no preparo de aulas. A partir da década de 1930, o Estado assume a tarefa de prover o ensino secundário de programas curriculares e de instruções metodológicas voltadas ao docente. Sob a perspectiva da História Cultural, analisa livros de diferentes disciplinas, identificando o conteúdo das instruções, de que maneira dialogam com as direções metodológicas estatais e com o modelo pedagógico em voga. Conclui que os textos direcionados ao professor não são frequentes nos compêndios, têm caráter pouco prescritivo e que as instruções oficiais raramente aparecem nos livros escolares.

Palavras-Chave: livro didático; orientações ao professor; instruções metodológicas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the presence of guidance to teachers in textbooks focused on secondary education edited in Brazil between 1930 and 1960. The textbook is designed for students, however, its choice and use in the classroom depend on the teacher's action, which often uses it in the preparation of lessons. From the 1930's, the State assumes the task of providing the secondary education with curriculum programs and methodological instructions aimed at the teacher. From the perspective of Cultural History, it analyzes books of different subjects, identifying the contents of the instructions, the way they discuss with Government methodological directions and with the current pedagogical model. It concludes that texts aimed at teachers are not common in textbooks, have little prescriptive nature and official instructions rarely appear in school textbooks.

Keywords: textbook. guidance to the teacher; methodological instructions.

O escritor Pedro Nava, ao narrar sua experiência estudantil no Colégio Pedro II no início do século XX, descreve as aulas de História:

Mas o quarto ano nos reservava ainda jóia do mais subido quilate. João Ribeiro. Foi nosso professor de universal em 1919 e de História do Brasil em 1920... Infelizmente o que aprendemos de História foi diretamente nos livros de mestre João Ribeiro porque ele não prelecionava. Marcava lição. Na próxima vez é o capítulo XXIII: Maomé e o Islamismo. A Invasão dos Árabes. E quero tudo na ponta da língua.¹

A despeito do enfado que a metodologia adotada pelo professor João Ribeiro provocava no autor, pode-se extrair desta passagem um interessante retrato da relação que o docente mantinha com o livro didático em sala de aula. Mesmo tratando-se de um renomado professor – inclusive autor de livros escolares –, lecionando num colégio modelar do período, observa-se o compêndio como importante material de apoio ao trabalho docente.

A proposta deste artigo é investigar a existência de orientações direcionadas ao professor em livros didáticos do nível secundário, publicados entre 1930 e 1960, buscando identificar o teor destas instruções, de que forma dialogam com as instruções metodológicas estatais e com os modelos pedagógicos em voga. O conteúdo aqui apresentado deriva de capítulo da dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da FFLCH/USP.²

A análise se inicia em 1930. A chegada de Getúlio Vargas ao poder assinalou um ciclo caracterizado pelo fortalecimento do poder central também no campo educacional. A realização de duas Reformas Educacionais, a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938 – órgão responsável pela primeira estrutura estatal em nível nacional de avaliação e controle dos livros escolares –, e o caráter acentuadamente prescritivo da legislação relativa à educação refletem este controle do Estado. A partir de meados dos anos 1920, um novo modelo pedagógico se estabeleceu, ganhando força a partir da década de 1930. Centrado no ideário da chamada pedagogia da Escola Nova, pretendia subsidiar a

¹ NAVA, Pedro. *Chão de Ferro – memórias*/3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. 240-241.

² RIBEIRO, Fábio. *Título*. 2015. 183f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26052015-110034/pt-br.php>. Nesta pesquisa procurei investigar a presença de orientações aos docentes em livros escolares direcionados ao nível primário e secundário, editados no Brasil em três períodos (1880 a 1930, 1930 a 1960 e 1966 a 1985).

prática do professorado com um conjunto de saberes autorizados e via na publicação de Bibliotecas Pedagógicas o espaço para a divulgação de métodos de ensino. O modelo implementado a partir de 1930 pautou a educação nacional durante mais de três décadas.³ Assim, o marco final em 1960 representou o momento final deste ciclo.

A fonte precípua a ser interrogada neste trabalho é o livro didático. Obviamente, o volume de obras editadas no período esquadrihado é imenso. Considerando que a presença de instruções era exceção, não regra, estabelecer muitos parâmetros para a escolha dos livros – tais como disciplina, autor e editora – poderia conduzir à exclusão de informações relevantes. Assim, dentro da baliza temporal estabelecida, foram buscados no Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros – LIVRES –, da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP⁴, e na página do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD) do Departamento de História da FFLCH/USP⁵ referências a livros didáticos voltados ao ensino secundário que trouxessem algum tipo de diálogo com o docente.

É importante destacar que, apesar de ter investigado livros didáticos de diferentes disciplinas, foram priorizados exemplos do campo do ensino de História. A análise do conteúdo das Instruções Metodológicas estatais publicadas em 1931, 1942 e 1951, por exemplo, foi centrada nas informações referentes à área de História⁶.

Se o trabalho de identificação e diferenciação de um livro didático em relação aos demais livros não parece ser tarefa árdua, devido às características bastante particulares que apresenta quanto a mercado, consumo, tiragens, preço, elaboração e comercialização, o mesmo não se pode dizer do ato de defini-lo. É o livro didático um objeto multifacetado. Na sua dimensão material pode ser pensado como uma *mercadoria* vinculada à lógica da indústria cultural e do capitalismo editorial. Ao mesmo tempo, é um *suporte de conhecimentos escolares* que são propostos pelos currículos educacionais – nesse aspecto o Estado surge como um agente vinculado à produção didática, pois é dele a prerrogativa de elaboração dos currículos nos

³ SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 80.

⁴ A consulta ao sistema LIVRES, da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP, está disponível em <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/#> (acesso em 03/09/2016).

⁵ A página do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD) do Departamento de História da FFLCH/USP permite a consulta ao acervo da biblioteca do Laboratório. Disponível em <http://lemad.fflch.usp.br/acervo022013> (acesso em 03/09/2016).

⁶ A preferência por exemplos do campo de História deve-se ao fato de ser esta a área de concentração da pesquisa, além de se configurar impraticável para os limites deste trabalho abordar todas as matérias de ensino.

quais os materiais didáticos se baseiam, bem como é ele que avalia e aprova tais materiais. Mas o livro didático é também *suporte de métodos pedagógicos*, quando sugere formas de trabalho e estratégias para o professor, instrumentos de avaliação do conteúdo, etc. Por fim, é *veículo de um sistema de valores, ideologias e da cultura de uma época*.⁷

Allain Chopin, importante estudioso do livro didático, elenca quatro funções essenciais que tal obra exerce: referencial, instrumental, ideológica e cultural/documental. Ao detalhar a função instrumental, afirma:

o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.⁸

As múltiplas facetas/funções assumidas pelo livro escolar, em geral, o vinculam ao processo de formação do aluno. Mas ele cumpre um importante papel em relação ao professor.

Antonia Terra de Calazans Fernandes, em investigação sobre a memória de usuários de livros didáticos, apresenta a lembrança de uma professora acerca do uso deste material em sua prática cotidiana:

Eu sempre tive dificuldade de usar um só, usar um só. Mas eu sempre achei muito importante recorrer a livro didático. Geralmente utilizava pra uma coisa, introduzia outras. No primário, por exemplo, minha experiência foi mais de pegar o que o MEC mandava pra escola, porque as crianças não podiam comprar. E de lá eu selecionava, o que eu queria usar de um, do outro, e completava com coisas que eu pegava de outros livros e reproduzia...⁹

Neste estudo, o livro didático é considerado como elemento relevante no processo de construção do conhecimento empreendido pelo professor. Além da função de orientar a prática em sala de aula – por meio da organização do conteúdo, da proposição de exercícios,

⁷ Estas diversas dimensões do livro didático são apresentadas em: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 301-302.

⁸ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 553, set./dez. 2004.

⁹ FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Livro didático em dimensões materiais e simbólicas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 544, set./dez. 2004.

de textos para leitura dos alunos – ele, muitas vezes, é utilizado no preparo de aulas e na elaboração de atividades.¹⁰

Conceber o livro sob este prisma pressupõe uma reflexão sobre o processo de formação docente. Maurice Tardif, propõe que se pense o professor como sujeito de seu próprio conhecimento e não como mero aplicador de saberes produzidos externamente. “O trabalho dos professores de profissão deve ser considerado como um espaço prático específico de produção, de transformação e de mobilização de saberes e, portanto, de teorias, de conhecimentos e de saber-fazer específicos ao ofício de professor.”¹¹

Tomando o docente como centro dinâmico de seu próprio ofício, a construção de seus saberes se dá na confluência de três vivências: as experiências pessoais, a formação acadêmica e o cotidiano escolar. Neste último, dentre os diversos componentes que interagem – o contato com outros mestres, a experiência direta com o aluno em sala de aula, as reuniões pedagógicas, o acesso à documentação escolar oficial –, um deles merece destaque: o livro didático.

A base teórica que norteia a análise dos livros escolares fundamenta-se no referencial da História Cultural. Os estudos sobre a História do Livro e da Leitura padecem de um dilema quase edênico: levar em conta o poder condicionante do texto sobre o leitor ou considerar como precípua a liberdade do leitor, que acaba por elaborar sentidos inéditos e não esperados àquilo que foi escrito.

A fim de lidar com esta tensão fundamental, Roger Chartier aconselha o intérprete: “Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la”.¹² As orientações ao docente presentes nos livros didáticos podem ser pensadas como estratégias de que se valem autores e editores a fim de impor uma leitura compulsória ao texto.

As Reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942) e a Portaria Ministerial nº 1.045 (1951): determinando como ensinar

¹⁰ Já no final do século XIX e início do XX os livros escolares eram uma importante fonte utilizada pelo docente no preparo de suas aulas, bem como instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e a aprendizagem. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro Didático e Saber Escolar 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 26; 180.

¹¹ TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 234.

¹² CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 123.

Desde o início do Governo Provisório, em 1930, a administração de Getúlio Vargas se caracterizou pelo fortalecimento do poder central em detrimento do poder político e econômico dos estados. Este aspecto centralizador também se fez ver no campo educacional. Se nos anos 1920 as iniciativas reformistas partiam dos governos estaduais, com Vargas elas passaram a ter como motor o nível federal.

Marco inicial desse projeto foi a criação, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública – promessa da plataforma de governo da Aliança Liberal. *Locus* privilegiado para a implantação do novo modelo organizacional do sistema escolar, teve como primeiro ocupante Francisco Campos. Durante sua administração, Campos procedeu uma profunda reestruturação da ação estatal no campo da educação secundária e superior.

Por meio do decreto 19.890, de 18/04/1931, o governo federal reorganizou o ensino secundário no país. A duração do curso seria de 7 anos, dividido em dois ciclos – o fundamental, de 5 anos, e o complementar, de 2 anos. A legislação procurou conciliar dois aspectos aparentemente antagônicos deste nível de ensino: o formativo e o propedêutico. O plano de estudos perdeu o caráter humanista que o caracterizou até então, apresentando grande ênfase nas Ciências Físicas e Biológicas.

Segundo Rosa Fátima de Souza, a maior inovação da Reforma Francisco Campos, no que tange à seleção cultural do currículo no secundário, “foi a distribuição mais equilibrada entre estudos literários e científicos no curso fundamental e a revitalização do cientificismo”.¹³

A padronização e regulamentação impostos pelo poder Federal estabeleceram maior organicidade ao ensino secundário no Brasil. A exigência de estudos regulares, seriação, frequência obrigatória, aprovação em todas as disciplinas da série para promoção para a série seguinte e habilitação nos dois ciclos para ingresso no ensino superior objetivavam eliminar os cursos preparatórios que atendiam boa parte do alunado do ensino médio.

Apesar das mudanças implementadas pela Reforma criarem condições para que o ramo secundário pudesse atender parte de uma demanda crescente da sociedade brasileira, elas não romperam com o caráter seletivo e estratificado deste nível de ensino. O acesso ao

¹³ SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 153.

primeiro ano ginasial continuava a exigir a aprovação no exame de admissão, uma peneira de trama muito fina por onde poucos passavam. Sobre a função desta prova, Rosa Souza afirma que “o minucioso sistema de avaliação estabelecido pela reforma visava a uma dupla finalidade: moralizar o ensino e legitimar a seletividade do sistema educacional”.¹⁴

Como constataam Marcos Cézar de Freitas e Maurilane Biccass, a dualidade do sistema educacional brasileiro se manteve bem clara no período:

Na chamada “Era Vargas” também circulou com intensidade o discurso que considerava ser “natural” pensar os ensinos secundário e superior para as “mentes aptas a dirigir” e os outros graus e modalidades de ensino destinadas, sem meias palavras, aos pobres, como será o caso explícito do ensino profissionalizante.¹⁵

A criação, por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, das Faculdades de Filosofia (ou Educação), Ciências e Letras (FFCL) significou a possibilidade de formação específica ao magistério secundário. A instituição do Registro de Professores junto ao Departamento Nacional de Ensino representou importante passo na regulamentação do trabalho docente, exigindo que candidatos ao exercício do magistério secundário em estabelecimentos públicos e privados se inscrevessem para poder lecionar.

Os programas de ensino das disciplinas do secundário passaram a ser elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, sem que se soubesse quem eram os seus autores, rompendo-se assim uma longínqua tradição que conferia à Congregação do Colégio Pedro II a confecção dos programas.

Guy de Hollanda publicou em 1957 um balanço dos programas e livros didáticos de História elaborados no Brasil entre 1931 e 1956. Ao tratar da reformulação dos programas ocorrida em 1931, afirma:

O propósito que determinou, em 1931, a expedição dos programas de ensino secundário pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, parece ter se inspirado num sincero desejo de promover uma radical renovação dos métodos didáticos.¹⁶

¹⁴ SOUZA, 2008, p. 151.

¹⁵ FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 112.

¹⁶ HOLLANDA, Guy. Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931-1956). Rio de Janeiro: Inep/MEC, 1957, p. 14-15.

Segundo Hollanda, a grande novidade da reforma foi a introdução das “Instruções Metodológicas”, precedendo os programas de ensino. “Profundamente inovadoras, com maior ou menor acerto, essas instruções, antes inexistentes ou sumaríssimas, constituíam o aspecto mais positivo da Reforma Francisco Campos”.¹⁷ Contudo, avaliando suas consequências um quarto de século depois, este autor chega a conclusão desanimadora: “Por falta de discussão pública e conveniente divulgação, parecem ter surtido pouco efeito entre o corpo docente”.¹⁸

As instruções para a disciplina de História mostravam-se articuladas à moderna pedagogia da época, propondo ao professor que estimulasse o dom de observação e o poder crítico dos alunos. Sobre as exposições orais – preleções, na terminologia do período, que se tornaram o símbolo do ensino verbalista e livresco da História – as orientações eram taxativas:

O uso das preleções deverá restringir-se ao mínimo possível, ficando principalmente reservado aos casos em que se tiver de fazer a exposição de acontecimentos complexos, da vista de conjunto de uma época ou a caracterização precisa de grandes personalidades.¹⁹

A ênfase deveria ser no trabalho autônomo dos alunos, principalmente por meio de pesquisas propostas pelos professores. Atividades extraclasse, como visitas a museus, exposições, monumentos, etc., também eram incentivadas. Enfatizava-se o uso de recursos visuais como projeções e mapas. Cabia ao professor orientar e complementar todas estas atividades. A preocupação com o ajustamento entre os exercícios propostos em aula e a idade mental do educando revelam a influência dos estudos de Psicologia aplicados à criança.²⁰

Desse modo, a partir da década de 1930, o controle estatal sobre a educação intensificou, abarcando todos os níveis de ensino e os diversos aspectos da vida escolar. Os programas de estudo passaram a trazer anexas instruções metodológicas que retratavam os fundamentos teóricos norteadores das reformas. Os mecanismos de formação do professorado primário e secundário também sofreram modificações. Contudo, até meados

¹⁷ HOLLANDA, 1957, p. 16.

¹⁸ HOLLANDA, 1957, p. 16.

¹⁹ BRASIL. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 31 jul. 1931, p.12408.

²⁰ BRASIL. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 31 jul. 1931, p.12408.

da década de 1950, outras intervenções estatais no campo educacional foram vistas, em 1942 e 1951.

Dentro da política centralizadora e prescritiva que caracterizou a Era Vargas, em 9 de abril de 1942, o Decreto-lei 4244 estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Secundário, conhecida como Reforma Gustavo Capanema – ministro da educação à época. Concebendo o secundário como educação de elites e enfatizando um currículo com formação humanista, a Lei Orgânica retoma tradições que haviam sido alteradas pela Reforma Francisco Campos.

As palavras do próprio ministro Gustavo Capanema retratam com clareza sua concepção sobre as finalidades deste nível de ensino:

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, os homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria.²¹

A Reforma Capanema dividiu o nível secundário em dois ciclos: o ginásial – com duração de 4 anos, voltado a uma formação geral do aluno – e o colegial – que se estendia por 3 anos e bifurcava-se em científico e clássico.

A reorganização curricular estabeleceu 13 disciplinas para o ginásio e 16 para o colegial. O Ministério da Educação e Saúde Pública designaria comissão para elaborar os programas de cada matéria. Tais programas seriam compostos de um sumário da disciplina e da indicação de suas finalidades educativas. A comissão também anexaria as respectivas instruções metodológicas, contendo métodos e processos pedagógicos que os professores deveriam empregar. Tais instruções, contudo, não foram publicadas imediatamente após a entrada em vigor da Lei Orgânica. As do ciclo colegial foram concluídas em 1946 e as do ginásial, apenas no início da década de 1950.

Através da Portaria nº 598, de 6 de dezembro de 1945, o Ministério da Educação e Saúde divulgava os Programas e as Orientações Metodológicas para a área de História que

²¹ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Ensino secundário no Brasil (organização, legislação vigente, programas)*. Rio de Janeiro: INEP, 1952 apud SOUZA, 2008, p. 172.

acompanharam a Reforma Capanema, voltadas ao segundo ciclo do curso secundário. A legislação destacava o objetivo do novo programa:

Em resumo, procuram os presentes programas atender a êstes três pontos: "formação de sentido histórico", "compreensão do mundo atual", e "colaboração nos mais altos objetivos culturais da nação", considerados como propósitos fundamentais do ensino histórico neste nível de estudos.²²

Há destaque também para as “técnicas de ensino”. O docente deveria

a) Limitar o estudo de datas e nomes próprios aos fatos característicos, ou seja, àqueles que emprestem à evolução histórica o caráter distintivo de cada época, ou de seu episódio central.

[...]

c) Encaminhar o estudo para o terreno das ideias, pela exposição objetiva das teorias e sistemas que presidiram aos grandes movimentos.²³

Além disso, sugeria um conjunto de estratégias bastante diversificadas para o desenvolvimento da aula: exposição objetiva, proposição de problemas, leitura comentada de grandes textos históricos, ensaios, composições, leituras complementares e método biográfico.²⁴ A ideia de direcionar a prática docente chegava a tal ponto de detalhamento que até mesmo a duração de cada conteúdo era prescrita:

Na segunda série, cada uma das duas primeiras unidades pode ser desenvolvida em três semanas; a III e IV, em quatro semanas, cada uma; a V e VI, em duas semanas, cada uma; à unidade VIII, porém, convirá reservar cinco semanas.²⁵

O fim do Estado Novo, a promulgação de uma nova Carta constitucional e o envio para o Congresso Nacional de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação colocaram novamente em destaque as demandas educacionais. Em meio a debates acerca da descentralização do ensino, da articulação dos diferentes níveis de ensino, da ampliação do

²² BRASIL. Portaria nº 598, de 6 de dezembro de 1945. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 15 dez. 1945, Seção I, p. 18758.

²³ BRASIL. Portaria nº 598, de 6 de dezembro de 1945. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 15 dez. 1945, Seção I, p. 18759.

²⁴ BRASIL. Portaria nº 598, de 6 de dezembro de 1945. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 15 dez. 1945, Seção I, p. 18759.

²⁵ BRASIL. Portaria nº 598, de 6 de dezembro de 1945. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 15 dez. 1945, Seção I, p. 18759.

acesso ao secundário e da flexibilização curricular, o tema da formação e qualificação docente sobressai. Nesse contexto, o governo federal efetuou uma nova revisão de programas, currículos e instruções metodológicas para o ensino secundário.

Por meio da Portaria Ministerial nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951, foram divulgadas pelo Ministério da Educação e Saúde os Planos anexos de Desenvolvimento dos Programas Mínimos e as respectivas Instruções Metodológicas para as disciplinas do curso secundário. Se na Reforma de 1942 as orientações aos professores foram divulgadas lentamente ao longo da década de 1940 – e em alguns casos sequer foram publicadas, como as de História para o ginásio – em 1951 a situação foi diferente. Uma única portaria contemplou programas e instruções voltadas aos cursos ginásio e colegial das disciplinas de Português, Francês, Inglês, Espanhol, Latim, Grego, Geografia Geral e do Brasil, Matemática, Desenho, Física, Química, Filosofia, História Geral e do Brasil. Após 20 anos de programas elaborados pelo Ministério da Educação, a congregação do Colégio Pedro II voltava a ter a prerrogativa de confeccionar tais documentos.

Já nas Considerações Preliminares da referida portaria a equipe que elaborou as orientações aos docentes ressalta que “não pretende sugerir inovações em matéria didática, nem ensinar regras de metodologia aos docentes” e que tais instruções objetivam exclusivamente “proporcionar um roteiro, um subsídio, um repositório de esclarecimentos para elucidação de possíveis dúvidas que venham a surgir na execução dos novos programas”. Por fim, enfatiza a importância do trabalho do professor: “o que a Congregação deseja acentuar é que o bom êxito na aplicação destes, como de quaisquer programas, depende do zelo, da boa vontade, do patriotismo dos dignos docentes que os devem pôr em prática na regência de suas turmas.”²⁶

As Instruções Metodológicas voltadas ao ensino de História nos dois ciclos do curso secundário sugeriam o uso dos métodos ativos da pedagogia moderna a fim de ganhar o interesse do aluno através de uma maior vinculação entre o passado e o presente. Propunham que a exposição oral fosse “simples e sucinta”, pois o mais recomendável seria privilegiar o trabalho próprio do aluno, que teria “como ponto de partida a utilização pessoal do livro de

²⁶ BRASIL. Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 22 fev. 1952, Seção I, Suplemento, p. 1.

texto, ameno auxiliar instrumental de trabalho, facilitador da aquisição de conhecimentos, sua fixação e revisão.”²⁷

Portanto, entre 1930 e o início dos anos 1950, o Estado assume a tarefa de prover o ensino secundário não só de programas curriculares, mas também de instruções metodológicas voltadas ao docente. A implantação dos primeiros cursos universitários de licenciaturas no país fez com que, lentamente, comesçassem a atuar nas escolas secundárias brasileiras profissionais graduados em suas respectivas áreas de ensino. Contudo, a preocupação estatal com as práticas docentes em sala de aula ficava clara através das sucessivas iniciativas de apresentar ao mestre direções não apenas sobre o que ensinar, mas *como ensinar*.

Orientações aos docentes em livros didáticos voltados ao ensino secundário

As sugestões metodológicas apresentadas pelo poder público ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950 concordavam em aconselhar o docente no uso de novas estratégias em sala de aula. De maneira geral, propunham o respeito aos interesses, necessidades e experiências do aluno em lugar da centralidade atribuída ao professor e à aquisição do conhecimento.

O livro didático permanecia como material central para o docente. Juliana Filgueiras afirma que os manuais “tornavam-se divulgadores das novas propostas pedagógicas e das novas metodologias de ensino, para os professores que estavam em sala de aula”.²⁸ Rosa Souza corrobora a opinião: “Os livros didáticos desempenharam um papel importante na disseminação das diretrizes curriculares, traduzindo os princípios doutrinários da Escola Nova em atividades e práticas de ensino”.²⁹

Pensando nessa função do livro escolar como importante veículo de difusão de formas de se ensinar, surgem os questionamentos: de que maneira os compêndios retrataram as novas orientações? Traduziam-nas em prefácios ou notas? Reproduziam-nas conforme

²⁷ BRASIL. Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 22 fev. 1952, Seção I, Suplemento, p. 18.

²⁸ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938 – 1984)*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011, p. 36.

²⁹ SOUZA, 2008, p. 85.

foram publicadas no Diário Oficial? A fim de respondê-los foram investigados 18 livros didáticos voltados ao nível secundário que continham algum tipo de interlocução com o docente³⁰, publicados por seis editoras, elaborados por dez autores, referentes às disciplinas de Língua Portuguesa, Canto Orfeônico, História Natural, História, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, editados entre 1930 e 1960.

A breve amostra de livros didáticos perscrutada permite observar que era prática comum publicar nos compêndios os programas oficiais, ou afirmar a correspondência entre estes e o índice da obra. Todas as 18 obras investigadas trazem estas informações. E a maior parte se limita a isto (Quadro 1).

Muitos livros estampavam os programas oficiais. Este artifício foi percebido em *História Geral* para a segunda série ginásial, de João Pereira Vitória³¹, *História do Brasil* para a terceira e quarta séries ginásiais, de Tito Lívio Ferreira³², *História Geral* para a primeira série ginásial³³ e *História Geral* para a quarta série ginásial³⁴, ambos de Alcindo Muniz de Souza, *História Natural* para a quinta série, de Luiz Menezes³⁵.

Em algumas obras foi possível observar, além da referência ao currículo estatal, a presença de prefácios e apresentações direcionadas ao docente. É o caso de Geografia, voltado à quinta série secundária, de autoria de Aroldo de Azevedo. Editado em 1937 pela Companhia Editora Nacional como parte da coleção “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, traz na capa a indicação “de acordo com o programa oficial”. Na “Explicação” que

Quadro 1) Características das orientações ao professor nos livros didáticos voltados ao ensino secundário – 1930-1960. *

³⁰ No catálogo digital do Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros – LIVRES –, da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP, a pesquisa foi feita em intervalos de dez anos entre 1930 e 1960, preenchendo os filtros “Notas” e “Gênero” com os termos “prefácio”, “notas”, “programa”, “instruções metodológicas” “guia” e “manual”.

³¹ VITÓRIA, João Pereira. *História Geral*: para a segunda série ginásial. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1947?. (Coleção de Livros Didáticos FTD).

³² FERREIRA, Tito Lívio. *História do Brasil*: para a terceira e quarta séries ginásiais. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

³³ SOUZA, Alcindo Muniz de. *História Geral*: para a primeira série ginásial. São Paulo: Editora Anchieta, 1945.

³⁴ SOUZA, Alcindo Muniz de. *História Geral*: para a quarta série ginásial. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

³⁵ MENEZES, Luiz. *História Natural*: 5ª série. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1935.

OBRA	AUTOR	PREFÁCIO ³⁶	RESPOSTAS	DIREÇÕES ³⁸	INSTRUÇÕES OFICIAIS	PROGRAMA OFICIAL
História Geral para a primeira série ginásial	Alcindo Muniz de Souza					X
História Geral para a quarta série ginásial	Alcindo Muniz de Souza					X
Geografia para a quinta série secundária	Aroldo de Azevedo	X				X
Geografia Geral para a segunda série ginásial	Aroldo de Azevedo	X				X
Solfejos – 2º volume	Heitor Villa-Lobos	X			X	X
História Geral para a segunda série ginásial	João Pereira Vitória					X
Continuação do Quadro 1						
OBRA	AUTOR	PREFÁCIO	RESPOSTA	DIREÇÕES	INSTRUÇÕES OFICIAIS	PROGRAMA OFICIAL
História da Civilização para o primeiro ano ginásial	Joaquim Silva					X

³⁶ Prefácio seria um texto introdutório ou de apresentação elaborado pelo autor do livro didático.

³⁷ Respostas seriam a apresentação das resoluções ou das respostas dos exercícios propostos ao longo do livro.

³⁸ Direções seriam orientações – distribuídas no decorrer do compêndio –, direcionadas ao professor, sobre como desenvolver determinado conteúdo ou atividade proposta no livro.

História da Civilização para o primeiro ano ginásial	Joaquim Silva					X
História da Civilização para o primeiro ano ginásial	Joaquim Silva					X
História Geral para a terceira série ginásial	Joaquim Silva					X
História Geral para a quarta série ginásial	Joaquim Silva					X
Programas de Português para a primeira e segunda séries	Júlio Nogueira	X				X
Programas de Português – Gramática	Júlio Nogueira	X				X
Programas de Português (Antologia e Gramática) para a terceira e quarta séries ginásiais	Júlio Nogueira	X				X
História Natural – 5ª série	Luiz Menezes					X
História do Brasil para a terceira e quarta séries ginásiais.	Tito Lívio Ferreira					X
História Natural para a quarta série ginásial	Valdemar de Oliveira					X
Ciências Físicas e Naturais para a 1ª série	Waldemiro Potsch e Ruy de Lima e Silva				X	X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas:

* Organizado por critério de autor.

introduz a obra o autor ressalta que “não se escraviza ao programa oficial, mas procura interpretá-lo da maneira mais racional”.³⁹ O programa oficial de Geografia para a série vem logo em seguida.

Na edição de 1954 da mesma obra há a indicação “de acordo com os novos programas, conforme portaria nº 966, de 2/10/1951 e 1045, de 14/12/1951”. Na “Explicação”, Azevedo discorda da recente mudança dos programas: “Não nos parece haver sido feliz a recente reforma dos programas do ensino secundário, no que se refere ao estudo da Geografia na 2ª série ginasial. Seria preferível que se conservasse o programa anterior, tal como estava”.⁴⁰ A discordância do autor, contudo, volta-se mais ao aspecto da divisão e organização do conteúdo, sem referência às instruções metodológicas. Na sequência, registrará que preferiu interpretar o programa à sua maneira, sem perder sua essência. O programa do curso é indicado de acordo com a legislação.

Programas de Português para a primeira e segunda séries, de Júlio Nogueira, lançado pela Companhia Editora Nacional em 1938, traz os programas expedidos pelo Governo Federal e pelo Instituto de Educação e apresenta uma página com dois textos voltados ao docente.

Em “A orientação deste livro”, o autor informa que “o atual programa para o ensino de português é comum às duas primeiras séries” e que o livro segue este direcionamento. Assim, “os docentes, para a primeira série, estabelecerão um mínimo, tomando as noções que lhe parecerem profícuas para a maioria da classe”.⁴¹

Logo abaixo, sob o título “Método para todas as lições” o autor apresenta como a obra está organizada e indica ao professor formas de desenvolver o conteúdo. O livro exhibe, após cada lição, trechos de textos de renomados autores das letras nacionais. Nogueira sugere ao mestre: “Tais trechos [...] devem ser lidos, em primeiro lugar, pelo professor. Em seguida, este verificará se a classe entendeu a leitura, para o que poderá determinar que alguns alunos

³⁹ AZEVEDO, Aroldo de. *Geografia: para a quinta série secundária*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, Explicação.

⁴⁰ AZEVEDO, 1937, p. 9.

⁴¹ NOGUEIRA, Júlio. *Programas de Português: para a primeira e segunda séries*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 11.

façam um resumo do que ouviram”. O autor instrui o docente a explicar “a significação de algum termo desconhecido”.⁴² Outras obras do mesmo autor analisadas⁴³ também trazem textos voltados ao mestre.

Percebe-se no texto do professor Júlio Nogueira uma preocupação metodológica que visa tanto instrumentalizar o docente no uso do compêndio, quanto instruí-lo na maneira de desenvolver a aula.

De todos os livros analisados, apenas dois trazem trechos das instruções metodológicas confeccionadas pelo governo federal.

Em *Ciências Físicas e Naturais* para a 1ª série, de Waldemiro Potsch e Ruy de Lima e Silva, editado em 1933 pela Tip. de A Encadernadora S.A, do Rio de Janeiro, já na folha de rosto há a indicação “rigorosamente de acordo com o programa elaborado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública”. Em seguida, são reproduzidos os dois primeiros parágrafos das orientações didáticas, com a informação no final de tratar-se das “instruções elaboradas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública”. O texto aconselha o docente a “desenvolver nos alunos, o hábito da experimentação e da observação atenta dos fenômenos naturais, estimulando-lhes os dotes da imaginação, a argúcia do raciocínio e a habilidade nas realizações práticas”.⁴⁴

O maestro Heitor Villa-Lobos escreveu *Solfejos – 2º volume*, lançado por “Irmãos Vitale Editores” em 1946.⁴⁵ A obra contém um prefácio do autor e traz a íntegra da Portaria nº 300, de 7 de maio de 1946, que aprovou instruções e unidades didáticas do ensino de canto orfeônico nas escolas secundárias. Além do programa para as quatro séries do curso ginásial, a portaria traz orientações sobre a organização das aulas e sobre os exercícios a serem desenvolvidos: “Estes exercícios versarão sobre elementos de teoria musical, um trecho de obra didática, hinos e canções, de acordo com a orientação traçada pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico”.⁴⁶

⁴² NOGUEIRA, 1938, p. 11.

⁴³ *Programas de Português – Gramática* (1944), *Programas de Português (Antologia e Gramática)* para a terceira e quarta séries ginásiais (1955).

⁴⁴ POTSCH, Waldemiro; LIMA E SILVA, Ruy de. *Ciências Físicas e Naturais: para a 1ª série*. 5 ed. Rio de Janeiro: Tip. de A Encadernadora S.A, 1933, s/p.

⁴⁵ Na quarta capa da edição analisada há uma relação das obras escritas por Villa-Lobos para esta editora: *Solfejos* (1º volume e 2º volume), *Canto Orfeônico* (1º volume e 2º volume), *Guia Prático* (Estudo folclórico musical), *Guia Prático* (Para piano) e *Música Sacra* (1º volume).

⁴⁶ VILLA-LOBOS, Heitor. *Solfejos – 2º volume*. São Paulo, Rio de Janeiro: Irmãos Vitale Editores, 1946, p. VI.

Aos alunos que entrarem na 2ª série sem nenhum conhecimento do canto orfeônico, a orientação estatal sugere ao professor: “Esses alunos aprenderão por audição os hinos oficiais e canções patrióticas, caso os elementos técnicos musicais não lhes sejam suficientes.”⁴⁷

Com exceção dos trabalhos de Aroldo de Azevedo e Júlio Nogueira – que procuram estabelecer diálogos com o professor através de textos elaborados pelos próprios autores – as demais obras limitam-se a enfatizar sua vinculação aos programas oficiais. Pode-se pensar essa menção constante aos programas como consequência das exigências do novo mecanismo de seleção e avaliação dos livros escolares criado pelo Governo Federal.

Em julho de 1940, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, presidiu a reunião de instalação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), cuja finalidade era fiscalizar a literatura didática usada nas escolas do país a partir de dois aspectos: o político-ideológico e o técnico-científico. Estava dividida em nove seções – com três a cinco membros cada – que se responsabilizavam por avaliar as obras de sua especialidade.⁴⁸ Mesmo tendo suas atribuições questionadas e alteradas, a CNLD continuou a existir até 1969, como instância de aprovação de livros escolares.

A análise dos livros escolares era feita a partir de uma ficha de avaliação dividida em quatro blocos – Formato, Material, Feição Gráfica e Valor Didático. Cada bloco se subdividia em itens e subitens. Um ponto de avaliação da CNLD era exatamente o ajustamento ao programa.⁴⁹ Informações auxiliares ao professor ou orientações quanto à metodologia de ensino não figuravam como exigências no processo de seleção.

O livro didático era um material essencial para o trabalho docente, constituindo-se, muitas vezes, no único instrumento de que o professor dispunha para o preparo das aulas, bem como para atualizar-se sobre os conhecimentos da disciplina que ministrava. Apesar das tiragens limitadas e das dificuldades de distribuição num país continental, o livro chegava ao professor. Poderia, portanto, ser importante veículo de divulgação de recomendações metodológicas – seja as prescritas pelo Estado, através da pura e simples transcrição destas, como ocorre no livro de Waldemiro Potsch e Ruy de Lima e Silva e no do maestro Villa-Lobos, seja por meio de prefácios, introduções e notas elaboradas pelos próprios autores dos

⁴⁷ VILLA-LOBOS, 1946, p. VI.

⁴⁸ FILGUEIRAS, 2011, p. 37.

⁴⁹ FILGUEIRAS, 2011, p. 45.

livros. O já citado Guy de Hollanda, um entusiasta das “Instruções Metodológicas” que acompanharam as Reformas, afirmou que as lançadas em 1931 padeceram de dois males, um deles a falta de conveniente divulgação.

Livros didáticos e modelos pedagógicos

A partir de meados dos anos 1920 o paradigma pedagógico que serviu de referência para a institucionalização da educação paulista (e de outras partes do Brasil) começou a dar sinais de esgotamento. A chamada Pedagogia Moderna – concebida como *arte de ensinar*, baseada no fornecimento e imitação de modelos – perde espaço.

O abalo desta concepção pedagógica ocorreu, segundo Marta Carvalho, a partir da pretensão de se construir uma *pedagogia científica*, que teve como efeito colateral um processo de autonomização dos métodos de ensino.

Com toda a precaução que a matéria exige, é possível sustentar que a autonomização dos métodos que marca o solapamento dessa pedagogia como arte de ensinar deu-se em duas direções distintas, mas complementares: a de um progressivo didatismo; e a de uma hipervalorização das “ciências” da educação como fundamentos da prática docente.⁵⁰

Um novo modelo emerge. Marta Carvalho o caracteriza:

A chamada pedagogia da Escola Nova, que começa a se difundir no país em meados da década de 20, pretende subsidiar a prática docente com um repertório de saberes autorizados, propostos como os seus fundamentos ou instrumentos.⁵¹

Este deslocamento provocou mudanças na própria forma de difusão dos modelos pedagógicos. “O livro único de pedagogia, espécie de manual em que se compendia o conjunto dos saberes representados como necessários e suficientes ao exercício da prática docente, tende a ser substituído por coleções pedagógicas”.⁵² O objetivo de tais publicações

⁵⁰ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 1, p. 114, 2000.

⁵¹ CARVALHO, 2000, p. 111.

⁵² CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Caixa de Utensílios e a Biblioteca: Pedagogia e Práticas de Leitura. In: VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria Lúcia S. (Orgs.). *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 155.

é constituir uma cultura pedagógica que sirva de fundamento e de critério para o exercício do professor em sala de aula.

Num quadro em que o Estado passa a prescrever Programas de Ensino, Currículos e Instruções Metodológicas e o paradigma pedagógico sofre transformações, cabe indagar: de que forma os livros didáticos dialogam com o novo referencial pedagógico?

Nos livros didáticos voltados ao secundário foi possível notar que são raras as interlocuções com o professor e, quando ocorrem – em geral, por meio de prefácios e apresentações –, caracterizam-se pelo aspecto sucinto e pouco detalhista. Pouco comum, também, é a divulgação das direções metodológicas oficiais. Observa-se, no entanto, a preocupação de autores e editores em demonstrar que o conteúdo de seus livros segue, rigorosamente, as determinações governamentais.

Pode-se cogitar que o conteúdo das instruções presentes nos compêndios escolares se relacione ao novo modelo pedagógico que se estabeleceu a partir de meados dos anos 1920, no qual o espaço privilegiado para a divulgação de métodos e técnicas de ensino passou a ser as Bibliotecas Pedagógicas:

Nessa política, a Biblioteca de Educação é coleção que compendia os saberes pedagógicos necessários à transformação da mentalidade e da prática do professorado. Nela, a pedagogia como “arte de ensinar” é figura do passado. Formar o professor é transformar a sua mentalidade. É fazê-lo percorrer o caminho que leva à superação de suas concepções sobre a atividade do aluno, deslocando-as do terreno constituído por uma pedagogia centrada no exercício das faculdades da criança. É levá-lo à compreensão das novas finalidades sociais da escola.⁵³

Os livros didáticos parecem refletir, ainda que sutilmente e não de maneira homogênea, a proposta de se constituir uma nova cultura pedagógica, cujo objetivo era, conforme Carvalho, “fornecer um repertório de informações e de referenciais críticos para o professor, orientando-lhe a leitura como prática inventiva rebelde à prescrição de modelos”.⁵⁴

⁵³ CARVALHO, 2001, p.165.

⁵⁴ CARVALHO, 2001, p.154.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 1930, o Governo Federal intensificou sua atuação no sentido de direcionar a educação nacional. Por intermédio das Reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942) e da Portaria Ministerial nº 1.045 (1951) o Poder Público estabeleceu, além dos Programas Curriculares, as chamadas Instruções Metodológicas visando determinar modos de ensinar. O monitoramento sobre a produção e o conteúdo dos livros didáticos se deu através da criação, em 1938, da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD).

Nos livros editados entre 1930 e 1960 dirigidos ao ensino secundário, percebe-se a ação dos mecanismos de avaliação estatais através da preocupação de autores e editores em demonstrar que suas obras estavam de acordo com os programas oficiais. Os textos direcionados ao professor, em geral prefácios e apresentações, não são frequentes e têm aspecto pouco detalhista. As Instruções Metodológicas raramente aparecem nos livros escolares o que indica que estes não eram vistos pelo Estado como veículos de divulgação de suas prescrições quanto aos métodos de ensino.

A alteração do paradigma pedagógico a partir de meados dos anos 1920, com a emergência dos princípios do escolanovismo, resultou na proposição de uma pedagogia que buscava levar o professor a compreender as novas finalidades sociais da escola e as Bibliotecas Pedagógicas se constituíram no principal meio de difusão de métodos e técnicas de ensino. Poderia se pensar que o teor das orientações observadas nos livros didáticos retratam, ainda que de maneira tênue e não uniforme, este novo referencial.

PATRIMÔNIO IMATERIAL, MOVIMENTOS AFROS E ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS NA AULA DE HISTÓRIA

IMPERIAL HERITAGE, AFRIC MOVEMENTS AND DIDACTIC STRATEGIES IN THE HISTORY CLASSROOM

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato

Professora de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

e-mail: jaqueline.zarbato@gmail.com

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.10998>

Recebido em 10 de novembro de 2016

Aprovado em 30 de março de 2017

RESUMO

Este artigo visa apresentar a análise de uma experiência didática desenvolvida na aula de história, no Ensino Fundamental, cujo embasamento meta teórico foi da educação patrimonial e educação histórica como elementos de fundamentação da formação inicial de professores/as. Metodologicamente, a análise baseia-se em duas partes: a) fundamentação da abordagem teórica da Educação Histórica e da Educação Patrimonial; b) desenvolvimento da sequência de ensino com a turma de 8º ano da Escola Estadual Padre João Tomes, em Mato Grosso do Sul. A escola abriga o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Sendo assim, as estratégias didáticas foram desenvolvidas como sequência de ensino (Zabala, 1998) e efetivadas durante o ano de 2016. Desta forma, apresentaremos a fundamentação teórica que embasou a sequência, bem como traremos o percurso metodológico de toda a sequência de ensino.

Palavras-chave: ensino de história; educação patrimonial; educação histórica.

ABSTRACT

This article presents the analysis from the teaching experience developed in history class in elementary school, whose foundation was theoretical goal of heritage education and history education as the basis of elements of the initial training of teachers / the. Methodologically, the analysis is based on two parts: a) reasons for the theoretical approach of the Historical Education and Heritage Education; b) development of teaching sequence with the class of 8th grade of the State School Father John Tomes, in MatoGrosso do Sul. The school houses the Institutional Scholarship Program Introduction to Teaching (Pibid) of Degree in History from the Federal University Mato Grosso do Sul, campus TrêsLagoas. Thus, the teaching strategies were developed as a teaching sequence (Zabala, 1998) and effect duringtheyear 2016. Thus, we present the theoretical framework that based the sequence, and we will bring the methodological approach of the entire teaching sequence.

Keywords : teaching history; heritage education; historical education

La cultura histórica se refiere por tanto a una manera particular de abordar interpretativamente el tiempo, precisamente aquella que resulta en algo como “historia” encuanto contenido de la experiencia, producto de la interpretación, medida de orientación y determinación de la finalidad.¹

Abordar os princípios que norteiam a cultura histórica, como aponta Jörn Rüsen em seus estudos, encaminha para a complexidade da aprendizagem histórica, que se faz para além dos espaços educativos. E que em uma instância maior, contribuem com a formação da consciência histórica. Seguindo essa premissa sobre a aprendizagem histórica, foi construído um projeto em 2015 de ação didática com Programa Institucional de Iniciação à docência em História, do Grupo de pesquisa: Ensino de História, Memória e Patrimônio (GEMEP/UFMS), visando a abordagem da Educação Patrimonial e ensino de história. O projeto foi desenvolvido numa Escola Estadual em Mato Grosso do Sul, sobre a importância e inserção da Educação Patrimonial no ensino de história, contando com a participação efetiva de bolsistas do PIBID/História/UFMS, com os professores de história da escola, com estudantes das turmas do Ensino Fundamental e com os bolsistas de Iniciação Científica.

Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo analisar as estratégias didáticas desenvolvidas nas aulas de História, com crianças e adolescentes do 8º ano do Ensino Fundamental, de uma Escola Pública, tendo a narrativa e interpretação dos/as próprios/as alunos/as sobre o entendimento acerca da cultura histórica e patrimônio cultural.

O percurso metodológico baseou-se na fundamentação das abordagens da Educação Histórica e Educação Patrimonial, uma vez que as discussões fazem parte do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid História), base inicial da problematização desta análise. A Educação Histórica enfoca o processo de cognição histórica por meio de investigação, como afirma Barca², qualitativa, descritiva, buscando através da análise indutiva sistemática a compreensão de ideias dos sujeitos acerca da História como explicação, evidência, objetividade, narrativa”. A educação histórica fundamenta-se no trabalho com as fontes históricas, nas discussões sobre as estratégias de

¹ RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

² BARCA, Isabel. Marcos de consciência histórica de jovens portugueses. *Currículo sem Fronteiras*, v. 7, n. 1, p. 37, 2007. Captado em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss1articles/barca.pdf>. Acesso em: 10/10/2016.

ensino, nos usos de manuais didáticos, entre outros elementos que contribuem com a compreensão da temporalidade histórica. Schmidt argumenta:

Aprender é um processo dinâmico, no qual a pessoa que aprende muda porque algo é obtido, algo é adquirido, num insight, habilidade, ou mistura de ambos. No aprendizado histórico a “história” é obtida porque fatos objetivos, coisas, que aconteceram no tempo tornam-se uma questão de conhecimento consciente, ou seja, eles tornam-se subjetivos³.

Analisar as ações educativas na História contribui para a aproximação entre os sujeitos que estudam e aprendem, num processo que promova no ambiente escolar uma possibilidade de leitura da memória coletiva na relação com os monumentos históricos e das relações que se estabelecem entre eles, de forma analítica e crítica fundamenta as principais análises históricas. Conforme Horta:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico- temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural.⁴

No processo de ensino e aprendizagem em que a Educação para a valorização do patrimônio deve estar presente no processo curricular, não como algo “perdido” em meio aos diferentes temas/conteúdos, mas como um instrumento que contribui para que crianças e adolescentes tenham condições e possibilidades de fazer a leitura dos patrimônios. Pensar na leitura do patrimônio cultural é um dos caminhos para a aprendizagem histórica que envolve a compreensão sobre o pertencimento cultural, sobre a valorização das culturas, de conhecer os hábitos das comunidades as quais pertencem. Isso

³ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Cognição Histórica situada: que aprendizagem histórica é esta?* In: BARCA, Isabel & SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.) *Aprender História: Perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, p. 21-51.

⁴ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999, p. 6. A escolha deste referencial se deve ao fato das autoras terem iniciado a abordagem sobre a educação patrimonial no Brasil. Na verdade, mesmo que haja outros autores contemporâneos, sedimentamos metodologicamente nossa análise a partir dos estudos de Maria de Lourdes Horta.

porque, ao exacerbar as potencialidades de ensino aprendizagem histórica sobre os diferentes patrimônios, pode-se permitir que no futuro, as crianças e jovens compreendam muito de sua história, e possam além de ler a história, a partir de monumentos, edificações, festas, costumes e hábitos, também aprimorar suas interpretações.

O aprofundamento na análise sobre a Educação Patrimonial envolve a manutenção da memória dos lugares e dos grupos sociais. Transformando as aulas de história em um processo de investigação, uma vez que ao abordar as questões que envolvem o patrimônio histórico-cultural estamos discutindo diferentes temas históricos. Em que os patrimônios passam a ser compreendidos como parte integrante dos costumes e hábitos dos grupos culturais, pois “são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’”.⁵

Nesse sentido, ao elencar com os estudantes os elementos que fazem parte de sua vivência cultural, estamos projetando ações em que a preservação de espaços, edificações e costumes tenham uma função na trajetória das crianças e jovens na sociedade, uma vez que(...) os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público.

Desta maneira, a concepção de patrimônio, mesmo se tenha ainda no imaginário social a relação com as edificações. Buscamos nas ações com os estudantes da escola pública, ampliar as discussões sobre patrimônio cultural imaterial, tendo em vista, os saberes culturais de diferentes grupos que compõem os espaços sociais em que crianças e jovens estão inseridos.

Em torno da lógica sobre patrimônio imaterial, inserimos os debates nas aulas de história do Ensino Fundamental com temas que fossem relacionados ao cotidiano dos estudantes, mas principalmente tentando construir olhares sobre o patrimônio, de uma forma dinâmica. E neste sentido, pontuamos alguns elementos patrimoniais imateriais na aula de história, que de certa forma, estão mais próximos da realidade destes estudantes,

⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lipp (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 121-122.

⁵ GONÇALVES, 2002, p. 138.

como por exemplo: as danças, as rodas de viola, a Capoeira, o folclore da região Centro oeste, entre outros.

Entre as explicações sobre como estes patrimônios fazem parte do contexto histórico, investigações sobre qual tema interessava aos estudantes do 8º ano, turma que teve interesse em desenvolver as atividades sobre patrimônio. E, desta maneira, construímos as ações didáticas em torno de um dos temas propostos pelos próprios estudantes, a Capoeira.

Assim, a compreensão somente é possível pelo perscrutar da investigação histórica, que contribui para que a aprendizagem na aula de história, que envolva elementos históricos, fontes que possibilitem aos estudantes, vislumbrar que o processo cultural de formação de identidades.

[...] uma das características mais relevantes do patrimônio é ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos, em nível individual, de forma a converter-se no capital simbólico da sociedade.⁶

Assim, seguindo as concepções de Ivo Matozzi⁷, pautamos nossa análise sobre a educação e patrimônio, numa intrínseca compreensão da relação passado e presente. A metodologia da Educação patrimonial pode contribuir para a compreensão do passado, instigando nos/as alunos/as os sentimentos de pertencimento ao seu lugar, com a inserção e utilização de procedimentos que podem constituir relações identitárias entre o educando e a história local através da construção de saberes sobre o patrimônio cultural. Segundo Matozzi, para abordar a questão do patrimônio é necessário analisá-lo segundo algumas premissas:

Primeiramente, porque os bens culturais são simplesmente marcas que devem ser transformadas em instrumentos de informação, mas se tornam elementos que marcam o território e são o meio de seu conhecimento. Em segundo lugar, porque são considerados parte de um patrimônio difuso no território, em relações com instituições e administrações que têm poderes de gestão de alguns aspectos do território (governos locais, superintendências, direções de museus e de

⁶ DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 73.

⁷ MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. *Educação Revista*, Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010246982008000100009>>. Acesso em 19/10/2016.

sítios patrimoniais...). Graças ao uso dos bens culturais e graças à educação para o patrimônio, o aluno adquire conhecimentos sobre o território e sobre os problemas da sua gestão e pode tornar-se um cidadão consciente, interessado e crítico.⁸

Para Maria de Lourdes Horta⁹ há alguns princípios que devem reger a educação patrimonial, para que seja possível compreender o processo permanente e sistemático do trabalho educacional, que utiliza o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

Segundo a autora, a partir do entendimento de que os objetos e expressões do patrimônio cultural são ponto de partida para a atividade pedagógica, é possível ampliar esse conhecimento e os dados observados e investigados diretamente.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. A observação direta e a análise das “evidências” (aquilo que está à vista de nossos olhos) culturais permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores, dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentam suas teorias. O aprendizado desse método investigatório é uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo educacional, desenvolvendo suas habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observado.

10

Segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial, lançado em 1999 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Educação patrimonial é “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e

⁸ MATTOZZI, 2016, p. 138.

⁹ HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 13.

¹⁰ MATTOZZI, 2016, p. 138.

propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”.¹¹

Desta maneira, a análise proposta neste artigo empenha-se em investigar a questão do patrimônio imaterial no ensino escolar, atrelando e viabilizando o reconhecimento, a identificação, a dimensão do que representa a Capoeira como patrimônio imaterial.

Na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.¹²

Logo, segundo o documento norteador do IPHAN, “o patrimônio imaterial está enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade”¹³.

O PATRIMÔNIO IMATERIAL, A CAPOEIRA E OS MOVIMENTOS AFROS

As fundamentações em torno da Educação Histórica impulsionaram as ações didáticas que versavam sobre o patrimônio cultural, atrelado ao processo de ensino de história com uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental. Cabe destacar que parte desta análise foi realizada durante as sequências didáticas executadas ao longo do ano de 2016, na Escola Estadual Padre João Tomes, que fica localizada no bairro Vila Piloto, em Três Lagoas/MS.

Entre as pretensões das ações didáticas no ensino de história, há a necessidade de aglutinar as concepções da Educação Histórica, com propulsão da aprendizagem da história. Isso porque contribui para aprofundar o conhecimento e valorização de

¹¹ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999, p. 7.

¹² HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 7.

¹³ HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 1.

identidades, diferenças, de elementos patrimoniais da região. Para Maria Auxiliadora Schmidt (2008), trata-se produzir a inserção do aluno na comunidade, de modo que ele identifique como se constituiu um acervo de bens culturais materiais e imateriais que representam uma historicidade própria a esse lugar, associada ao contexto histórico nacional e internacional.

As discussões realizadas nas aulas de história, basearam-se no entrecruzamento do que é “prescrito” no currículo do ensino de história, da concepção que alunos/as apreendem e interpretam sobre a história ensinada, bem como da importância da cultura história dos diferentes grupos que circulam pelo espaço da escola e fora dela. Por isso, visando aprofundar as discussões e reflexões sobre o sentido do ensino de história, traçamos um percurso metodológico para as ações didáticas em história, que teve como intuito envolver os/as alunos/as e professores/as.

Desta maneira, a fundamentação teórica da Educação Histórica contribuiu para que fosse possível inserir as fontes históricas patrimoniais na aula de história na turma do 8º ano, bem como permitir que suas narrativas e interpretações sobre os diferentes grupos culturais, o multiculturalismo, as identidades, as discriminações, as etnias que convivem e suas representatividades fossem centrais.

Nesse processo de análise, visamos envolver as narrativas dos estudantes da turma do 8º ano do Ensino Fundamental, seguindo a proposta por Jörn Rüsen¹⁴, em que se traz à tona um aumento da “experiência do passado humano, tanto como um aumento da competência histórica que dá significado a esta experiência, e na capacidade de aplicar estes significados históricos aos quadros de orientação na vida prática”.

A proposta didática foi desenvolvida no 8º ano “B”, do Ensino Fundamental e teve como tema central: “O patrimônio imaterial e os movimentos afros: um olhar crítico sobre o desenvolvimento cultural no Brasil pós-período escravagista”, duração de 16 aulas. As aulas eram ministradas três vezes por semana. A turma era composta por 22 estudantes, 14 meninos e 8 meninas. Em cada aula, as estratégias didáticas tinham como princípio envolver os estudantes na análise de fontes, na interpretação das fontes, nas narrativas sobre o que compreendiam e como explicavam o processo relacionado ao patrimônio

¹⁴RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Tradução de Nélcio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 179.

imaterial e os movimentos afros. Nesse sentido, a leitura sobre o período pós-escravagista foi central a compreensão da capoeira como um patrimônio imaterial.

Ao investigar a Capoeira, relacionada ao patrimônio imaterial, aprofundamos as discussões sobre as abordagens sobre a história e cultura africana e afro brasileira, com a lei 10.639/2003, em que se retoma a valorização dos grupos culturais e as heranças africanas. Desta maneira, problematizamos a concepção da capoeira, como elemento de origem africana e que deve ser publicizado, preservado e valorizado. Uma das primeiras ações didáticas, foi apresentar e discutir a palavra “capoeira”. Isso porque, Capoeira deriva da língua tupi, usada para designar a vegetação que nasce após a derrubada de uma floresta.

Apenas para constar, a palavra "capoeira" (CAÁPUÉRA) é um vocábulo Tupi-guarani, e significa "mato ralo" ou "mato que foi cortado". No Brasil-Colônia este nome foi também dado ao “Jogo de Angola” que aparecia nas fazendas e cidades desde que aqui foram trazidos os africanos escravizados, os primeiros grupos de negros de origem banto¹⁵.

Nesse sentido, por meio da história da capoeira foi possível compreendê-la como uma luta, ainda no século XVI, no Brasil Colônia. Há também, alguns estudos que defendem a concepção de que os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta. É a partir daí que surge a capoeira, considerada como uma arte marcial disfarçada de dança. Assim, percebe-se que há diferentes concepções e interpretações acerca da capoeira como um elemento cultural do protagonismo da resistência e da integração dos negros na formação da sociedade brasileira.

Com a lei nº 10.639/03, a capoeira é inserida em conjunto de representações da cultura afro-brasileira, como um modo de educar para as relações étnico-raciais. Como destaca a lei: “§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”¹⁶

¹⁵ Os textos utilizados para basear e fundamentar as aulas sobre o conceito e concepções acerca da capoeira derivam das seguintes obras pesquisadas: ARAÚJO, Paulo Coelho. Perspectivas históricas do jogo da capoeira no adulto e na criança: da submissão à subversão da ordem. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, ano III, n. 5, p. 41-52, 2005. CAPOEIRA, Nestor. *Capoeira: os fundamentos da malícia*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. Também foi feita uma pesquisa no site: <http://www.capoeirabrasil-ce.com.br/historia/capoeira_angola.htm>. Acesso em: 21/05/2015.

¹⁶ BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

O objetivo em todo esse processo educativo foi recuperar os elementos da capoeira como um dos elementos culturais herdados do período de escravidão no Brasil, principalmente no que se refere aos anos finais do século XIX. O processo das ações didáticas nas aulas de história, foram fundamentados, a partir do saber histórico, o qual se constrói, com base nos significados tácitos que cada sujeito atribui às mensagens, por inferência sobre múltiplas fontes, diversas no seu suporte e nos seus pontos de vista. O pensamento histórico não se limita a uma interpretação parcelar e linear das fontes; alimenta-se de narrativas progressivamente construídas, criticadas e reconstruídas. Este caminho “é percorrido por quem interpreta e por quem aprende, e é essencial para a construção de sínteses progressivamente contextualizadas”.¹⁷.

Desta maneira, ao longo das aulas de história, com o 8º ano, buscamos analisar o período que compreende o fim da escravidão no Brasil, às décadas finais do século XIX, contextualizando esse período histórico e elencando elementos que ainda persistem nas práticas culturais na atualidade, para que fosse possível identificar elementos culturais oriundos desse período e que compõem as culturas no Brasil.

Assim, foi proposto na primeira aula, a exibição do curta-metragem *Maré Capoeira* (2005)¹⁸. A concepção didática desta aula, era abordar a temática da capoeira como patrimônio imaterial, mas de forma que os/as alunos/as fossem envolvidos no processo de compreensão histórica. Para isso, os/as alunos/as do 8º ano e os estudantes do PIBID/História realizaram uma ‘roda de capoeira’ no pátio da escola, visando sobretudo dialogar sobre o que representa a capoeira na sociedade e como poder ser considerada um patrimônio imaterial. A ação didática, visou sobretudo inserir as narrativas de cada aluno/a sobre o que compreendeu acerca do patrimônio imaterial. Não é só uma roda de capoeira essa, mas sim uma roda de conhecimento, onde as regras são claras: uma pergunta é feita, aquele que responder, vai para o centro da roda, e tem direito a responder à questão levantada. Ao acertar, fica no centro da roda, cedendo espaço para outro colega que quiser e souber responder.

¹⁷ BARCA, 2007, p. 15.

¹⁸ O filme tem como principal cenário a roda de capoeira e alinha as narrativas textual e imagética a serviço da construção do discurso que positiva a prática da capoeira, conferindo a ela um papel de destaque na construção da tradição e da identidade dos afro-descendentes. *Maré Capoeira* é um filme que conta duas histórias: a do menino João, um garoto negro de 10 anos de idade, seus desejos e frustrações, e a da própria capoeira, como manifestação sócio-cultural.

Após a exibição do curta e da roda de capoeira, voltamos para a sala de aula, para aglutinar todas as questões e questionamentos apresentados pelos/as alunos/as, para que a partir disso, fosse possível refletir sobre o percurso histórico da capoeira como um patrimônio cultural imaterial, bem como da importância da capoeira como representação africana na sociedade brasileira. Na sala de aula, os questionamentos foram em torno do que o curta-metragem apresentou, do desejo do menino em se tornar mestre de capoeira; o percurso da família dele para se tornar referência no que se refere à capoeira, para a comunidade em que ele vive.

O que nos chama a atenção em relação à turma, foi a curiosidade despertada nos alunos através do tema e a instigação do conhecimento histórico. As narrativas dos/as alunos/as versaram sobre a importância da herança e a diversidade cultural, o reconhecimento da luta em busca da liberdade, mesmo depois de assinada a Lei Áurea, garantindo a liberdade para escravos no Brasil.

Segundo Gabriel, 12 anos, “o estilo e uso da capoeira é outro, mas ainda há o preconceito das pessoas, que pensam que é uma forma de vadiar” ressaltou ainda que “muitas pessoas têm preconceito em relação a capoeira, pela relação que pode ser feita com as religiões afro”¹⁹

Já Shirley, 15, disse que “a capoeira tem que ser, na verdade, motivo de orgulho do povo brasileiro e que, tínhamos que ter vergonha de ter na nossa história ‘coisas’ como essa: a de violência contra as pessoas”.²⁰

Podemos perceber que na narrativa dos dois alunos, a consciência de cultura se faz presente e o entendimento sobre a importância da capoeira para a história do povo brasileiro.

No dia 08 de setembro de 2016, na aula de história, a turma foi organizada em equipes, cada qual composta por, no máximo, quatro alunos. Cada equipe ficou responsável por trazer elementos históricos, que discutisse cada uma das seguintes questões relacionadas aos grupos de negros/escravos no Brasil, no período da escravidão: música, comida, lazer. Após definido o que cada equipe iria pesquisar, foi acordado, junto aos alunos, que durante a sequência, em todos os encontros, eles se organizariam na forma de equipes e que a mesmas seriam compostas pelos mesmos/as alunos/as.

¹⁹ Narrativa do estudante do 8º ano, Gabriel, 12 anos.

²⁰ Narrativa da estudante do 8º ano, Shirley, 15 anos.

A pesquisa com diferentes fontes históricas acerca do período da escravidão, bem como da capoeira como patrimônio imaterial pôde ser realizada na Biblioteca e na sala informatizada da escola, a partir de sites e artigos científicos. Isso se deve porque, nos livros didáticos de História, não havia menção à capoeira, sua importância como patrimônio imaterial.

Orientamos aos alunos que entrassem em sites em que as informações pudessem ser confirmadas através de referência bibliográfica. Ressaltamos a importância de buscar a interpretação do que encontramos nos sites da internet, mesmo com pesquisas específicas, como no caso da capoeira relacionada ao fim da escravidão e as heranças culturais dos anos finais do período escravagista no Brasil.

Na aula seguinte, os grupos apresentaram as suas pesquisas, em que sintetizaram e narraram as suas análises. Entre as apresentações, havia o debate, problematizando as dúvidas que surgiam durante as apresentações. Mesmo, com a pesquisa, o debate, o curta metragem, havia ainda algumas lacunas de entendimento em relação ao processo de empoderamento dos grupos negros a partir do uso da capoeira, bem como da capoeira como uma representação histórico-cultural. Para isso, os/as alunos/as foram instruídos à pesquisa na biblioteca da escola.



Foto: Jaqueline Zarbato/Caio Santos, 2016

Com um pouco de timidez, começaram a apresentar os painéis e os resultados de suas pesquisas. Cada grupo ficou responsável por fazer um cartaz com aspectos da cultura afro, relacionado ao período do fim da escravidão, a partir da sua pesquisa. Apresentaram imagens de navios negreiros chegando ao Brasil, carregados de pessoas que seriam

responsáveis, através de seus movimentos de luta e resistência, pela capoeira, feijoada, roda de samba, música, dança e religiosidade relacionando com os eventos na atualidade.

Apresentaram, também, as condições do negro frente ao imigrante, no que se refere ao trabalho. Utilizaram trechos do livro, *Lar, Trabalho e Botequim*²¹ para exemplificar como eram chamados pela sociedade, os ex-escravos: vadios, preguiçosos, incompetentes. O que chamou a atenção dos alunos foi o preconceito que se tinha com o negro, principalmente com o ex-escravos.

Um dos alunos questionou: “Como que eles conseguiam trazer pessoas de fora para trabalhar aqui, sendo que tinha um monte de gente que sabia trabalhar e precisava de emprego?”. Outro aluno acrescentou à pergunta do colega. “Por que havia tanto preconceito? Não dá para entender! Tinham pessoas aqui que sabiam trabalhar e que precisavam trabalhar e os patrões escolhiam outras pessoas como os japoneses e os italianos, por exemplo”.

Em torno da concepção de valorização dos grupos afros, fundamentando suas ações, representações como elementos patrimoniais e de memória brasileira, trabalhamos a partir das dúvidas dos/as alunos/as. Nesse sentido, o fim da escravidão e o que aconteceu com os homens e mulheres afros, foi um dos processos que mais gerou dúvida para os/as alunos/as. Assim, discutimos sobre a situação dos grupos afros após a abolição. Para fundamentar essa questão sobre o fim da escravidão no Brasil, foi exibido o filme *Besouro* (2009).

Naqueles tempos pós-abolição nossos negros continuavam tão alijados da sociedade que muitos deles ainda se questionavam se a liberdade tinha sido, de fato, um bom negócio. Afinal, antes de 1888 eles não eram cidadãos, mas tinham comida e casa para morar. Após a abolição, criou-se um imenso contingente de brasileiros livres, porém desempregados e sem-teto. A maioria sem preparo para trabalhar em outros serviços além daqueles mesmos que já realizavam na época da escravatura. E quase todos ainda sem a plena consciência de sua cidadania. O resultado desse quadro, principalmente nas regiões rurais, onde estavam os engenhos de açúcar e plantações de café, foi o surgimento de um grande contingente de negros libertos que continuavam, mesmo anos após a abolição, submetendo-se aos abusos e desmandos perpetrados por fazendeiros e senhores de engenho [...] Manoel já era muito mais conhecido na cidade como Besouro Mangangá - ou Besouro Cordão de Ouro -, um jovem forte e corajoso, que não sabia ler nem escrever, mas que jogava capoeira como ninguém e não levava desaforo para casa. Como quase todos os

²¹ CHALHOUB, Sidney. *Lar, trabalho e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

negros de Santo Amaro na época, vivia em função das fazendas da região, trabalhando na roça de cana dos engenhos. Mas, ao contrário da maioria, ele não tinha medo dos patrões. E foram justamente os atritos com seus empregadores - e posteriormente com a polícia-que deixaram Besouro conhecido, começaram a escrever a sua imortalidade na cultura negra brasileira.²²

Logo, após as pesquisas, os filmes, exposições, foi discutido sobre as concepções do patrimônio material e imaterial. Os/as alunos/as narraram e identificaram os elementos oriundos da cultura afro, presentes em nossa cultura. A partir dessa compreensão, propomos outra atividade, em que os/as alunos/as confeccionaram um jogo da memória em que teriam que elencar e desenhar elementos patrimoniais materiais e imateriais da cultura afro. Em uma folha, os/as alunos/as tiveram que escrever uma frase que se relacionasse com a outra folha correspondente.



Foto: Jaqueline Zarbato/Caio Santos, 2016

Assim, explicamos os passos dessa sequência que, o professor orienta os alunos e os permitem dialogar entre si, num campo epistemológico dos saberes e desenvolver, partindo das teorias que permeiam a cognição de cada aluno, “materializar”, através das atividades essa experiência de poder buscar por si as respostas para as problemáticas levantadas em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

²² Texto captado no site oficial do filme. Disponível em: <www.besouroofilme.com.br>. Acesso em: 05 mai. 2016.

As proposições sobre a capoeira como patrimônio imaterial, utilizada na aula de história, contribuiu de forma significativa para a aprendizagem histórico dos/as alunos/as do 8º ano. Isso porque, seguimos a premissa de Isabel Barca sobre a leituras das fontes e a compreensão histórica, pois isso implica:

- Saber ler fontes históricas diversas, primárias e secundárias, com diversos suportes e com perspectivas diferenciadas;
- Saber confrontar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções e na sua validade relativa;
- Saber entender – ou procurar entender – o “Nós” e os “Outros”, em diferentes tempos, em diferentes espaços;
- Saber levantar novas questões, procurar novas respostas, novas hipóteses de investigação;
- Procurar perspectivar o presente e o futuro à luz da compreensão e das competências da pesquisa histórica.²³

Assim, a fundamentação do Patrimônio Imaterial na Educação Histórica permite que as experiências e as investigações históricas possam aprofundar os elementos presentes na aula de história. Uma vez que estimula os/as estudantes a refletir sobre as concepções identitárias, os saberes familiares, da sociedade, sendo assim fundamentados nas experiências do passado e do presente.

A partir do que foi proposto nas aulas de história, compreendemos que abordar o patrimônio imaterial, como a Capoeira, permite não só a aprendizagem histórica, mas contribui para que sejam inseridas na prática educativa de história, as identidades individuais, coletivas, étnicas. E que estão circunscritas a diferentes grupos culturais, mas que podem compor a dimensão ampliada dos bens patrimoniais. Em suma, desenvolver uma consciência patrimonial com crianças e jovens, como elemento gerador de identidades, mesmo que plurais, encaminha para que o/a aluno/a “domine o uso do patrimônio e seu poder de identificação, utilizando-o como uma ferramenta para orientação no tempo”²⁴

²³ BARCA, Isabel. Literacia e educação histórica. *Educar*, Curitiba, Especial, p. 30, 2006.

²⁴ NASCIMENTO, Evandro Cardoso. Educação patrimonial: perspectivas da educação histórica. Matinhos: Ed. Do autor, 2013, p. 134.

MULHER, OPERÁRIA: O LABOR FEMININO OCUPANDO O ESPAÇO PÚBLICO DO TRABALHO (BELÉM, 1930-1935)

WOMAN, FACTORY WORKER: FEMININE LABOUR IN PUBLIC PLACES OF WORK (BELÉM, 1930-1935)

José Ivanilson da Luz Rodrigues

Professor da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia e da Secretaria de Estado de Educação, Brasil

Mestre em História pela Universidade Federal do Pará, Brasil

e-mail: rodrigues_ivanilson@yahoo.com.br

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.10999>

Recebido em 18 de abril de 2017

Aprovado em 13 de outubro de 2017

RESUMO

O presente artigo debruça-se sobre o construto circundante à ocupação feminina do espaço público do trabalho em uma capital da Amazônia na primeira metade do decênio de 1930, para tanto, fundamentamos a análise das fontes (jornais da época e documentação alocada no Arquivo Público do Estado do Pará - APEP) nas premissas de Joana M. Pedro e Margareth Rago, acerca do uso da categoria *gênero* na historiografia; Pierre Bourdieu, quanto à *dominação masculina*; Roger Chartier, no que tange à *representação social*, entre outros. Nossa pesquisa constatou o avanço da mulher na ocupação do espaço público do trabalho, as tensões, solidariedades e desigualdades com o elemento masculino, e entre as próprias mulheres, o apelo moral quanto ao trabalho feminino noturno e os assédios dentro e fora dos ambientes de labuta. Um diálogo fecundo com a atmosfera social própria do contexto político-cultural no qual estavam insertas: aproximação e distanciamento entre operárias e feministas, conquista de direitos, conflitos e mazelas tangenciadoras à condição de mulher, de operária.

Palavras-Chave: operariado feminino; gênero; representação social; espaço público

ABSTRACT

This article deals with the construct surrounding the female occupation of the public space of work in a capital of Amazonia in the first half of the 1930s. For this reason, we analyze the sources (newspapers of the period and documentation in the Public Archive of State of Pará - APEP) on the premises of Scott and Rago, about the use of the gender category in historiography; Bourdieu (2002), regarding male domination; Chartier, with regard to social representation, among others. Our research presents the advancement of women in the occupation of the public space of work, tensions, solidarities and inequalities with the masculine element, and among the women themselves, the moral appeal for the feminine work of the night and the harassment inside and outside the working environments. A dialogue with the social atmosphere of the political-cultural context in which they were inserted: conquest of rights, conflicts and ills surrounding the condition of woman, worker.

Keywords: female operator; gender; social representation; public space

DO PRIVADO AO PÚBLICO: O TRÂNSITO SOCIAL DAS MULHERES NOS ANOS INICIAIS DA DÉCADA DE 1930

Sobre os valores circundantes à da mulher trabalhadora nas primeiras décadas dos novecentos, Claudia Fonseca ressalta as dificuldades enfrentadas por uma mulher pobre na busca por condições para atenuar a vida de privações que levava, por meio do ingresso no trabalho assalariado nas fábricas:

... a Dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública.”... em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio era lendário.¹

A diferenciação da “boa trabalhadora” ao “homem em situação parecida”, suscita dois aspectos principais: a naturalização de uma representação social que reconhece o espaço do lar, como o local da mulher sob pena de falácias quanto à sua moral, sendo o homem o ocupante natural do espaço público do trabalho, como o provedor do lar; e ainda, uma realidade própria das primeiras décadas do século XX: a diferenciação salarial entre homens e mulheres². Notamos aqui, que os valores que constroem e moldam o comportamento social da mulher trabalhadora conformam-se em uma visão masculina do “lugar” da mulher na sociedade. Segundo Margareth Rago: “isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social”³. Tal premissa parece aproximar-se da assertiva de Pierre Bourdieu:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses... as tomadas de posição ideológica dos

¹ FONSECA, Claudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 516.

² DECCA (1983) destaca na década de 1930 “em termos de salários a pior condição da mulher operária”. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1927-1934*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1983, p. 21.

³ RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. IN: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 579.

dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe.⁴

Dito de outra forma, compartilhamos com a ideia de representação social advogada por Roger Chartier, para quem:

... a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma.⁵

A leitura do excerto, nos permite compreender, entre outras coisas, como a representação social da mulher trabalhadora é projetada em função da forma como os que “detêm o poder de classificar e de nomear”, ou seja, o elemento masculino, à forja no meio social. Nessa perspectiva, notamos as formas como a mulher trabalhadora é evidenciada nos jornais e nos documentos encaminhados ao Governo do estado: “infelizes operárias”⁶, “infelizes moças”⁷, “pobre mulher”⁸, “mulher pobríssima”⁹, “pobre e infeliz criatura”¹⁰, etc. A visão masculina associava constantemente a mulher trabalhadora à condição de fragilidade:

... mas a instrução à mulher, proteção à maternidade e à criança, garantia ao trabalho feminino, fazem parte dessas reivindicações gerais. No momento em que as portas das atividades fora do lar estavam sendo forçadas pelas mulheres que exigem o trânsito mais livre nas profissões liberais, no serviço público e nas fábricas, era forçoso sensibilizar as mulheres e seus empregados para esses direitos. São reivindicações que se coadunam às aspirações da classe operária, entretanto, são feitas sem “uma crítica ao sistema de exploração e de uma análise correta” desse sistema.¹¹

⁴ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 11.

⁵ CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação Social. *Revista Estudos Avançados*, n. 11, 1991, p. 183.

⁶ Ofício enviado pela Federação de Classes em Construção Civil à Interventoria Federal do Pará em 27 de dezembro de 1930. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930-1934), cx. 182.

⁷ Ofício enviado..., cx. 182.

⁸ Folha do Norte, 03. 01.1932. p. 03; 27. 03. 1931. p. 05; 03. 01. 1931; O Imparcial, 14. 12. 1933, p. 01.

⁹ APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Memoriais (1930-1938).

¹⁰ Folha do Norte, 05. 10. 1935, p. 08.

¹¹ ÁLVARES, Maria Luzia M. *Saias, Laços e Ligas: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses-1910/1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia-NAEA, Universidade Federal do Pará, 1990, p. 468.

Fica claro pelo enunciado, que apesar da presença maciça da mulher no ambiente fabril desde as primeiras décadas do século XX, ou seja, a incidência da mulher no espaço público, ainda era visto com desconfiança, pois destoava de um padrão comportamental instituído pela sociedade (universo masculino e feminino) do lugar da mulher: no lar, preocupada com os afazeres domésticos e com a maternidade.

No entanto, Segundo Rodrigues & Veras (2017) em meio a atmosfera discursiva da Aliança Liberal baseada em um apelo modernizador e industrializante dos anos de 1930, alinhada a uma pretensa colaboração com as classes trabalhadoras às vésperas da ascensão de Getúlio Vargas¹² e por todo o governo varguista, encontrava-se elementos caros a uma dominação masculina¹³, que em grande medida, reduzia o trânsito social feminino ao espaço doméstico, como se nota em anúncios nos jornais: “Senhores chefes de família! Senhoras donas de casa!”¹⁴. A leitura do anúncio associa claramente, o elemento masculino à condição de provedor do lar, e a mulher às tarefas domésticas e ao cuidado com as crianças, atribuições primeiras de uma “dona de casa”, “eclipsando” toda uma conjuntura de labuta e ocupação do espaço público pelas mulheres (pobres ou abastadas) na sociedade de classes, pois segundo Saffioti (1969) *apud* Rodrigues & Veras (2017)¹⁵:

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial.¹⁶

A leitura de Saffioti (1969) nos permite enxergar a diversidade do alcance da sociedade capitalista, que no limite, acabou recrutando direta e indiretamente a mulher em seus diferentes níveis sociais: operária, burguesa, trabalhadora doméstica, profissionais

¹² GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹³ Neste ponto, concordamos com Bourdieu para quem a dominação masculina pode ser entendida dentro de um universo simbólico, que em dados momentos, se conforma de acordo com o exercício da violência simbólica se traduzindo como: “violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento”. Ver: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

¹⁴ Folha do Norte, 08. 02. 1930, p. 06.

¹⁵ RODRIGUES, J. I. L. & VERAS, Lais Lauane. Operariado Feminino: uma conjuntura plural em uma capital da Amazônia (Belém, 1930 - 1935). *Revista Manduarisawa*, Manaus, vol. 1, nº 01, 2017. p. 49.

¹⁶ SAFFIOTI, Heleieth B. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969, p. 40.

liberais, etc.; tais premissas revelam a ocupação fermina do espaço público, não apenas pela condição da mulher trabalhadora, mas também, pelas diversas teias de relações sociais, que vão sendo construídas e possibilitadas. Como exemplo, temos a organização do movimento feminista desde os anos de 1920 e que se fortalece na década de 1930, com a atuação da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, inclusive com a criação de um núcleo paraense¹⁷.

O compartilhamento desta representação (ideário) social é identificável, em grande medida, dentro de um plano simbólico, nas palavras de Bourdieu (2012, p. 11): “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação”¹⁸. Aqui nos é possível identificar, um lugar de aceitação e valorização da ocupação feminina do espaço público do trabalho, sendo em grande medida veiculado pela imprensa local:

A mulher já trabalha no Brasil. Nas letras, nas artes, no professorado, no comércio, na administração pública, nas cadeiras liberais, em todos os ramos da atividade, em suma o feminismo tem vitoriosamente caminhado.¹⁹

Pelo excerto, notamos o destaque da mulher na ocupação de papéis sociais diversos no espaço público, notoriamente quando o feminismo é remetido, a matéria jornalística ganha um apelo sufragista, pela participação política feminina. No entanto, na sequencia fica mais latente o diálogo com a demanda pela ocupação do espaço público do trabalho pela mulher e a valorização expressa em um universo masculino: “Os próprios homens são os primeiros a reconhecer os benefícios sem par desse caminho, assim tão discreta, mas resolutamente andando, rendendo justiça ao que de consciencioso e de eficaz há no trabalho feminino”²⁰.

Neste ponto, suscitamos a utilidade do *gênero*, como forma de compreender as relações sociais mesmo entre as mulheres, daí a compreensão dentro do processo histórico concernente aos estudos da mulher, do desuso da categoria *mulher* e a emergência do *gênero*, pois os diversos marcos sociais acabam diferenciando o lugar de cada grupo feminino

¹⁷ ÁLVARES, 1990.

¹⁸ BORDIEU, 2002, p. 11.

¹⁹ Folha do Norte, 09. 02. 1930, p. 06.

²⁰ Folha do Norte, 09. 02. 1930, p. 06.

dentro do convívio social (classe, sexualidade, raça/etnia, etc.), e nesse contexto estão inseridas estas duas facetas femininas: feministas e operárias. Desta forma, nos aproximamos das premissas de Pedro (2011), segundo a qual: “O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres...”²¹. Silva (2016) destaca o recurso ao *gênero* como um dos fatores de ampliação das pesquisas no âmbito da História Social:

Dentre os principais desafios dos estudos vindouros no âmbito da História Social do Trabalho estão as incorporações das questões de gênero, das questões raciais/étnicas e relativas às conexões entre o social, o político e o cultural, de forma que tenham consequências analíticas nas pesquisas, não sendo simplesmente elementos desconexos adicionados aos estudos devido às necessidades de atendimento formal às demandas do campo acadêmico.²²

A atenção às relações de gênero no meio social, acabaram por contemplar as visões sobre operariado feminino e seus respectivos locais de labuta. Acerca disso, Rago (2001) ressalta:

Nas denúncias dos operários militantes... dos jornalistas, das feministas, a fábrica é descrita como “antro da perdição” ... enquanto a trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva e indefesa. Essa visão está associada, direta ou indiretamente à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada.²³

Por esta visão o “lugar” da mulher “de bem” seria a casa, desempenhando apenas trabalhos domésticos. O que, em nosso entendimento, seria um primeiro passo para “invisibilizá-la” no âmbito público. Prática que podemos constatar na “visitação” aos documentos enviados ao Governo do Estado. Em *memorial* enviado ao Interventor Federal Magalhães Barata sobre um “acidente de um estivador, acidentado no curso de seu trabalho”, e que posteriormente veio a falecer, sua mulher solicita providências do

²¹ Pedro, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 273.

²² SILVA, Eduardo Ângelo da. Desafios e Perspectivas da História Social do Trabalho Contemporânea. *Espaço Plural*, Ano XVII, n. 34, 1º Semestre 2016, p. 100.

²³ RAGO, 2001, p. 679.

Interventor contra a empresa Boath Linz, por ser uma “mulher pobríssima” e com filhos para criar²⁴.

Chama a atenção neste documento, a redação feita por um homem, isso pode ser explicado talvez pelo fato da postulante ser analfabeta; outro detalhe, seria a ausência do nome da requerente no documento, sendo citada apenas como “a signatária”. Fato semelhante é observado em um abaixo-assinado enviado ao Interventor por uma lavradora por conta da prisão de seu marido, na identificação lê-se: “o abaixo-assinado com o máximo acalento, brasileira, residente no centro do lago Jaranaia, mulher legítima de Antônio Félix Moura, lavradora, vem proclamar perante a autoridade de V. Exc.”²⁵; quatro pessoas assinam o documento, todos homens, não havendo menção ao nome da requerente.

Outro exemplo, quanto às transformações das condições da mulher como atuante no espaço público, no caso em questão o *sufragismo*, bandeira maior de luta da FBPF (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino), pode ser vislumbrado em uma imagem veiculada no Jornal *O Imparcial*, em 1932²⁶. Uma das principais atuantes na formação das entidades de classe do operariado feminino foi a militante feminista Feliz Benoliel Cavaco²⁷, portanto apesar de se constituírem em espaços de luta por campos diferentes, feministas e operariado feminino, o divórcio não era pleno, havendo momentos de solidariedade e união de forças e militância no contexto social – era recorrente os distanciamentos e aproximações no contexto social de lutas.

²⁴ APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Memoriais (1930-1938).

²⁵ APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Abaixo-Assinados: (1931).

²⁶ *O Imparcial*, 25. 03. 1933, p. 01.

²⁷ Rodrigues demonstra que a formação das entidades de classe do operariado feminino em 1931: a Associação Defensora do Trabalho Feminino (ADTF), que fora posteriormente transformada - no final do mesmo ano, em Concentração Feminina do Trabalho (CFT), contaram com a liderança da feminista Feliz Benoliel Cavaco, que já fazia parte de uma entidade representativa do operariado paraense, majoritariamente masculina: a Liga Nacionalista do Pará (LNP). RODRIGUES, J. I. L. *O Labor Feminino do Lar à Fábrica: Lutas, Práticas e Representação Social (Belém, 1930-1935)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.



IMAGEM Nº 7: ANÚNCIO: A VITORIA DO FEMINISMO.

Fonte: Jornal *O Imparcial*, 25, 03, 1933, p. 01.

Na legenda da imagem produzida pelo jornal, lemos: “O Brederodes concerta a roupa da ‘patroa’, que tem de ir, amanhã, às urnas... Mme, foi ao Partido das saias receber ordens.”²⁸. Na conjuntura de ocupação do espaço público do trabalho, e das reivindicações individuais e coletivas, autônomas ou mesmo pelas entidades de classe do operariado feminino e masculino, em favor das mulheres operárias e das sufragistas feministas é possível inferir o desempenho mútuo em papéis sociais domésticos por homens e mulheres neste período, nos permitindo a leitura da ‘patroa’ não apenas como uma feminista sufragista, mas também dentro deste contexto social cotidiano, como uma operária, uma vez que comumente se conceituava socialmente as mulheres operárias de “chefes de família”.

Aliada à imagem da mulher trabalhadora, coexistia no decênio de 1930 uma premissa educacional que em muito reproduzia à mulher o lar como espaço a ser ocupado. Nos idos de 1932, o jornal *Diário da Tarde* estampava uma matéria instigante quanto as demandas da educação feminina, remetendo como principal preocupação, o desempenhar feminino na vida privada, na vida do lar, a matéria intitulava-se *Vida Doméstica*:

Agora mesmo, a distinta preceptora Victoria do Carmo, um dos mais esforçados e competentes elementos do nosso magistério, percebendo a sensível lacuna que aqui se notava, da falta de uma Escola Doméstica, capaz de formar uma futura dona de casa, dando-lhe a conhecer os doces

²⁸ RODRIGUES, 2015.

encantos que solicitam o ser esposa, detalhando-a na contabilidade do lar, tomou a ombros a ideia da fundação de um estabelecimento nesse gênero. Obedecendo as normas rigorosas da didática doméstica e os métodos mais modernos de educação em família.

... Daí a obrigação imperiosa da criação de Escolas Domésticas, que lapidassem, como diamantes, o coração das moças, polindo-lhe as facetas, em que, mais tarde, se vissem refletir, brandamente, as doçuras da mulher-esposa e da mulher-mãe²⁹.

Nota-se na constituição da referida matéria jornalística o acionamento de condicionamentos morais e comportamentais que pretensamente seriam essenciais, mesmo para uma jovem mulher: “futura dona de casa”, “mulher-esposa” e “mulher-mãe”; nesse contexto, destaca-se ainda, a idealização dessa demanda educacional pela criação das *Escolas Domésticas* por uma mulher a “preceptora Victoria do Carmo”, o que parece associar-se a “incorporação das relações de poder”³⁰ dentro de um convívio social, onde a ocupação do espaço público ainda é preceito masculino e à mulher, o aprendizado com as coisas dos lar, com o esposo, e com a maternidade seriam naturais e essenciais.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social que confere aos homens a melhor parte ... Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum.³¹

Este panorama de consolidação de caráter estruturante da ocupação natural da mulher do espaço privado no construto social da capital paraense, refletido na citada matéria jornalística, em seu destaque para a demanda essencial da criação das *Escolas Domésticas* para oferta de cursos de oito meses, apresentava ainda, os aspectos mais latentes da vida doméstica passíveis de serem apreendidos pela jovem mulher:

São essas as séries:

a) cozinha; b) lavanderia e engomadeira; c) a dispensa e a cozinha; d) costuras; e) música, desenho e modelagem de ornamentação; f) prensas domésticas; g) arrumação de casa e vários vestíbulos; h) jardim, horta e pomar; i) avicultura doméstica; j) higiene das habitações e asseio

²⁹ Diário da Tarde, 02. 07. 1932, p. 04.

³⁰ BOURDIEU, 2002, p. 45.

³¹ BOURDIEU, 2002, p. 45.

individual; k) assistência domiciliar; l) noções sobre regimes alimentares e dietéticas; m) indústria doméstica e doceria.³²

A proposta de educação doméstica para a jovem mulher, idealizada pela preceptora Victoria do Carmo, pelo que já foi até aqui demonstrado, não eclipsara o reconhecimento e a ocupação do espaço público pela mulher, condição mais latente entre feministas e operárias, sobre a questão educacional outras propostas apresentavam-se no tocante ao operariado e especificamente às operárias: “traço único e seguro para o levantamento moral do nosso proletariado, a criação de escolas para a alfabetização da gente operária, se impõem a nossa consideração.”³³. Neste documento produzido pela Federação do Trabalho do Pará estavam discriminados os locais e o número de escolas destinadas a operários e operárias, numa alusão ao engrandecimento moral e ao preparo para as atividades laboriosas.

QUADRO Nº 4: LOCAIS DAS ESCOLAS PARA OPERARIOS E OPERARIAS, SEGUNDO A FEDERAÇÃO BRASILEIRA DO TRABALHO.

Escolas a Fundar		
Federação do Trabalho (sede)	02	Para operários e operárias
Sindicato de Marinheiros	01	Rua Frutuoso Guimarães
Vendedores de Jornais	01	Na Polícia Civil – Pavimento Térreo
Est. de Rodagem Arthur Bernardes	01	No prédio do Estado (Escola Pública)
Na Avenida Theodomiro Martins	01	No Sindicato de Artífices (São Braz)
Na “20 de Março”	01	Bairro Cremação, para os menores da Limpeza Pública.
No Marco da Léguas	01	Sede da Sociedade Coração de Jesus
No Pedreira	01	Sede do União Pedreirense
No Jurunas	01	Sede da Sociedade Jurunense

Fonte: Ofício enviado pela Federação do Trabalho do Pará à Interventoria Federal do Pará em 20 de Março de 1933.

³² Diário da Tarde, 02. 07. 1932, p. 04.

³³ Ofício enviado pela Federação do Trabalho do Pará à Interventoria Federal do Pará. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1934), cx. 182.

EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA: CONFLITOS, TENSÕES E ASSÉDIOS

Pelo o que vimos até aqui, infere-se que o construto social acerca da mulher, inclusive a trabalhadora remete-se a sua presença no lar, e que as representações sociais tangenciadoras a essa mulher ganham contornos protecionistas:

É doloroso ver-se até altas horas da noite, grupos de infelizes operárias saírem das fábricas, depois de um serão exaustivo e regressarem aos seus lares. Estes geralmente são nos subúrbios da cidade e essas infelizes moças tem que fazer o percurso a pé, porque se se transportarem à bonde, nada lhes fica do pouco que ganharam.³⁴

O Ofício enviado pela Federação de Classes em Construção Civil apresenta um protesto contra a exploração noturna do trabalho feminino, fazendo referência, também, às condições de vida e trabalho destas mulheres: longas jornadas de trabalho, dificuldades de deslocamento lar-trabalho-lar, baixos salários, ausência de auxílio para o transporte, etc.; temos aqui, um protesto de uma associação majoritariamente masculina em favor do operariado feminino.

O trabalho feminino até “altas horas da noite” era um dos assuntos que mais preocupava as associações operárias: o trabalho noturno das mulheres, o que unia-se a um amálgama de vivências diárias das operárias, por vezes compartilhadas com os operários, outrora peculiarmente próprias às “laboriosas abelhas”³⁵. Estudos como os de: Margareth Rago (1985; 1998) e Sidney Chalhoub (2012)³⁶, se apresentam como precursores na reconstituição da agência diária de trabalhadores e trabalhadoras, que transpunha em muito as condições adversas de trabalho, econômicas e mesmo a militância sindical, fazendo emergir: a violência praticada e sofrida, a “auto-violência”, e ainda, os amores gestados entre a classe laboriosa, e as possíveis “transgressões morais”, como a entrada na prostituição.

Como anteriormente mencionado, no contexto de demandas femininas na ocupação do espaço público do trabalho, encontrava-se na ordem do dia, os protestos pelo fim do trabalho noturno. No dia 27 de maio de 1931, grande número de operárias da Usina

³⁴ Ofício enviado pela Federação de Classes em Construção Civil à Interventoria Federal do Pará em 27 de dezembro de 1930. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930-1934), cx. 182.

³⁵ Folha do Norte, 27. 03. 31, p. 05.

³⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

Brasil, empresa de beneficiamento de castanha, foram recebidas pelo Interventor Magalhães Barata, para exporem suas reclamações às condições de trabalho. Foram expostas três questões principais: os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e os serões noturnos. A denúncia gerou polêmica entre as próprias trabalhadoras, pois um segundo grupo procurou a mídia para desmentir tais informações. As operárias afirmaram serem errôneas e caluniosas as denúncias feitas por “algumas colegas” suas, dizendo que:

...gozam como todas as suas companheiras em número aproximado de mil, de conforto e bem-estar, exercendo suas ocupações sem prejuízo de sua saúde, acrescentaram que percebem um salário remunerador e quando fazem serão é de livre vontade, pois os patrões não as obrigam ao trabalho noturno, deixando isso a cargo de cada uma.³⁷

De acordo com os protestos posteriores, é de se supor que essa negativa das denúncias de exploração do trabalho feminino, esteja ligada a assertiva de que “existem operárias que querem agradar seus patrões apenas para garantirem seu emprego”³⁸, feita pelas operárias Luzia Gonçalves, Palmira Viana e Brasilina Bruno da Costa, que reafirmaram a utilização de braços femininos nas fábricas durante à noite. O temor da perda de emprego era evidente nas fábricas de Belém.

No mesmo período cerca 850 operárias costureiras de sapatos da Fábrica Chamié, veicularam na mídia um apelo à ameaça de despedida que lhes fora feita. Segundo essas trabalhadoras a alegação da gerência era de que houve acentuada queda na venda de sapatos, motivo pelo qual se tornaria inviável a manutenção de todo o contingente de trabalhadoras. É interessante notar a forma de se pronunciar dessas mulheres, que de antemão deixam claro que tal apelo não se tratava de atitude “hostil a seus patrões”³⁹.

Ao que parece, o trabalho noturno de mulheres em Belém era uma constante, dado o volume de queixas dirigidas ao governo e à mídia local. Contudo, a disposição de algumas operárias em “defender” seus empregadores, indica muito mais o temor da perda de seus empregos, do que as boas condições de trabalho das quais se diziam dispor. O governo atendendo aos apelos das trabalhadoras mandou a polícia investigar as fábricas da capital que submetiam suas operárias a plantações noturnas, no levantamento feito constatou-se tal irregularidade nas seguintes indústrias: Fábrica de Artefatos da Borracha, Fábrica

³⁷ Folha do Norte, 27. 03. 1931, p. 02.

³⁸ Folha do Norte, 27. 03. 1931, p. 02.

³⁹ Folha do Norte, 08. 03. 1931, p. 08.

Perseverança, Fábrica São Vicente e Fábrica Jarina - tal indústria atuava na fabricação de botões e empregava cerca de 500 operárias⁴⁰.

Como era comum à época, as determinações estatais concernentes aos trabalhadores acabavam sendo atendidas apenas em parte, pelo patronato. Mesmo depois de notificadas as fábricas continuaram a promover o trabalho feminino noturno, fato constatado nos protestos que não cessarão: “Por determinação do Governo do Estado foram proibidos nos serões noturnos ao operariado feminino, no entanto passando-se algum tempo, as fábricas outrora notificadas voltaram a exigir plantações noturnas às suas trabalhadoras”⁴¹. Desta forma, os “serões” continuaram a ser alvo de reclamações por todo ano de 1932⁴².

Comumente, as operárias remetiam-se aos espaços governamentais do Estado e da Prefeitura de Belém, como forma de reivindicar e agradecer pelas ações de atenção ao operariado feminino quanto às plantações noturnas e a extensão da jornada de trabalho: “... uma comissão de operárias fardadas com o seu uniforme da Usina Progresso, estiveram em Palácio em visita ao Sr. Interventor Federal... a comissão de operárias, estiveram na Prefeitura em visita de agradecimento...”⁴³. A manutenção dos plantões noturnos para mulheres nas fábricas de Belém era alvo incessante de protesto na mídia veiculado pela Liga Nacionalista⁴⁴, que num dado momento incluiu em suas denúncias uma questão moral: a prostituição. Os nacionalistas divulgavam seus comunicados, mostrando:

As condições do operariado feminino carecido de conforto e medidas de amparo e proteção, tais como a ‘abolição completa dos serões’, que é a primeira porta de entrada para a prostituição de moças pobres que procuram nas oficinas meios de subsistência.⁴⁵

Constantemente, relacionava-se o trabalho noturno como fator de favorecimento dos desvios morais da mulher, pois o fato de receberem uma remuneração muito baixa por

⁴⁰ MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém: FIEPA/ SESI/ SENAI/ IDEPAR/ IEL, 1989, p. 58.

⁴¹ Folha do Norte, 14. 08. 1931, p. 02.

⁴² Folha do Norte, 23. 03. 1932, p. 05; 31. 03. 1932, p. 02; 02. 04. 1932, p. 02.

⁴³ O Imparcial, 14. 03. 1934, p. 01.

⁴⁴ A Liga Nacionalista do Pará, era uma associação majoritariamente masculina de caráter “patriótico” fundada em 22 de junho de 1920, e que após alguns anos de inatividade reorganizou-se no início de 1930, tendo como baliza principal de seu “projeto social”, a arregimentação dos trabalhadores na defesa de seus interesses sociais, apresentando-se como uma via, por vezes uníssona, de mediação e ligação entre trabalhadores e entidades de classes e o governo.

⁴⁵ Folha do Norte, 18. 01. 1931, p. 08.

inúmeras horas de trabalho e, o assédio que era comum dentro e fora das fábricas, potencializaria as transgressões morais. De acordo com Margareth Rago⁴⁶, é compreensível que dentre as inúmeras reclamações que norteavam a figura da mulher dentro das indústrias fosse posta “em primeiro plano a proibição do trabalho noturno”, justamente por ser tomado como imoral “para o sexo feminino e a garantia da maternidade”. No entanto, ainda que nos círculos operários as mulheres apresentassem-se em maior número, o domínio dentro e fora do âmbito fabril em Belém, perpetuava-se no universo masculino.

Neste contexto, os assédios não se remetiam apenas aos espaços externos às fábricas, sendo notado, por vezes, dentro dos próprios estabelecimentos, sobretudo nas relações hierárquicas, onde comumente no nível inferior estava a operária, e nas escalas superiores grassava o elemento masculino, pois segundo Sousa-Lobo:

À disciplina da fábrica soma-se, como no caso das operárias, a violência sexual das chefias... Mas o fato de que exista uma relação de chefia entre um homem e uma mulher implica ainda mais uma subordinação de sexo.⁴⁷

Tal traço de “violência sexual das chefias”, pode ser encontrado na denúncia da operária Maria Zuleide contra um gerente de seção da Fábrica Girafa repercutidas nas páginas do jornal *Folha do Norte*: Queixa contra o gerente duma fábrica”.

Veio ontem, Maria Zuleide Pereira... queixar-se contra Antonio Marques Amoras, gerente da seção de embalagem da Fábrica Girafa, onde ela se empregava no serviço de preparo de carteiras de cigarros. Declarou-nos Maria Zuleide que se despediu daquela fabrica no dia 17 de janeiro último em virtude de perseguição que Amoras movia à declarante, procurando seduzi-la para ir viver consigo. Como essa perseguição durasse alguns meses já, depois da morte de seu noivo Eriberto Nunes de Queiroz, que se suicidara sob um bonde do Curro... resolveu ela deixar o serviço, para ver se cessava o assédio que lhe era movido.⁴⁸

A denúncia demonstra um caso de auto-demissão, que segundo a operária Maria Zuleide fora motivada pela recorrência dos assédios do gerente Amoras, que foi em muito intensificada após o suicídio, de seu noivo. As relações de poder pautadas na hierarquia

⁴⁶ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 69.

⁴⁷ SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 131.

⁴⁸ Folha do Norte, 18. 02. 1930, p. 02.

dentro da fábrica e a própria condição da operária necessitada do trabalho, submetida às baixas condições salariais e a pecha de mulher pública⁴⁹, comum nas primeiras décadas do século XX, mostra que os casos de violência dentro dos espaços fabris, conduziam-se também sobre um viés simbólico, onde os assédios acabavam não se resumindo às tentativas de “conquista” da operária, inclusive com a promessa de sacramentar matrimônio, mas sem dúvida nas pressões diárias em conformidade com a própria hierarquia de poder, o que nos conduz a dedução de o quanto a operária relutou em deixar o emprego, suportando àquelas condições ainda por meses.

A permanência de familiares compartilhando dos mesmos espaços produtivos era uma constante, como demonstrado nas páginas anteriores, o que no caso de Maria Zuleide contribuiu para agravar o problema, ressoando-o ao âmbito familiar, pois:

Mesmo assim, não se libertou da perseguição e a tal ponto que num jornaleco que circula nessa cidade, foi publicada ante-ontem uma carta de Amoras, fazendo referências desonrosas à Maria Zuleide, que por essa razão, sentindo-se ofendida, procurou a FOLHA para narrar-nos o que aí fica.

Adiantou-nos mais que uma irmã sua, que também trabalhava naquela fábrica, depois da sua saída dali, vinha sendo vítima do referido gerente, tendo sido forçada a deixar a Girafa ontem.

Seguramente, os proprietários da fábrica ignoram esses fatos que aí ficam registrados como nos foram narrados.⁵⁰

Neste excerto notamos a ampliação do “conflito” iniciado dentro da fábrica entre a operária e o gerente Amoras, que não se esgotou com sua saída do estabelecimento, sob dois pontos principais: primeiro, temos a denúncia da continuidade dos assédios, que com a saída de Maria Zuleide passaram a direcionar-se a sua irmã, que trabalhava no mesmo estabelecimento, e não suportando tamanha pressão psicológica também abandonou o serviço; e segundo, a procura do gerente pela imprensa local para veicular informações desonrosas, caluniosas à operária, onde notamos a menção feita a um “jornaleco”, talvez se refira a dois pasquins que circulavam na capital paraense: *Pirralha* e *Espião*, nossa desconfiança repousa nas reclamações empreendidas por diversas operárias contra ambos, no tocante a veiculação de matérias ofensivas e a certa extorsão praticada contra as operárias por estes periódicos:

⁴⁹ RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou no Bordel de Madame Pomméry. *teoria & pesquisa*, n. 47, p. 93-118, Jul/Dez 2005.

⁵⁰ Folha do Norte, 18. 02. 1930, p. 02.

Escrevem-nos pedindo chamemos a atenção do Sr. chefe de polícia para ‘uns pasquins’ que se editam, periodicamente, nesta capital, com os nomes de <Pirralha> e <Espião>, e que, segundo o comunicado, exercem franca exploração contra as operárias de certas fábricas, publicando notícias infamantes a seu respeito sempre que elas não se sujeitam a pagar aos referidos periódicos a importância de 10\$000 que exigem para a retirada da notícia.⁵¹

A condição de violência simbólica, envolta ao operariado feminino alcançava até mesmo os veículos de comunicação da época, que no afã de auferirem ganhos com a “mercantilização” de notícias “inescrupulosas”, nem sempre verídicas, acabavam encontrando no meio circundante às operárias e sua condição moral, um espaço de barganha, para a execução de extorsões de toda ordem. A quantia citada na denúncia, para garantir a não veiculação de “fofocas” degradantes: 10\$000, em média representava quase uma semana inteira de trabalho para algumas operárias.

Retomando o caso da operária Maria Zuleide e suas denúncias contra o gerente da Fábrica Girafa, notamos que dois dias após a veiculação da carta da referida operária, o jornal *Folha do Norte* publicou uma carta, como forma de direito de resposta. A carta refutava as acusações contra o gerente Amoras, e ao contrário do que afirmara Maria Zuleide sobre os desvios morais praticados pelo gerente, a resposta advogava a idoneidade moral e profissional de Amoras, esclarecendo outros pontos importantes acerca dos fatos. A carta começa relembrando trechos da carta de Zuleide e a partir do segundo parágrafo inicia sua sentença:

Esta não é a expressão da verdade. A carta a que ela se refere foi apenas uma resposta ao que ela, ou alguém por ela, publicou no referido jornaleco em seu número 42, do 8 do corrente mês. Quanto a sua irmã, bem daqui não saiu por perseguição de nosso gerente.

... as operárias desta fábrica, muito respeitosamente, vimos por intermédio deste grande órgão... de onde, infelizmente ela procurou lançar a peçonha do seu ódio contra um homem por todos os títulos honesto, protestar contra tão extraordinária infâmia, garantindo em nome de nossa honestidade de moças, que o sr. Antônio Amoras é um homem de inteira confiança, não somente porque é um trabalhador zeloso, um chefe de família exemplar, como também porque até esta

⁵¹ Folha do Norte, 11. 02. 1930, p. 02. Neste ponto encontramos limitações a uma reflexão mais acurada acerca da notícia, seria importante consultar os números destes periódicos, no entanto, não estão disponíveis, ou até o presente momento, não os encontramos. Na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves” (FCPTN), encontram-se apenas alguns números do *Pirralha* referentes a década de 1920.

data nunca foi sequer censurado por seus chefes, nem tão pouco, nunca nos faltou com o devido respeito.⁵²

A análise desta carta é reveladora de condições sociais “fraturadas” envoltas às tensões constitutivas ao operariado feminino. A negativa sobre as denúncias encaminhadas pela operária Maria Zuleide ganha maior relevo, quando constatamos que a escrita desta carta/resposta é atribuída às operárias da Fábrica Girafa, ou seja, temos aqui a orquestração de um embate, entre “sujeitos sociais” do mesmo lado na relação capital-trabalho, o operariado feminino. A carta era finalizada com a “assinatura” de 23 operárias da referida fábrica, e terminava sentenciando:

Eis a verdade sr. Redator, - As operárias da fábrica Girafa: Ruth Soares, Maria de Nazareth, Prezelina Castro, Francisca Lopes, Angélica Braga, Gertrudes Chaves, Joanninha Chaves, Julieta Silva, Joanna Nery, Cleonice Pessoa, Antônia Penha, Claudomira Moraes, Mathilde Moraes, Alda Bastos, Altamira Cardoso, Luiza Brito, Raymunda Silva, Alice Santos, Alice Barbosa, Francisca Oliveira, Lília Lucas, Guaracy Lucas e Alice Vergolino.⁵³

Casos como o que por hora nos ocupamos, em que operárias saíam em defesa de agentes superiores hierarquicamente ou mesmo do próprio patronato, não eram raros no mundo do trabalho de Belém na década de 1930⁵⁴. Apesar de tal assertiva, cabe-nos erigir algumas reflexões sobre o conteúdo da citada carta/resposta: temos o “desmentimento” da afirmativa de que os assédios do gerente da fábrica seriam o motivo que levou à demissão da operária Maria Zuleide e sua irmã, no entanto, não são apresentados os “reais” motivos para tais demissões; a informação de que a carta enviada pelo gerente Amoras ao “jornaleco” citado, era uma resposta “ao que ela, ou alguém por ela, publicou no referido jornaleco”, nos permite ampliar o olhar sobre o “espaço de barganha” utilizado pelos *pasquins* que veiculavam fofocas, inclusive das operárias belenenses, pois em se confirmando esta afirmação, entende-se que as próprias operárias utilizavam-se dos serviços destes veículos de comunicação, sendo por vezes, “algozes” e “vítimas” das ditas fofocas.

⁵² Folha do Norte, 20. 02. 1930, p. 01.

⁵³ Folha do Norte, 20. 02. 1930, p. 01.

⁵⁴ O Folha do Norte, 27. 03. 31, p. 03, veiculava a resposta de algumas operárias de Usina Brasil em defesa do patronato, refutando a ação de outras operárias colegas suas em se dirigir ao Interventor Magalhães Barata para denunciar, entre outras coisas: as longas jornadas de trabalho, os baixos salários e os serões noturnos.

Nas cartas enviadas por “mães de família” ao jornal *Folha do Norte*, podemos constatar que o assédio às operárias não se dava apenas durante o trabalho noturno, sendo praticado mesmo diurnamente. Segundo as denúncias, um grande número de homens (senhores e jovens), amontoavam-se na esquina da “28 de Setembro com a Quintino Bocaiúva”⁵⁵, local aonde se localizava a Fábrica Perseverança (que atuava na produção de fios, cabos e cordas), para admoestar as mulheres que ali trabalhavam.

O assédio às operárias também é explicitado por Carlos Delamore em carta enviada à *Folha do Norte*⁵⁶, na qual trata os homens que tentam conquistar as mulheres que trabalham no beneficiamento de castanha, como “zangões” que “não tinham vergonha de vir seduzir as laboriosas abelhas”. Apesar da linguagem metafórica, o que deixa transparecer é que a mulher mesmo no ambiente de trabalho no qual, em tese, estava buscando meios para seu sustento e, por conseguinte, sua emancipação econômica, não era adequadamente tratada sendo por vezes desrespeitada.

A citada carta destaca ainda, a condição de jovens mulheres que desempenhavam o papel de verdadeiras “chefes de família”, onde a remuneração percebida acabava por beneficiar, em alguns casos, também “suas mães e pais inválidos, ou irmãos menores”. Este quadro social pode explicar a exposição de muitas operárias as longas jornadas de trabalho por baixos salários. Sobre o trabalho noturno, Carlos Delamore defende os industriais dizendo que o pagamento efetuado nos plantões noturnos era superior ao que era pago no trabalho diurno e, que constantemente as operárias solicitavam à gerência das fábricas os serões noturnos, com o intuito de aumentarem suas rendas.

Os baixos salários recebidos pela maioria das operárias, em grande medida, parecem fomentadores de sua presença nos “serões noturnos” no afã de melhorar sua renda, contudo as inúmeras denúncias de exploração por parte do patronato se davam muito mais devido a extensão da jornada de trabalho das operárias, até altas horas da noite, justamente com o objetivo de aumentar a produção. É interessante notar que as reclamações concernentes ao trabalho feminino à noite, partiam não só das associações de classes ou das próprias operárias, como também de seus familiares. Transcendendo desta forma a questão meramente econômica, e sim expondo um apelo moral que circundava a figura da mulher, estando à noite fora de sua casa.

⁵⁵ *Folha do Norte*, 29. 03. 1931, p. 08.

⁵⁶ *Folha do Norte*, 27. 03. 31, p. 05.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consulta às fontes de pesquisa (jornais e documentos alocados no Arquivo Público do Estado Pará) nos possibilitou apresentar um quadro de ocupação do espaço público do trabalho por mulheres, por operárias no alvorecer do decênio de 1930 em Belém. A leitura das fontes à luz da produção bibliográfica acerca do período, da representação social, e, das relações de gênero nos permitiu o diálogo entre a construção social do lugar da mulher na sociedade, que ora a alinhava ao espaço do lar, ora a reconhecia positivamente como elemento constitutivo do espaço público, e sua ocupação nos mundos do trabalho. Muito fecundamente, por meio do uso da categoria gênero, demonstramos que ser mulher no período pesquisado, não se conforma em uma condição uníssona, pois o avanço sobre o espaço público àquela altura, se dava por: feministas e operárias, em campos de luta diferentes, com alguns momentos de solidariedade, e ainda, a organização de protestos por melhorias nas condições de trabalho das operárias, encaminhados pelas próprias operárias, e por vezes, por associações operárias notadamente masculinas. Portanto, os resultados introdutórios de nossa pesquisa, conformam-se num convite à ampliação dos estudos acerca da formação dos mundos do trabalho na Amazônia, a partir do processo histórico que vai arregimentando as mulheres como força de trabalho, conquista de direitos, violência simbólica (como nos casos de assédio e do trabalho noturno), e o necessário diálogo com o construto sociocultural no qual estavam inseridas.

**ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE, OS POTIGUARA. ESTUDO
ETNO-HISTÓRICO, NARRATIVAS DE MEMÓRIA E RITUAIS, A
REVISITAÇÃO E O TURISMO**

**BETWEEN TRADITION AND MODERNITY, THE POTIGUARA.
ETHNO-HISTORICAL STUDY, NARRATIVES OF MEMORY AND
RITUALS, REVISITING AND TOURISM**

José Manuel Simões

Professor da Universidade de São José, Macau, China
Doutor em História pela Universidade de São José, Macau, China
e-mail: jmsimoes@usj.edu.mo

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.11000>

Recebido em 13 de setembro de 2017

Aprovado em 02 de dezembro de 2017

RESUMO

Abrindo a nossa observação etno-histórica dos lugares da memória dos índios Potiguara, seus símbolos, práticas tradicionais e festas colectivas, percebemos que esses lugares da memória são o que nos chega, fica, seleciona o passado. Os rituais que os Potiguara apresentam como museus e mostruários da sua cultura singular, remetem imediatamente para a formação dessa outra comunicação tão primária na formação de culturas colectivas que é o do som e da música que se vai, depois, verter em festa. Não existindo documentação histórica e evidências etnográficas suficientes para investigar com rigor a formação cultural da música e das festas tradicionais entre os Potiguara, não existe outro caminho a não ser o de procurar observar densamente os grandes festivais colectivos que os Potiguara continuam a oferecer como tradicionais e representativos da sua cultura, dando destaque neste estudo aos rituais dos cocos que devem ter entrado nos espaços indígenas litorais do Brasil com a colonização económica da cana-de-açúcar que, entre os séculos XVII e XIX, se foi alimentando da massiva importação de mão-de-obra escrava africana, espalhando-se com colonizações, missionações e transformações das festas regionais e locais dos espaços rurais brasileiros.

Palavras-chave: Potiguaras; memória; turismo

ABSTRACT

Opening our ethno-historical observation of the places of memory of the Potiguara Indigenous people, their symbols, traditional practices and collective celebrations, we realize that these places of memory are what arrives at us, stays, selects the past. The festivals that the Potiguara present as museums and showcases of their singular culture, immediately refer to the formation of this other communication so primary in the formation of collective cultures: the sound and music that is then to be sung in celebration. As there is no historical documentation and enough ethnographic evidence to rigorously investigate the cultural formation of music and traditional festivals among the Potiguara, there is no other way than to look densely at the large collective festivals that the Potiguara continue to offer as traditional and representative of their culture, emphasizing in this study the rituals of the “coco” that must have entered at the indigenous coastal spaces of Brazil with the economic colonization of the sugar cane that, between the XVII and XIX centuries, was fed by the massive importation of African

slave labor, spreading with colonizations, missionaries and transformations of the regional and local festivals of Brazilian rural spaces.

Keywords : Potiguras; memory; tourism

INTRODUÇÃO

Os vários volumes coordenados por Pierre Nora para perseguirem uma história dos lugares da memória da França tornaram-se em referência teórica multidisciplinar para quem, como nós, procura reconstruir essa outra história das memórias com que se organiza hoje a representação do que se quer ser uma cultura Potiguara, assim denominados os índios que desde o século XVI habitavam parte do litoral do Nordeste do Brasil, aproximadamente entre as atuais cidades de João Pessoa, na Paraíba, e São Luís, no Maranhão. Os últimos assumidos remanescentes provavelmente de um território cultural antes bem mais vasto vivem atualmente nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, no litoral setentrional da Paraíba.

Na introdução ao volumoso trabalho que dirigiu durante oito anos, Nora explicava o seu entendimento epistêmico da noção de “lugares da memória”, sublinhando que um “*lieu de mémoire*” é qualquer entidade significativa que, material ou imaterial por natureza, através da vontade humana ou do desgaste do tempo, se tornou um elemento simbólico da herança memorial de uma comunidade. Acrescentava ainda o historiador francês que, sendo a memória a estrutura fundamental deste processo geralmente demorado, convinha entendê-la como um fenómeno de emoções e magias que apenas acomoda os factos que a alimentam. Em rigor, a memória é sempre vaga, remanescente, agita tanto impressões gerais quanto finos detalhes simbólicos. Mais ainda, a memória é sempre vulnerável a transferências, recordações reprimidas e imaginadas, a censuras e a todo o tipo de projeções.¹

Os lugares da memória são também quase sempre o que nos chega, fica e seleciona o passado. Uma estátua aqui, um nome de rua acolá; um desfile cívico ou uma celebração religiosa; um prato, um sabor, cores, paisagens tanto como essas recordações de viagens turísticas multiplicando fotografias, vídeos, magnetes ou peças que se acredita serem genuinamente tradicionais e originais. Os nossos índios Potiguara, como veremos mais à frente, já se renderam com benefícios materiais à demanda turística, restando saber se os seus diferentes lugares da memória ainda selecionam tradições do passado ou decidiram

¹ NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire*. Tomo I. v. 7. Paris: Gallimard, 1984.

definitivamente projetar recordações cada vez mais vagas, reminiscentes e, por isso, progressivamente mais imaginadas. Paralelamente, este é também o andamento de investigação em que, para além dessas personalidades mais dominantes de caciques, pajés, curandeiras e dissidentes, encontraremos a comunidade, o Potiguara “comum” e as suas manifestações culturais colectivas que insistentemente apresentam ligadas à sua singular memória colectiva.

OBSERVAÇÃO ETNO-HISTÓRICA DOS LUGARES DA MEMÓRIA

Começemos por abrir a nossa observação etno-histórica dos lugares da memória Potiguara estudando com atenção esses espaços que ainda aparecem hoje carregados de símbolos e práticas tradicionais: as festas colectivas. Os grandes festivais que os Potiguara apresentam como museus e mostruários da sua cultura singular – o coco e o toré – remetem imediatamente para a formação dessa outra comunicação tão primária na formação de culturas colectivas que é o do som e da música que se vai, depois, verter em festa. Caso creditemos alguma autoridade científica às pesquisas e textos célebres de Le Clézio, seríamos convidados a entender a música dos índios brasileiros como uma produção de gritos e de ruídos que, tal como nos “primórdios”, remeteria dupla e paradoxalmente para a imitação e ruptura com o mundo dos animais:

Música sem melodia, sem harmonia. Música, não para dançar, não para agradar, mas sim para falar, gesticular, para chamar. Música também para afastar, para manter à distância. A música não é o contrário do silêncio, é o seu complemento. Quando o índio toca música, esconde-se, porque a música, sabe-o ele, expõe-no ainda mais perigosamente do que a linguagem. Gritos e ruídos vindos das profundezas, de súbito o homem volta a ser igual às outras criaturas, que não falam mas murmuram. E ao mesmo tempo, e porque organiza estes ruídos, o índio afasta-se definitivamente do reino animal, torna-se um dos criadores do universo.²

Não se trata nesta interpretação de uma ideia absolutamente original quando se procuram convocar competências científicas nos domínios complexos da etno-génese e formação de espaços culturais. Uma das teses mais importantes nestes campos muito problemáticos e fluidos continua a ser essa obra tão inteligente quanto esquecida que o grande

² LE CLÉZIO, J.M.G. *Índio Branco*. Lisboa: Fenda Edições, 1989, p. 47-48.

historiador da Idade Média, Johan Huizinga, intitulou *Homo Ludens*³. Investigando a relação entre jogo e cultura, entre divertimento e práticas culturais, Huizinga explicou o primado causal do jogo, da brincadeira, que, aprendida pelo homem na observação do natural e dos animais, se tornava factor formativo das culturas como se podia testemunhar em muitos mitos antigos.⁴ Infelizmente, não se recolhem atualmente entre os Potiguara mitos e lendas arcanos mais completos do que os fragmentos memoriais que se informam nas conversas com esses líderes políticos e espirituais que são caciques, pajés e curandeiros. Fica difícil perceber através da agenda de investigação de Huizinga como é que o jogo e o divertimento entre os Potiguara foi produzindo práticas e hábitos culturais organizados. Os seus sons e músicas ainda permanecem hoje como uma das principais pontes que ligam ao passado. Mas que é um passado – outra vez – sobretudo colonial.

Na verdade, o que ainda sabemos da história e antropologia da música entre as diferentes culturas ameríndias pré-coloniais do Brasil aparece-nos, como em muitas outras áreas sociais, culturais e religiosas intermediada pelos relatos dos missionários católicos. Assim, numa perspectiva panorâmica, as investigações geralmente competentes do historiador Russell-Wood esclarecem que

ainda que pouco documentadas para o período pré-colonial e colonial inicial, evidências limitadas e analogias etnográficas sugerem que os índios tinham uma grande variedade de instrumentos musicais, com uma preferência pelos instrumentos de sopro, como as flautas. Os jesuítas testemunharam as excelentes qualidades corais dos índios, mas a sua música parece ter sido bastante limitada, com a repetição monótona de um único refrão ou de alguns ritmos derivados do canto dos pássaros e da natureza. Os jesuítas reconheceram a aptidão dos índios para a música mas, em lugar de lhes permitirem desenvolver a sua própria cultura, usaram a música como um instrumento para atingir o controlo. Apresentaram-lhes novos instrumentos europeus como o cravo, e ensinaram-lhes cânticos em latim e em português. Como resultado, as tradições musicais índias apenas sobreviveram longe dos centros de atividade portuguesa, ainda que no século XIX Carlos Gomes tenha recorrido a fontes índias para inspiração para a sua ópera O Guarani, como também o fez o compositor Heitor Vila-Lobos no século XX. Antropólogos e etnógrafos demonstraram que esta tradição ainda está viva, e

³ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens. A Study of the play element of culture*. Leiden: Leiden University, 1938.

⁴ 'The view we take in the following pages is that culture arises in the form of play, that it is played from the very beginning... Social life is endued with supra-biological forms, in the shape of play, which enhances its value. (...) "Now in myth and ritual the great instinctive forces of civilized life have their origin: law and order, commerce and profit, craft and art, poetry, wisdom and science. All are rooted in the primeval soil of play." HUIZINGA, 1938, p. 5-6.

que a música e a dança acompanham todos os eventos e transições importantes nas vidas dos americanos nativos que sobreviveram ao genocídio e ao etnocídio.⁵

Mobilizadas as mentes e as vozes para a fé cristã, tantas vezes pela força brutal, asilados em aldeamentos que se tornaram as fontes históricas das reivindicações atuais de reservas e terras indígenas, os Potiguara souberam, pelo menos, preservar os seus instrumentos musicais tradicionais, optando por continuar a usar canudos de bambu, flauta de dois orifícios, tambores, conchas. Com estes objetos acompanham os seus cantos que se querem próximos do som emitido pelas aves, pelos macacos, pelo bem-te-vi, pelo beija-flor, pelo gavião, pela serpente. A linguagem destas vozes ou cantos é repetitiva e próxima da reza, da oração, remetendo os Potiguara para o mundo ctónico dos seus antepassados. Vozes ou cantos que, mais do que divertimento, são uma forma dos índios se aproximarem dos deuses, dos seus antepassados, da natureza, como se através deles os Potiguara pudessem compreender, controlar e dominar o seu locus através de batalhas cantadas contra os espíritos, o desconhecido, o oculto, afastando o mal e os perigos, infirmando todas as dificuldades. Vozes e cantos que são sobretudo essas rezas e orações que descobrimos entre pajés e curandeiros ou nos grandes festivais colectivos.

Sempre que estas vozes, cantos e orações convocam um instrumento musical predomina a flauta de cana. São normalmente três as notas sopradas nesta flauta, criando um som adequado às estruturas repetitivas das orações. Os graves e os agudos unidos são soprados em conjunto criando uma linguagem útil no processo de memorização individual e colectiva: “as flautas e a garganta têm o mesmo nome: chiru, pois o índio as reconheceram como os únicos dignos de entrar em competição com as vozes dos animais”.⁶ Em rigor, muito mais do que uma competição com o mundo natural, cantando a sua domesticação, as vozes, cantos e rezas dos Potiguara organizam uma especial relação entre linguagem e música, entre a palavra e a oração. O canto e a música entre os Potiguara não é um mero prolongamento da linguagem ou da palavra, mas uma defesa contra ela, remetendo para a produção de outras vozes e sonoridades:

O espasmo da garganta que produz este tom sobre agudo, frágil murmúrio

⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras no Brasil Colonial. *Oceanos*, n. 40. Lisboa, p. 19, 1999.

⁶ LE CLEZIO, 1989, p. 53.

mais do que voz, é o próprio sinal no canto (trianbi), mas sim na palavra (fedda); para além, está-se no grito (biavi). Homens, mulheres e crianças cantam com a mesma voz, sem que seja possível distingui-los. O canto não tem o mesmo veículo que a palavra. Utiliza a voz quebrada, a voz irreconhecível.⁷

A formação antropológica desta outra forma de linguagem que se manifesta em cantos e orações é muito difícil de reconstruir. Remete imediatamente para mitos e lendas fundacionais, certamente para os processos de territorialização de linhagens e para a glorificação dos seus heróis, reais ou imaginados, processos praticamente desconhecidos entre os Potiguara. É possível, porém, que estes processos antropoculturais na formação de uma linguagem musical possam ter partilhado o modelo geral sugerido por Natalie Curtis:

Nem todos os cantos são religiosos, mas dificilmente há um evento, grande ou pequeno, que não tenha o seu canto correspondente. Em quase todos os mitos dos índios o criador canta e é pelo seu canto que surge a vida. Verdade, tradição, história e pensamento são preservados no ritual do canto e da poesia. Nele os índios registam os ensinamentos dos seus sábios, os feitos de seus heróis, as visões de seus profetas e o culto de seu Deus.⁸

Não existindo, assim, documentação histórica e evidências etnográficas suficientes para investigar com rigor a formação cultural da música e das festas tradicionais entre os Potiguara, não existe outro caminho a não ser o de procurar observar densamente os grandes festivais colectivos que os nossos índios continuam a oferecer como tradicionais e representativos da sua singular cultura: o toré e o coco.

O COCO: MOSTRUÁRIO CULTURAL

Se o toré ainda vai sobrevivendo como manifestação cultural tradicional dos Potiguara, pese embora as bandas e os andores, importa saber o que se passa com a outra grande prática festiva da comunidade: o coco. É verdade que o coco mobiliza a música, o canto e a festa Potiguara, mas é quase impossível apresentá-lo como uma manifestação genuína, original e, ainda menos, muito antiga. Na verdade, desenvolvido essencialmente por descendentes de escravos negros, vários estudiosos apontam a origem africana do coco tanto na estrutura quanto nos instrumentos usados, todos de percussão – ganzá, zabumba ou bumbo, zambê ou

⁷ LE CLEZIO, 1989, p. 61-63.

⁸ CURTIS, Natalie. *The Indian's Book*. Dover: New Edition, 1968, p. 24.

pau furado, caixa ou tarol.

Os cocos devem ter entrado nos espaços indígenas litorais do Brasil com a colonização económica da cana-de-açúcar que, entre os séculos XVII e XIX, se foi alimentando da massiva importação de mão-de-obra escrava africana. Mas não são uma influência direta africana, visto se terem espalhado com colonizações, missionações e transformações das festas regionais e locais dos espaços rurais brasileiros. Por isso, encontram-se no coco pontos de contacto com outras manifestações, cruzando-se com a dança da ciranda, surgindo em versos semelhantes aos das quadrilhas de São João e Santo António, ou com os cantos da música tradicional do Nordeste do Brasil, o forró. Mais ainda, o coco não se organiza numa estrutura festiva rígida, abrindo-se já a diferentes combinações de canto e dança já à simples recitação e leitura de uma poesia oral de folhetim:

Os cocos assumem várias feições, podendo configurar-se como canto acompanhado apenas por palmas e batidas dos pés, canto com acompanhamento de pandeiro ou ganzá; só texto escrito, quando integra a literatura de folhetos; dança acompanhada de versos cantados ao som de bumbos, ganzá e outros instrumentos de percussão; cantos integrados a cultos religiosos afro-brasileiros.⁹

Apesar destas raízes que se apresentam, não sem problemas históricos e antropológicos, como afro-brasileiras, o coco parece ter chegado tarde, já pelas primeiras décadas do século XX, às aldeias Potiguara. Com efeito, recenseiam-se estudos sugerindo que o coco entrou apenas no início dos anos de 1920 nas localidades indígenas Potiguara de São Francisco e na vizinha Baía da Traição, como parecem comprovar as recolhas empreendidas por Mário de Andrade.¹⁰ Mais recentemente, numa pesquisa iniciada em Maio de 1992, Maria Ignez e Marcos Ayala, encontraram coquistas¹¹ noutras localidades indígenas Potiguara, principalmente em Jacaré de São Domingos, município de Rio Tinto. Seja como for, essas raízes e cultos que se querem afro-brasileiros não parece terem influenciado a mobilização do coco pelos Potiguara que passaram a preferir utilizá-lo nas grandes festas do calendário

⁹ AYALA, Maria Ignez Novais; AYALA, Marcos. *Cocos, Alegria e Devoção*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 13.

¹⁰ Mário de Andrade reuniu uma importante fonte de informação através de documentação e da gravação de cocos, tendo entrado em contacto directo com os moradores de diversas localidades da Paraíba, nomeadamente nas terras da reserva, entre os finais de 1928 e Fevereiro de 1929. Iniciou um livro, intitulado “Na pancada do ganzá” que nunca viria a terminar. Todavia, os cocos que recolheu durante a sua investigação e pesquisa constituem até hoje o maior arquivo existente sobre esta temática (V. *Cocos do Norte*, in: http://ninnoamorim.blogspot.com/2007/08/os-cocos-uma-manifestao-cultural-em-trs_17.html).

¹¹ Cantores, instrumentistas e dançarinos que se dedicam à manifestação do coco.

litúrgico católico: São João e São Pedro, Santa Ana e, em Janeiro, na época dos chamados, também localmente, Santos Reis. Nestas festividades, os grandes artistas Potiguara não mobilizam apenas um gênero singular e unificado de coco, oferecendo geralmente três diferentes especializações: coco praieiro, coco de roda e coco de embolada, gêneros compartilhando a ironia e o grotesco, a ambiguidade e a crítica social, seja nos cantos ao desafio, seja na canção individual.

Apesar da diversidade de gêneros, temas e formas, o coco entre os Potiguara é canção e dança, música e bailado. Nas suas formas mais simples, o coco é tocado apenas com o ganzá – uma lata com sementes no interior. Já as letras do coco de roda excitam o desafio, impõem uma imaginação espontânea e aguçam a curiosidade satírica, como neste exemplo que decidiram dedicar-me: “Mineiro palmeirô vou-me embora para Recife/ Mineiro palmeirô não sei quando chego lá/ Mineiro palmeirô lá tenho um bom amigo/ Mineiro palmeirô que um dia vai voltar/ Mineiro palmeirô aqui tem um grande amigo/ Mineiro palmeirô que veio lá de Portugal/ Que é uma terra bem bonita/ Que um dia eu chego lá”.¹² Neste caso, as canções vão sendo entoadas de improviso e à desgarrada: um canta fora da roda, outro responde dentro da roda. Infelizmente, o interesse dos Potiguara mais jovens por estas manifestações festivas em cantos e danças como é o coco deixaram de despertar curiosidade e assegurar adesão.

Dona Joana, por exemplo, lamenta que os jovens Potiguara dos nossos dias não se interessem por esta manifestação cultural, descriminando-a e, “embora saibam, não o querem e têm vergonha de o dançar”.¹³ Depois de durante décadas ter servido para juntar e integrar os índios da reserva, dançadores e cantadores revelam-se magoados pela crescente perda de interesse da comunidade no coco, cada vez mais desprezado e depreciado. Trata-se de uma transformação que se encontra teorizada no trabalho de Maria e Marcos Ayala, recordando as funções de resistência política, social e cultural que se foram agregando ao coco, funcionalidades provavelmente esgotadas com as sucessivas transformações políticas do Brasil, estendendo-se da restauração da democracia à eleição recente da primeira mulher para a presidência brasileira, passando naturalmente pela governação assumidamente de esquerda e popular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Abrigados em outra dança, os cocos estariam driblando a repressão (ou, mais

¹² Canção gravada num ritual realizado na aldeia de Jacaré de César a 27 de Janeiro de 2006.

¹³ Entrevista concedida por Dona Joana, a 6 de Dezembro de 2007, três meses antes de falecer.

recentemente, a discriminação), recurso semelhante ao utilizado pelos rituais afro-brasileiros, que se desenvolviam sob a fachada do catolicismo (...) Pode-se afirmar que a brincadeira do coco é dança de minorias discriminadas, por diversas condições: pela etnia (negros, índios e seus descendentes), pela situação econômica (pobreza, às vezes extrema), pela escolaridade (iletrados ou semi-alfabetizados), pelas profissões que exercem na sociedade (agricultores com pequenas propriedades ou sem terra, assentados rurais, pescadores, pedreiros, domésticas, copeiras de escolas). A dança passa por diferentes formas de interferência, qualquer que seja seu contexto, porque é difícil qualquer autonomia cultural numa região de forte controle político como o Nordeste, onde se aguçam as formas de dependência devido à pobreza extrema da população.¹⁴

Contrastando com as letras breves e repetitivas que se arrolam nas canções e rezas do toré, a poética do coco é consideravelmente mais rica, existindo uma variedade de formas com predominância para a redondilha de abundantes rimas, servindo temas que versam sobre a realidade do cantador, versos pitorescos, aspectos humorísticos, cômicos e insólitos. Por vezes a temática também aborda aspectos religiosos ou históricos.

Existe todavia uma notória falta de sentido material e factual nos versos do coco, recorrendo-se a metáforas em que predomina a temática amorosa, visitada em tom jocoso, mas também a frequência geralmente crítica do trabalho rural ou nas usinas de cana-de-açúcar. Com o improviso a ocupar lugar de destaque, os cocos têm inúmeras variações métricas, de estrofe e temáticas. As quadras são frequentemente divididas e fragmentadas pela intervenção dos elementos dos coros, apelidados de coristas, existindo dísticos, quadras e tercetos. Mesmo que sem muito rigor, a maior parte dos versos varia entre 5 e 7 sílabas, havendo outros mais longos ou mais curtos, nomeadamente rendidos a quadras cantadas em ritmo invariavelmente compassado. A forma dos versos intercalados é comum nas emboladas do coco dançado¹⁵ em que o coro repete sempre um mesmo verso e os solistas improvisam. Esta grande variação de formas denota a extrema liberdade deste gênero festivo, sobretudo em termos de manifestação poética, sendo de notar que, com alguma frequência, as quadras enfatizam esse ritmo ainda mais compassado, enquanto nas emboladas (os versos dos solistas intercalados com os do coro) a cadência é mais rápida ao ponto de, por vezes, ser difícil compreender as palavras de cantadores, imperando o ridículo, os insultos, o desrespeito, o grotesco, o gracejo, o impropério alternado frequentemente com a risada:

¹⁴ AYALA; AYALA, 2000, p. 37.

¹⁵ Os cantadores do coco dançado usam a terminologia “embolada” para definir um tipo de estrofe mais longa, intercalada com a “resposta” do coro.

A ridicularização do companheiro; os insultos à mãe, ao pai, à irmã, à mulher, à família; o desrespeito a toda e qualquer ordem estabelecida; a zombaria e as ridicularizações dos contrastes sociais, acentuados para efeitos cômicos; a mundanização de valores sagrados através de hilariantes estórias de cunho moralizante; o apelo ao grotesco, ao fantástico, ao maravilhoso, ao exagero; o aproveitamento até mesmo de estereótipos sociais e raciais com fins humorísticos; tudo isso faz parte do riquíssimo universo temático da embolada, ao mesmo tempo em que a torna uma manifestação extremamente complexa, conforme já ressaltamos. E muito contribui para essa complexidade o facto de que, muitas vezes, ela não deixa de veicular também certa reprodução de estereótipos e conceitos dominantes, principalmente sociais e raciais, o que a torna ambígua sob muitos aspectos.¹⁶

Apesar das distâncias culturais e salvaguardados anacronismos históricos, as emboladas do coco possuem algumas semelhanças formais e funcionais com as cantigas ao desafio portuguesas, ainda hoje muito populares nas festividades do Norte de Portugal, espaço que, desde o século XVIII, haveria de alimentar a multiplicação da emigração portuguesa para o Brasil. Este cruzamento existe, todavia, limitado à produção das canções, na medida em que nas cantigas ao desafio não se dança e nos cocos isso acontece mesmo quando os dançadores não obedecem a regras ou padrões coreográficos fixos: a dança é geralmente livre, sendo o ritmo do corpo comandado pela batida e pela cadência dos versos. Tem razão o estudo que Ana Lúcia e Diógenes Maciel dirigiram ao coco em Forte Velho, sublinhando tratar-se de uma prática festiva em que “dança e poesia entrelaçam-se como duas faces de uma mesma moeda: enquanto a primeira contribui para a constituição dos versos, a poesia herda da dança as leis fundamentais para a sua organização”.¹⁷

Apesar do coco acontecer sobretudo em momentos de festa, arrolam-se cocos para situações específicas, nomeadamente para acompanhar o trabalho agrícola ou industrial, atividades domésticos ou situações do dia-a-dia. Nestes casos mais ligados à sublimação individual e grupal da alienação doméstica ou laboral, encontram-se cocos cantando e dançando motivos religiosos saídos do catolicismo popular, homenageando santos populares, enquanto outros revisitam sujeitos e objetos da religiosidade tradicional, encontrando-se também, como no toré, cantigas a celebrar a jurema sagrada, mas já misturada ou no interior de temas e símbolos saídos tanto das festividades e cultos católicos quanto de outras

¹⁶ AZEVEDO, Jimmy Vasconcelos. O Pandeiro e o Folheto: A Embolada Enquanto Manifestação Oral e Escrita. In: AYALA; AYALA, 2000, p. 85.

¹⁷ LÚCIA, Ana Cristina Marinho; MACIEL, Diógenes André Vieira. O Coco em Forte Velho: Uma Poética Entre o Rio e o Canavia. In: AYALA, 2000, p. 108.

manifestações religiosas normalmente classificadas como afro-brasileiras.¹⁸ A obra fundamental de Roger Bastide sobre as religiões africanas no Brasil interessou-se por estas transações culturais – hoje, diríamos transculturalidade (seja o que for que isto significa...) –, explicando com interesse que

sob a influência do espiritismo, às antigas divindades tupis vão reunir-se os espíritos dos mortos, dos catimbozeiros célebres, dos quais alguns eram negros; por outro lado, resta sempre uma margem de nostalgia ou de remorso na passagem de uma religião a outra; daí, os mestres africanos irem se integrar, no reino dos encantados, ao lado dos mestres caboclos e assim criar, a par com a “linha indígena”, uma “linha africana”.¹⁹

Estas relações, dialécticas e comunicações culturais parece evidenciarem-se especialmente nesses ritos e cultos a Jurema cantados tanto no toré como pelos diferentes cocos. Recorde-se novamente que no culto da jurema sagrada são utilizadas ervas, raízes e cascas de árvores que cumprem uma função mágica na cura, servindo também para afastar os males e recuperar as energias dos fiéis e participantes nos rituais e festividades. Entre os Potiguara, pajés e curandeiros especializaram-se na produção de bebidas a partir do que designam por jurema branca – em rigor, da casca da juremeira –, infusões que, supostamente, provocam sonhos afrodisíacos. Estes produtos encontram-se igualmente em rituais como o do catimbó nordestino, no candomblé do caboclo baiano, assim como no catimbó ou xangôs, rituais classificados como afro-brasileiros. Bastide procura explicar esta grande circulação de Jurema em várias religiosidades populares, concluindo que

podemos dizer, portanto, que o catimbó não passa da antiga festa da Jurema, que se modificou em contacto com o catolicismo, mas que, assim transformada, continuou a se manter nas populações mais ou menos caboclas, nas camadas inferiores da população do nordeste.²⁰

Importa, no entanto, esclarecer que estas sugeridas influências e cruzamentos culturais entre religiosidades dos indígenas brasileiros e as dos escravos africanos no Brasil são não apenas um legado do passado, mas muito mais uma propositada realidade contemporânea. Movimentos nativistas, antropólogos, folcloristas, políticos indígenas, políticos locais, políticos

¹⁸ SILVA, Marinado José da; AYALA, Maria Ignez Novais. Da Brincadeira do Coco à Jurema Sagrada. In: AYALA; AYALA, 2000, p. 117.

¹⁹ BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1971, p. 250.

²⁰ BASTIDE, 1945, p. 205.

nacionais e um sem número de outras organizações e pessoas foram nas últimas décadas aproximando politicamente os grupos e culturas marginalizados no passado, concorrendo para multiplicar revistas, jornais, festivais e incontáveis manifestações e encontros políticos em que se tornou obrigatório cruzar sonoridades indígenas e afro-brasileiras, dançá-las e mobilizá-las para a luta e reivindicação políticas. Não se encontram vestígios históricos e são escassas as provas antropológicas de uma qualquer influência afro-brasileira entre os Potiguara de ontem. Já quanto aos nossos Potiguara de hoje vêm a mesma televisão, ouvem as mesmas rádios e dançam os mesmo êxitos das músicas populares que circulam por todo o Brasil (e, em alguns casos, por todo o mundo). Não é, por isso, estranho que alguns cocos, cantados até por Dona Joana, misturem os mais diferentes cultos, nomes e símbolos: “Esse coco é meu/ É da Paraíba/ É de catolé/ é da macaíba/ Ô Lili, minha Lili”.

Apesar destas misturas, cruzamentos, confusões, juremas e excitações afro-brasileiras, a maioria dos cocos que se recolhe atualmente nas festas dos Potiguara são mais simples, muito mais telúricos e naturalistas, remetendo para o quotidiano das aldeias e do seu mundo envolvente de bichos e plantas. Assim, em Jacaré de São Domingos é especialmente popular este coco que canta o medo – para o esconjurar – das cobras:

Entrei na mata/ Ei caninana/ tirei meu imbé/ ei caninana/ a danada da cobra/ ei caninana/ mordeu o meu pé/ ei caninana/ é cobra verde/ ei caninana/ é cobra de corá/ ei caninana/ ela é siricucu/ ei caninana/ é cobra verde/ ei caninana/ é cobra de corá/ ei caninana/ ela é venenosa/ ei caninana/ ela vem me pegar/ ei caninana/ entrei na mata/ ei caninana.²¹

Esta coleção de vários motivos e temas naturalistas alimenta ainda o outro grande assunto dos cocos Potiguara: os jogos de amor. Neste caso, predomina essa lírica otimista cerzida por lugares, animais e pessoas perdidas entre a excitação e a expiação do amor: “Ô caninana/ da raiz da cana roxa/ não chore moça/ com pena de seu amor/ Agoadeira/ que agoa meu jardim/ deixou pra mim/ mais um lindo bloqué de flor”.²²

Quando se investiga em maior detalhe o sistema de circulação destas cantigas e orações que alimentam o toré e os cocos dos Potiguara, consegue perceber-se uma movimentação que praticamente deixou de se escorar em espaços tradicionais. Agora, as festas do calendário

²¹ Coco registado na aldeia Potiguara de Jacaré de São Domingos a 8 de Janeiro de 2006.

²² Coco registado na aldeia Potiguara de Jacaré de São Domingos a 8 de Janeiro de 2006.

católico são mais importantes do que as perdidas reminiscências de festivais tradicionais. Estas festas somadas à escola e ao turismo tornaram-se as três estruturas e espaços fundamentais que organizam os lugares da memória dos Potiguara e a invenção das tradições locais.

CONCLUSÃO

Na mocejana deste artigo, no voo da narceja, ouve-se o trovão do pajé, como dizia Alencar, em *Iracema*, onde o rugido da terra é uma astúcia, como usavam os pajés e os sacerdotes de toda a nação para se imporem à imaginação do povo. É precisamente a porangaba que nos faz reviver na memória e na visitação de todo o lugar dos Potiguara. Das cr nicas do gavião branco, como chamava Batuiret  ao guerreiro luso, plenas de conquistas e vitórias, clamando batismos e conversões, narrando maravilhas e clamando por anseios de defesa dos índios, invertendo a profecia de tantos paj es em relação   destruição das nações “ ndias” pelos guerreiros brancos. Que não se consumaram, felizmente, conforme se pode avaliar neste estudo de carácter etno-histórico. A narceja potiguara continua a voar, no conhecimento do caminho que se faz em toda a ocasião, na marcha através do mangue, da floresta e das praias, nos campos ou no devir de toda a nação. Todo o  ndio   senhor do seu coaub, do seu caminho.

Um caminho que se continua a trilhar, nas festas da memória, nos rituais e nas vivências de um quotidiano que é acima de tudo uma marcha de vida. Uma pocema de um dia que não vai ficar nunca triste. O lugar onde canta a jandaia, a terra do  ndio. História, tradição, memória e futuro, são os eixos vectoriais deste trabalho, projectado no devir por via do turismo cultural cuidado e planeado, sem massas ac falas e iconoclastas. Porque a memória jamais sucumbe neste jirau que nos leva rio fora, o rio da história nas suas águas pra bonan osas e de remanso suave, ora turbulentas e cheias de perigos. Sem lábios de mel como Iracema, mas com o esforço a que a ci ncia e o rigor nos impulsionam, este trabalho visa acima de tudo resgatar a memória.

**A CORTE ITINERANTE: ESPAÇOS DE PODER E DE
PRESTÍGIO EM CASTELA (SÉC. XV)**

**THE ITINERANT COURT: SPACES OF POWER AND
PRESTIGE IN CASTILE (15TH CENTURY)**

Scarlett Dantas de Sá Almeida

Pesquisadora do PEM – Programa de Estudos Medievais, Brasil
Mestra em História pela Universidade de Brasília, Brasil
e-mail: scarlettgillis@gmail.com

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.11001>

Recebido em 10 de dezembro de 2017

Aprovado em 15 de janeiro de 2018

RESUMO

Este artigo pretende analisar festividades de corte ocorridas durante a Baixa Idade Média, em Castela, registradas por Pedro Carrillo de Huete e pelo bispo Lope de Barrientos na *Crónica del Halconero de Juan II*, no século XV. Com base na reconfiguração frequente dos espaços de corte, na presença de diversos personagens nestes rituais e na maneira como eles se comportam, constata-se que o poder político da corte régia não está concentrado somente na figura do monarca e tampouco se estabelece numa relação de assimetria com os outros senhores e suas respectivas cortes. A leitura da fonte permite constatar a existência de um poder político que é exercido numa dinâmica espacial múltipla, orgânica e dependente do prestígio obtido na participação nas cerimônias de uma corte com características itinerantes.

Palavras-chave: Itinerância Régia; Cerimônias; Cortes; Castela.

ABSTRACT

The intention of this paper is to analyze court festivities during the Late Middle Ages in Castile, registered by Pedro Carrillo de Huete and the bishop Lope de Barrientos in *Cronica del Halconero de Juan II*, in the 15th century. Based on the frequent reconfiguration of spaces of court, the presence of various characters in the rituals and the way they behave, we observe that the royal court's political power is not focused only on the monarch and it does not establish an asymmetric relation with other lords and their respective courts. The analysis of the document allows us to find the existence of a political power that is practiced through a multiple spacial dynamics, organic and is dependent of the prestige obtained from the participation in the court ceremonies with itinerant characteristics.

Keywords: Royal Itinerancy; Cerimonies; Courts; Castile.

O tema das cerimônias e dos rituais de corte ganhou especial importância para a História Política, principalmente após a difusão de *A Sociedade de Corte*, de Norbert Elias, a

partir da década de 1980.¹ Até hoje, esta é uma referência importante para aqueles que se dedicam a estudar o teatro do poder monárquico. A forma como Elias se preocupa em dar historicidade ao seu pensamento sociológico, por meio de um permanente exercício de contextualização no tempo e no espaço, é inspiradora para nós, historiadores, cuja construção dos objetos de estudo depende da contextualização das fontes documentais e da própria bibliografia. Entretanto, os costumes e rituais de corte foram pouco abordados pelos medievalistas, sobretudo, em relação à Península Ibérica. A bibliografia refere-se, principalmente, à monarquia, com destaque para a capacidade desta em centralizar o poder, o que também, segundo vários autores, refletir-se-ia nas cerimônias e rituais. No que se refere a Portugal, por exemplo, poucos foram os trabalhos voltados para o estudo de uma cultura essencialmente nobiliárquica. Chega-se mesmo a afirmar que a nobreza parece estar ausente da corte régia.² No caso de Castela, a maioria dos estudos destaca o papel atuante da nobreza, mas concentra suas análises sobre os costumes, deslocando o foco para a figura do monarca.

Se, por um lado, é óbvio que não há corte régia sem o rei, frequentemente se esquece que também a nobreza é um elemento essencial para a identidade desse cenário do poder. Rei e nobreza fazem a corte. Neste artigo, desejamos apresentar alguns rituais e cerimônias desse corpo social, para entender esses costumes nobiliárquicos na corte e sua relação com a disputa pelo poder e o prestígio entre os próprios cortesãos. Porém, é fundamental esclarecer que a opção por priorizar um grupo não exclui os efeitos que esses costumes e essas disputas provocam no restante da sociedade. A corte era onde se encontrava o rei e o grupo de pessoas que o acompanhava, do qual faziam parte não só os membros do círculo restrito de familiares do rei e da rainha, mas também aqueles que se tornaram mediadores entre os poderes do monarca e do reino.

¹ A obra é considerada, juntamente com *O Processo Civilizador*, a base do pensamento de Elias. O trabalho constitui uma tese, jamais defendida por Elias, em virtude de seu exílio em Paris, logo após a ascensão nazista. Por esse motivo, o livro só foi publicado em 1969, mas correspondia a uma vertente que mesclava uma sociologia ainda dominada por Weber e uma história do século XIX, pelo que sofreu severas críticas ao longo dos anos, sendo taxada de ultrapassada. Ela só se torna um sucesso historiográfico a partir da década de 1980. SALVADORI, Philippe. Norbert Elias. In: SALES, Véronique (org). *Os historiadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 155.

² OLIVEIRA, Antônio Resende de. A Cultura da Nobreza (sécs. XII-XIV). Balanço sem perspectivas. *Medievalista*, nº 3, 2007. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalista-nobreza.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

Participando do convívio, das festas e cerimônias em torno da cabeça-política, a corte se entende como tal: um corpo político restrito e privilegiado por compartilhar o espaço público e doméstico com o monarca, compondo tanto as cerimônias mais espetaculares, quanto as mais modestas. Essa corte se organiza em uma rede complexa de deveres e favores (serviços e benefícios) em torno do rei, de tal forma que seus componentes, aos poucos, vão se tornando agentes a serviço da realeza. A função ritualística transforma-se em dever fundamental para o estabelecimento da própria identidade e dos privilégios do nobre na corte,³ em que a proximidade com a figura do rei tinha grande relevância. Numa definição encontrada nas famosas *Siete Partidas*, destaca-se:

Corte es llamado el lugar donde está el rey y sus vasallos y sus oficiales con él, que le han comunicado de aconsejar y servir, y los otros del reino que se llegan allá o por honra de él, por alcanzar derecho, o por hacer recaudar las otras cosas que han de ver con él, y tomó este nombre de una palabra del latín que dicen *cohors*, que muestra tanto como ayuntamiento de compañías, pues allí se allegan todos aquellos que han de honrar y aguardar al rey y al reino. Y otrosí tiene nombre en latín, curia, que quiere tanto decir como lugar donde está la cura, de todos los hechos de la tierra, pues allí se ha de considerar lo que cada uno ha de haber según su derecho o su estado. Otrosí es dicho corte, según lenguaje de España, porque allí está la espada de la justicia con que se han de cortar todos los males tanto de hecho como de dicho, así los tuertos, como las fuerzas y las soberbias que hacen los hombres y dicen, por las que se muestran por atrevidos y denodados; y otrosí los escarnios y los engaños, y las palabras soberbias y natías que hacen a los hombres envilecer y ser raheces.⁴

É interessante notar que a definição de “corte” abrange duas dimensões: uma final e uma espacial. Ao mesmo tempo em que a corte é o corpo responsável por preservar a justiça do reino, exercendo seu papel político, ela também será caracterizada como “corte” sempre que estiver presente o monarca e seus acompanhantes. Segundo Rita Costa Gomes, “a presença do rei define a ‘corte’: é um espaço real, mas também é um grupo de pessoas que acompanham o monarca, um organismo cujas configurações são fluidas, e que inclui todos aqueles que estão dentro deste espaço, mesmo que temporariamente.”⁵ Deve-se

³ GOMES, Rita Costa.. *The making of a court society*. Kings and nobles in late medieval Portugal. Translated by Alison Aiken. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 7-8.

⁴ *Las Siete Partidas del Rey Don Afonso El Sábio*, II Partida, Título IX, Lei XXVII. Disponível em: <http://fama2.us.es/fde/ocr/2006/sietePartidasT2.pdf>. Acesso em 20 nov 2014.

⁵ GOMES, Rita Costa.. *The making*, p. 13.

destacar que as definições de época não se ancoram no exclusivismo ou no monopólio do poder régio para dar existência à corte, mas insistem no seu caráter essencial de corpo.

A corte fomenta espaços diferentes de prestígio e seus respectivos rituais e cerimônias seguem essa mesma lógica. Nesse sentido, na Idade Média o poder se deslocar geograficamente de maneira constante e essa itinerância apoia-se numa multiplicidade de atores políticos, oriundos da nobreza, que configuram a corte juntamente com o monarca. Embora a corte seja uma entidade espacial, a sua mobilidade é uma característica e um modo de vida estreitamente ligados à própria condição da realeza, já que as sociedades medievais atribuíam grande significado à presença do rei nas diferentes partes do território.⁶ Apesar de ser uma tendência em regressão nos séculos XIV e XV, a itinerância ainda persiste nos finais da Idade Média, exercendo influência na estrutura e organização da corte e representando um modo de vida particular para os que dela fazem parte.

As crônicas régias são importante fonte de informações sobre a corte na Idade Média e, neste artigo, pretende-se explorar a *Crónica del Halconero de Juan II*, de autoria de Pedro Carrilo de Huete e do bispo Lope de Barrientos,⁷ com o objetivo de analisar alguns aspectos relativos à itinerância e ao prestígio desse espaço político, em Castela, no século XV.

A CORTE PARA ALÉM DO REI

A *Crónica del Halconero de Juan II* é uma narrativa que permite descobrir interessantes questões políticas em meio às descrições sobre diversos tipos de cerimônias e vida na corte. Ao longo da leitura nota-se que o relato de Pedro Carrillo destaca os aspectos domésticos da corte, seu cotidiano, festas e banquetes, ao passo que o foco de Lope de Barrientos incide nos acordos políticos, nas guerras e disputas entre os bandos, priorizando apenas os atos cerimoniais como juramentos e homenagens. Mesmo que os enfoques da narrativa de cada um deles sejam diferentes, ambos apresentam uma corte em pleno funcionamento, como espaço para atividades domésticas, alianças e rupturas políticas, exibição de prestígio, reuniões de conselho, tudo isso em meio a conflitos bélicos e a uma constante itinerância.

⁶ GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Algés: DIFEL, 1995, p. 244.

⁷ CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Editado por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946. Pedro Carrillo foi o autor da maior parte do texto, contemplando os anos de 1420 até 1441, o bispo Lope de Barrientos deu-lhe continuidade, a partir de 1441 até 1450, quando se encerra a crônica.

Pedro Carrillo de Huete, na condição de falcoeiro-mor de Juan II⁸, frequentou a corte do monarca com assiduidade não só em Castela, mas também na fronteira com Granada, até 1441. Desfrutando da proximidade régia, o cronista apresentou um diário da vida do rei e da corte como testemunha, registrando os eventos e os personagens da época. O valor histórico do relato de Carrillo de Huete é relevante na medida em que o cronista fez uso frequente e sistemático de cerca de duzentas fontes documentais, que compreendem cartas diplomáticas, relatos de guerra, pregões, notícias, solenidades, entre outros.⁹ Seu trabalho configura uma espécie de grande registro de entradas e saídas de documentos oficiais, no intuito de registrar quando, onde se deram as realizações do reinado de Juan II.

Considerando a repetição e descrição dos eventos contidos principalmente na parte do documento escrita pelo falcoeiro, destaca-se uma lógica do poder e do prestígio que se relaciona diretamente com a itinerância da corte régia. Se analisarmos o poder na perspectiva de uma dinâmica espacial múltipla e orgânica, tal como a crônica nos mostra, percebemos que ela não se concentra apenas na figura do monarca e da corte régia, nem numa relação assimétrica em relação aos outros senhores e suas respectivas cortes. Desenha-se um poder plural, localizado em diferentes espaços/cortes que se reconhecem como iguais.

Diferentemente das cortes do Antigo Regime, a corte medieval castelhana não se configura como um pólo único de poder e de prestígio. A cúria medieval constitui-se como espaço de prestígio de acordo com a itinerância régia, e a própria deambulação do monarca é determinada pelos espaços de prestígio nobiliárquicos que se espalham pelo território do reino. Esses espaços podem ser apropriados no plano físico e simbólico. Ao mesmo tempo em que indivíduos convivem física e assiduamente com o monarca na corte, e por isso ganham prestígio, eles também se apropriam dos nomes e referências de outras localidades para alcançar mais prestígio, sem que verdadeiramente necessitem viver nesses espaços.

⁸ Filho de Enrique III com Catalina de Lancaster, Juan II (1405-1454) herdou e ocupou o trono de Castela e Leão de 1406 até 1454. Seu reinado é caracterizado por constantes conflitos e alianças com os reinos de Aragão e Navarra, além de guerras contra a ocupação moura na região. Grande parte da historiografia tradicional considera Juan II um monarca “fraco”, destituído de características de um príncipe e submisso ao seu condestável, Álvaro de Luna. Apesar destas atribuições, Juan II deu prosperidade ao reino de Castela e ainda foi sucedido por três de seus seis filhos: Enrique IV, fruto do casamento com Maria de Aragão; e Alfonso e Isabel (a Católica), ambos fruto do segundo casamento com Isabel de Portugal.

⁹CARRIAZO, Juan de Mata. Notícia preliminar. In: CARRILLO DE HUETE, 1946, p. XII.

Pensamos que a corte real certamente representava um canal de prestígio importante; mas não era o único. O protagonismo que esta corte assume nos estudos sobre a temática cortesã se explica na medida em que a maioria dos documentos medievais registra os feitos dos monarcas, seus atributos morais, seu desempenho bélico, sua boa administração do reino, etc. Além desse aspecto, deve-se ainda destacar a maneira como eles foram - e ainda são - interpretados, o que muito contribui para que os estudos sobre essa temática se concentrem apenas na figura do rei.

Contudo, destacamos que, além de existirem fontes que abordam outros personagens importantes, com descrições minuciosas acerca de rituais e cerimônias de corte, mesmo os documentos que pretendem enaltecer a figura do rei registram grande variedade de personagens, cortes e costumes, que permitem descobrir diferentes espaços e maneiras que conferem prestígio.

As próprias crônicas régias, que visam destacar a figura do rei, não permitem concluir que a corte do rei fosse a única via para conferir valor e status aos convivas. Embora essa tipologia documental, de iniciativa dos próprios monarcas, pretendesse apresentar o cenário dessa maneira, uma leitura mais atenta revela a existência de outros espaços de prestígio que se interligam constantemente e que concorrem de maneira equivalente em suntuosidade e grandeza com o do monarca. A crônica de Carrillo de Huete nos fornece trechos significativos acerca desses espaços que disputavam com a corte régia.

UMA CORTE DE MUITOS SENHORES

Nos capítulos do *Halconero*, é descrita uma sequência de festas de cavalaria ocorridas no reino de Juan II, momento de grande efervescência política em Castela. A apresentação desses festejos é bastante rica em detalhes, como na festa promovida pelo infante Dom Enrique¹⁰:

Fizo em la plaza de la dicha villa, al cantón de la calle que sale de la puerta del Canpo a la plaza, vna fortaleza, la qual hera de madera e de lienço. Hera fecha por esta vía: vna torre muy alta, com quatro torrejones

¹⁰ Dom Enrique de Trastâmara (1400-1445) foi infante de Aragão, duque de Villena, senhor de Ledesma e mestre da Ordem de Santiago até sua morte. Era filho de Fernando I de Aragão com Leonor de Albuquerque e casado com a irmã do rei Juan II, Catarina (1403-1439).

encima; encima del suelode la torre, yn campanário fecho, e vna canpana puesta en él. E encima del campanário vn pilar, fecho por la mesma vía de la torre, el qual parecia de piedra. E encima del pilar estava vn grifo dorado, el qual tenía em los brazos vn estandarte muy grande de blanco e colorado. E em los quatro torrjones, encima de la torre, em cada vno su estandarte pequeno, por la mesma vía que el mayor.¹¹

Pelas minúcias estéticas e arquitetônicas do cenário da festa, percebemos que se tratava de um verdadeiro espetáculo cavaleiresco: além das torres, fortalezas, confecção de bandeiras e estandartes, a festa contava com animais, menestréis, carro alegórico, muitas donzelas e roupas de tecidos luxuosos.¹²

O grande evento organizado pelo infante Dom Enrique, no entanto, não destoava das festas que são apresentadas na sua sequência. Uma delas, oferecida por dois membros da nobreza castelhana e navarra, confirmam tais características:

Luego el martes siguiente, que se contaron ocho días del mes de junio del año de veynte e ocho, fezieron armas retretas, delante el señor Rey de Castilla, mosén Gonzalo de Guzmán, señor de Torija, com vn cavallero de Aragón, que se llamava mosén Luys de Faces. E la liça donde ficieraon el canpo fué em el corral de San Pablo de Valladolid. E fué muy ordenada, de sus palenques doblados, e de dentro su patín para a pie, al pie de donde estavan los cadahalsos donde mirava el señor Rey. E las armas fueron/ em esta guisa: vna tela puesta en mitad de la liça, e a las dos esquinas dos tendas. E ellos venieron ay com cada três pajés bem rricos, e sus estandartes, e com muchos farautes e menestriles e tronpetas.¹³

Estes fragmentos mostram forte semelhança entre os rituais das festas, seja na sua decoração e ou na sequência das etapas que as compõem. Isso aponta para a existência de um modelo festivo que revela uma forte concorrência entre os membros da nobreza. Esses nobres, cavaleiros e/ou anfitriões desses eventos, rivalizam entre si para oferecer as festas mais brilhantes, os banquetes mais suntuosos e as celebrações mais memoráveis.¹⁴ As justas, os duelos e torneios, e demais modalidades que envolvem as festas cavaleirescas,

¹¹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 20.

¹² CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 22.

¹³ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 26.

¹⁴ MARTIN CEA, Juan Carlos. Entre platos, copas y manteles: usos y costumbres sociales en torno a las comidas en la Castilla Bajomedieval. In: MARTIN CEA. *Convivir en La Edad Media*. Burgos: Editorial Dossoles, 2010, p. 271.

pressupunham grandes somas de dinheiro transformadas em espetáculo para os participantes e o público.¹⁵

Mais adiante, Carrillo de Huete mostra como esses membros da nobreza peninsular estão reunidos em um mesmo contexto cerimonial; cavaleiros e promotores de festas circulam entre os reinos, em busca de oportunidades para ostentar seu poder e aumentar seu prestígio. Nem mesmo o monarca foge a esta regra, tendo em vista que sua condição nobre exige virtudes cavaleirescas que devem ser demonstradas. Se as reverências ao final dos torneios se destinam à sua figura, o rei, por meio da adulação e da emulação, também reconhece os seus iguais:

E luego tomaron los padrinhos, e llegaron al Rey a fazerle rreuerençia, e troxiéronlos cada vno a su tienda, a desarmar. E luego e señor Rey de Castilla enbióles sendas rropas bien rricas, de clemesín brocado de oro e afforadas de martas, com que salieron de las tendas. E los padrinhos de los caballeros eran éstos: de mosén Gonzalo de Guzmán, don Fadrique, fijo del almirante de Castilla; e de musén Luys, Iñigo López, senõr de Buytrago, fijo del almirante Diego Furtado.¹⁶

Novos espaços de prestígio são representados pelas festividades que ocorrem em várias vilas e cidades ao longo do reinado de Juan II, promovidas pela monarquia e pela nobreza. Nas cerimônias de entrada do monarca em Toledo, Carrillo de Huete detalha a suntuosidade da chegada real na cidade e como o evento foi organizado pelos alcaides e regedores:

E los alcaldes e rregidores de la çidad tenían ordenado vn cadahalso de madera vien alto, todo cobierto de paños franceses; el qual tenían fecho em derecho de la puerta de la huerta que se llama del Rey. En el qual sobió el Rey, con muchos nobles caballeros. E ally estaban catorce omes de los de la çidad, que eran todos alcaldes e rregidores; todos catorce vestidos de vna librea, de sendas ropas fasta el suelo de escarlata colorada, e sus capirotos grandes del paño mesmo, todas las rropas e capirotos forrados de terçenel colorado.¹⁷

Rituais religiosos foram realizados para felicitar o rei, tendo em vista que as vitórias nas batalhas do monarca castelhano sobre os mouros foram atribuídas à ajuda divina. Diante do palco em que se encontrava Juan II, desfilou uma grande procissão que

¹⁵ ANDRÉS DIAZ, Rosana de. Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara. *En la España Medieval*, v. 8, p. 95, 1986.

¹⁶ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 26.

¹⁷ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 110.

começara na catedral, “vien ordenada e muy rrica de ymáginés e de muchas rreliquias”.¹⁸ O valor material dos objetos e apetrechos utilizados nessas formalidades é uma forma de reforçar a importância daqueles que fazem uso desses aparatos - o rei - mas também todos que o saúdam:

E después que pasó la proçesión, descendió el Rey del cadahalso, e tenían los alcaldes e rregidores vn paño de oro clemseión brocado de los labores, muy rrico, con catorce varas muy largas en las manos, todas blancas argentadas. E por todas las varas desçendian desdel paño por cada vna vara vna flocadura a la rredonda en culebreta de oro e de seda clemesyn. E púsose el señor Rey so el paño. E así mouieron fasta la puerta de la huerta, ante lo qual estaua fecho vn rrico estrado cubierto de un rrico paño de oro, ençima del qual estava vna cruz de oro muy rrica. E ally adoro el señor Rey aquella cruz, e le dixieron vna oraçión.¹⁹

Se ao monarca é oferecido um lugar sob um pálio feito de materiais valiosos, Juan II oferece seu pendão real como forma de reconhecimento àqueles que detêm prestígio na cerimônia:

E luego allí ofreció el señor Rey dos pendones que traya, e dió el vno a don Vasco Ramírez de Guzmán, arçidiano de Toledo, el qual era de sus armas rreales, de castillos e leonês; e el outro mandó dar a don Martín de Guzmán, fijo de don Álvaro Pérez de Guzmán, que a este tienpo era canónigo en la yglesia, el qual era de la ymagen de Santiago. Los quales llevaron así en la proçesión.²⁰

Esses elementos decorativos e o ato de entrega das insígnias aos participantes da cerimônia estavam inseridos em um espetáculo que envolvia toda a cidade. Segundo o cronista, pelas ruas viam-se paredes e sobrados ornados com panos franceses coloridos, muitos ramos e muitas plantas. Da entrada do Zocodover até a catedral as ruas foram cobertas por um “céu” feito de panos brancos, verdes e azuis, de tal maneira que tapavam o sol. A cidade inteira felicitava o rei, e suas ruas “estavan llenas de muchas gentes de muchas guisas, asy en las puertas como en los sobrados e por ventanas”.²¹ Esse espaço de prestígio, apesar de ser público, e contar com a presença de diferentes grupos sociais, não se desvincula da lógica de prestígio restrito aos nobres. Mesmo que a entrada real

¹⁸ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 110.

¹⁹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 110.

²⁰ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 110.

²¹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 112.

transcorresse em um ambiente coletivo, no mesmo dia ocorriam outras cerimônias em locais privados, reservados a poucos, como a casa do pai de Juan de Silva:

E esta tarde, por seruicio del Rey y por onrrar rreçebimiento, mantouo vna tela Jhoan de Sylva, con çiertos cavalleros. E pidió por merced al señor Rey e al su condestable que quisiese la merced dellos esa noche tomar seruicio en casa de su padre, e çenar e dormir allí, el qual le fué outorgado; e así mesmo conbidó todos los cavalleros mançevos que justaron, e a otros grandes señores. En la qual çena el señor Rey fué mucho bien seruido, e todos los otros, de muchas nobles dueñas e donzelas, que fueron allí llegadas por fazer seruicio al Rey e onrrar la fiesta. En la qual noche obo ally muchos deportes.²²

Não só o monarca, mas seu condestável e todos os grandes senhores participaram de um jantar solene oferecido por um nobre. A ocasião pareceu dar conta da qualidade de seus participantes, de forma a que todos os presentes fossem bem servidos. Tais cerimônias, em que o monarca não é o anfitrião, aparecem documentadas em outras passagens da crônica. Seleccionamos, como exemplos, um jantar ocorrido em Santa Cecília, o batismo do filho do condestável castelhano e as justas oferecidas por Álvaro de Luna e Iñigo Lopes de Mendoza.

Em 1435, Juan II partiu de Madrid em romaria a caminho de Santa Maria de Guadalupe, a fim de visitar uma capela que mandara construir.²³ Quando chegou, foi recebido com uma procissão solene:

E desde luego llegó a fuera de la yglesia, estáuale la proçesión esperándole, muy solenemente, e avía en ella çiento e veynte frayles; e así entró en la yglesia, e fizo la oración en el altar de la Señora Santa María, e adoró la cruz, e fuése a su câmara.

Luego el domingo comió en el rrefitorio, e todos los fraydes ally onde lo abían acostumbrado. E a sua mesa comió el Príncipe don Enrrique su fijo, e el prior Pedro de las Cauañuelas.

E otro día, lunes, fué a comer el Rey con el prior a Santa Ceçilia, vna legoa de Guadalupe, e dióle muy vien de comer, e el Rey tomó muy grande plazer en ver aquella casa tan hondrada, e tan graciososa como ella era. E a la tornada vinose por los molinos de estanco, ovo gran plazer en ver tan ondrado artificio.²⁴

Neste trecho podemos notar alguns hábitos da rotina do monarca, como o de retirar-se a seus aposentos após participar de uma cerimônia pública. Destacam-se ainda

²² CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 112.

²³ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 195.

²⁴ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 196.

alguns costumes à mesa, que revelam detalhes sobre o prestígio conectado a rituais de comensalidade. No primeiro caso, percebe-se que apesar de Juan II se alimentar em um aposento juntamente com outros frades, apenas seu filho Enrique e o prior, Pedro de las Cabañuelas, dividem a mesa com o rei. No dia seguinte, o monarca repete o ritual com o prior, mas desta vez em Santa Cecília. O deslumbre e admiração que Juan II demonstra pela casa onde foi servido mostram que se tratava de outro espaço digno de prestígio em que os hábitos de corte se mantêm, mesmo fora do palácio régio.

Outro momento representativo da forma como se entendiam os espaços de prestígio é a cerimônia de batismo do filho do condestável, Álvaro de Luna, nascido em 24 de junho de 1435,²⁵ e batizado no dia 3 de julho do mesmo ano. A criança era fruto do segundo casamento do Condestável, com Juana Pimentel, filha do conde de Benavente, Dom Rodrigo Alfonso Pimentel. O batizado é caracterizado como uma grande cerimônia:

E fizieron esta çirimonia en la posada del condestable su padre, en esta manera.

El Rey e la Reyna comieron con él en su posada, e las dueñas e donçellas que con la Reyna yvan, e el conde de Haro don Pero de Velasco. E luego en la tarde [...] vatearon al niño con gran çirimonia el Rey e la Reyna. Fueron padrinhos el conde don Pero de Çúñiga, e el conde de Castañeda, don Garçía Fernandes Manrique; e madrina doña Veatris, fija del rrey don Donys. El perlado que lo vateó era don Pedro, nieto del rrey don Pedro, obispo de Osma.²⁶

É relevante sublinhar o status dos nobres que participaram do evento: além do rei e da rainha, o batismo contou com a presença de condes e pessoas de renome, como a madrinha e o prelado, ambos filhos de reis. Todos eles estavam rodeados de pessoas de prestígio em um espaço de prestígio, que não era o palácio régio, mas a casa do contador Alfonso Álvarez:

Asy vateado el niño, tocaron los menestrilles, e dançó el Rey e la Reyna, con ciertos gentiles onbres [...] cada vno con su dama. E fué vateado en las casas de Alfonso Álvarez, contador, donde el condestable posaba. E la pila era vna grande vaçina, do acostunbrauan vañarse las dueñas, toda guarnida de paño de oro en derredor. E después que así ovieron dançado el Rey e la Reyna, vinieron otros gentiles onbres fechos momos, e dançaron vn rrato; e luego dieron colasción muy solene. E esta noche

²⁵ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 211.

²⁶ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 211.

çenó el Rey con el condestable; e dió el Rey a la condessa vn diamante e vn rrobí que fue apreciado en tres myll florines.²⁷

Assim como Juan de Silva e Alfonso Álvarez, o condestável também ofereceu sua casa e deu festa aos membros da nobreza. A quantidade e a qualidade dessas recepções, festividades e justas atestam a capacidade dessa nobreza de circular, de se organizar para participar das solenidades e exibir seu comportamento. Várias das festas promovidas por Álvaro de Luna ocorrem em diferentes localidades, característica inclusive destacada pelo cronista.²⁸ A primeira dessas cerimônias é a recepção oferecida a Juan II em 1432, em Ayllón:

E estando ende fasta el viernes, que entró en Ayllón, logar del condestable.

E ende le fizo vna fiesta en esta manera. Mandóle poner dos cadahalsos en la dehesa que es entre San Bartolomé e San Lázaro, allende de la puente, e dos tendas, vna en vn cantón de la tela, e outra al outro cantón. E la tabla fué de vn paño colorado, e los palos en que estaua puesto este paño eran todos de colorados; e cada canto de la tela vn álamo postiço, e ençima de cada álamo su pendón de las armas del condestable. E ellos eran fechos quadrados e pequenos, a la manera de Italia. E bien guarnidos de paños françeses e de paños de oro, según que la rrazón lo rrequería.²⁹

Os ofícios e os acompanhantes dos participantes da justa são descritos de maneira detalhada, repetindo-se as qualificações na ênfase dada à forma como eles se apresentavam. Todos os cavaleiros estavam “vien endereçados”, “muy bien adereçados” ou “bien guarnidos a maravilla”. Nas palavras do cronista:

E estos caualleros eran de los gentiles onbres de su casa que a la sazón vinieron a esta fiesta.

E luego al punto salieron de la villa de Ayllón diez cavalleros vien endereçados, que eran de la casa de Fernán Lopes de Saldaña, su contador mayor, e otros sus cavalleros. [...].

E estando justando, vino Juan de Sylua su criado, señor de la villa de Çifuentes, e con él nueve caualleros, todos de su librea, muy bien adereçados. E luego a poco de ora pareció don Fadrique, conde de Luna, con doze cavalleros, que uenían de vna aldeã de Ayllón que llaman Mançagatos; e traya de su cuerpo quatro pajes muy bien guarnecidos, e traya vnas vças ytalianas de damasco, e los caualleros en que yvan los pajes

²⁷ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 211-212.

²⁸ Em várias passagens, Carrillo de Huete identifica determinada cidade, ou vila, como “logar del condestável”, sendo exemplos o município de Maqueda, a vila de Escalona, Castillnouo, Adradra e Ayllón. CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 129, 162, 195, 197, 236.

²⁹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 129-130.

muy vien guarnidos a maravilla. E los caualleros que con el conde venían trayan sus vças e sobrevistas de caualllos blancas, de la librea del conde, e cada cauallero su pajé guarnido por semejante.

E luego bino Ruy Días de Mendoça, mayordomo mayor del señor Rey [...] con onze caualleros muy bien endereçados. E traya consygo vna ynvencçión fecho a manero de carro, pero trayan omes de a pie. E encima del carro vn pajé assentado que llebava vna lança e vn escudo de azero. E todo muy vien guarnido.³⁰

A justa, que foi “la más fermosa que nunca se fizo en Castilla”³¹, encerrou-se com um jantar feito “muy solenemente” no castelo de Ayllón, para o qual o rei, a rainha Maria, o príncipe e todos os cavaleiros são convidados.³² Os aspectos descritos nesta cerimônia irão repetir-se na narração de outra festividade, oferecida pelo condestável, desta vez em Alcalá de Henares:

Estando el Rey don Juan en Alcalá de Henares, año de 1436 años [...] fizo uma fiesta don Álvaro de Luna [...] muy solene, en que el Príncipe su fijo e caualleros e gentiles onbres que a la sazón en la corte estauan...La qual fiesta fué muy notablemente ordenada, de justas en arnés rreal, de día em vna floresta, e después en su posada de noche con antorchas, en arnés de guerra. Enla qual justaron muchos caualleros; e çenaron el Rey e Reyna e Príncipe en la posada del condestable, ricamente, e fizieron momos e danças que duraron fasta la media noche.³³

E, mais uma vez, encontramos o relato de outra festa organizada pelo condestável em 1436 em Toledo:

E el su condestable fizo la fiesta.

Domingo siguiente corrieron doce toros, e miércoles, día de Santa María, fizo vna justa el su condestable. Sendo él mantenedor con once caualleros; a la qual salió el Rey con otros once caualleros, todos muy ondradamente guarnidos en arnés rreal. E acabada e a la noche, con fachtas, el señor Rey e la Reyna, e todos los otros caualleros com ellos, se fueron a la posada del condestable, donde les fizo sala, segúnd cunplía a tal fiesta.³⁴

A festa foi patrocinada pelo condestável juntamente com outros onze cavaleiros. Esta prática da nobreza era bastante comum durante a Idade Média, e aponta para a complexidade da dinâmica política e cultural da aristocracia, que reforça seus costumes nas

³⁰ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 130-131.

³¹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 131.

³² CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 131.

³³ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 228.

³⁴ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 231.

festividades, em diferentes localidades. Se Álvaro de Luna fora patrocinador do torneio, em 1436, ele já havia sido aventureiro na justa ocorrida em Madri, em 1433, organizada pelo marquês de Santilhana, Iñigo Lopes de Mendoza, e por seu filho, Diogo Furtado. Novamente, o cronista destaca as etapas da cerimônia e a suntuosidade no modo como os cavaleiros se apresentavam:

Fué mantenedor Iñigo Lopes de Mendoza, e Diego Furtado su fijo. E la justa se fizo en el coso, delante de las puertas del alcázar del Rey. E Salíó Iñigo Lopes a la tela con veinte caualleros e quatro pajes; e llebauan vna donzela cavo sy, en vn cosel blanco, e lleuaba trabada la donzela con vna estandarte delante dellos, en que yva fegurado el carneiro encantado con el velloçino de lana de oro.

Luego vino el condestable don Álvaro de Luna, por aventureiro [...]. Él se armó fuera, en el campo [...] E estauan ende el señor Rey, e la reyna doña María su muger. E la cabalgada venía ordenada en esta manera.

Delante del ganado venían fasta cincuenta ginetes, e detrás del ganado fasta otros cincuenta vallerteros. E en pos de los vallerteros venía el condestable don Álvaro de Luna. E traya fasta setenta onbres de armas, muy vien guarnidos de todo lo que avían menester para la justa. E luego el condestable fizo çiertas carreras con Iñigo Lopes, e después mandó que justasen los otros cavalleros suyos con los de Iñigo Lopes.³⁵

Estes são alguns exemplos de cerimônias promovidas por nobres que demonstram que a corte régia, itinerante, se insere e concorre com outros espaços de prestígio. Mesmo que ao se deslocar pelo reino a corte régia não perca sua identidade, notamos que isso tampouco impede que outros personagens apareçam de forma proeminente durante as cerimônias, seja no papel de anfitriões ou de convidados. Tal aspecto é evidenciado em diversos momentos em que se descrevem festas, recepções e jantares promovidos por Juan II.

O primeiro deles é a notável justa ocorrida em Valladolid, em maio de 1434. Álvaro de Luna, no papel de capitão, foi acompanhado por trinta cavaleiros mancebos escolhidos dentre “los grandes que avía a la sazón em toda la corte”.³⁶ A charanga anunciada à porta do palácio convidava o “muy alto e muy poderoso príncipe, Rey e señor”³⁷ para ensaiar uma justa, e requeria alguns nobres para serem juízes:

A la qual essomesmo este cavallero suplica que mande al conde de Buelna, e a Iñigo López de Mendoza, señor de Fita, e al mariscal Pero García, que sean juezes de aquellos caualleros más balientemente se

³⁵ CARRILLO DE HUETE, 1946, p.148.

³⁶ CARRILLO DE HUETE, 1946, p.154.

³⁷ CARRILLO DE HUETE, 1946, p.154.

avrán; a los quales este cauallero, por ondra de su fiesta, tiene ordenado algunos preçios, así como los siguientes capítulos de mostrará.³⁸

Ao meio dia do domingo, Juan II deixou sua pousada, em San Pablo, juntamente com seu condestável e outros cavaleiros, depois de uma parada para se armar.³⁹ Álvaro de Luna partiu para San Francisco “con sus treinta caualleros”⁴⁰, todos bem adornados de verde e amarelo:

E la librea que él e los caualleros trayan era verde e amarillos; e los quince cubiertos de verde, e cuviertos los cauallos de este mesmo paño, e los otros quince vestidos de amarillo, e las cuiertas eran esso mesmo de este paño[...]. E llegando así a la tela, pasaron por ella, según costunbre de justadores, teniendo delante dellos atabales e muchas tronpetas. E desde fueron en cavo de la tela, fiziéronse dos partes, e los vnos quedaron en el vn cabo, e los otros se fueron al outro. E luego mesclaron e voluieron su justa mucho ondradamente vnos con otros; e andaron asy bueltos.⁴¹

Posteriormente, é a vez do rei Dom Juan, vestido de verde e carregando um escudo dourado, justar com dois cavaleiros, sendo um deles Diego Gomes Manrique, filho do “adelantado” Pedro Manrique. Com o fim da participação do monarca e do condestável, os cavaleiros passam a lutar entre si, momento que Carrillo de Huete diz ter havido “muy fuertes e rezios enquentros”⁴², citando o desfecho de alguns dos embates:

E quedaron algunos de aquellos caualleros desmarcados de los arneses, e los dos dellos de los yelmos, que ge los llebaron de las caueças. Los quales fueron estos: Pedro de Sylua, fijo de Gomes de Sylua, llevó el yelmo de la caueça a Gonçalo de Quadros; e don Martín de Guzmán, fijo de don Álvaro Pérez de Guzmán, alguazil mayor de Sevilla, llevó el yelmo a Fernando de Guibara, fijo de don Pedro Veles de Guibara.⁴³

A participação de nobres oriundos de outros lugares atesta que estas cerimônias envolviam uma grande quantidade de aristocratas que se fortaleciam como grupo na medida em que se reconheciam como iguais e se comportavam honradamente. Esta festa em Valladolid contou com a presença de uma grande quantidade de pessoas, como é mostrado no seguinte trecho:

³⁸ CARRILLO DE HUETE, 1946, p.154-155.

³⁹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 156.

⁴⁰ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 156.

⁴¹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 156.

⁴² CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 157.

⁴³ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 157.

A la qual justa suso dicha, vinieron la Reyna doña Maria e el Príncipe don Errique su fijo, e otros muchos condes e perlados e caualleros e ricos-omes que a la saçón era en la corte del Rey, e otros muchos escudeiros e gentiles omes e dueñas e donzelas, e de otra gente muy mucha. Tanta, que era más de diez mil personas, entre los vnos y los otros.⁴⁴

Mais uma vez, ao final da justa, o rei, a rainha, o príncipe, seus acompanhantes, justadores, cavaleiros e escudeiros, donas e donzelas vão para a pousada em San Pablo e lá fazem “muchas danças de muchos omes vien guarnidos, e la señora Reyna e muchas dueñas bien arreadas a marauilla com ella”. Após a dança, todos comem na mesma estância:

E feçieron e feçieronse muchos momos, e vien guarnidos, e çenaron allí en sala.

En la mesa del Rey çenaron la Reyna [...] e el príncipe don Enrrique [...], e doña Beatriz, fija del rey don Doniz de Portugal, nieta del rrey don Enrrique e tía del Rey. E çenaron en la sala del dicho condestable el arçobispo de Santiago, e el arçobispo de Seuilla, hermano del condestable, e el adelantado Pero Manrique, e el conde don Garçía Fernández Manrique, e el conde don Pero Niño, e otros muchos caualleros, cada vno según convenia.⁴⁵

Após o ritual de comensalidade, os juízes pronunciam a sentença e atribuem os prêmios aos melhores justadores. O monarca encabeça a lista dos premiados e é qualificado pela “virtude de su magnífica rreal persona”, ganhando um cavalo como honraria. Mas ele não é o único a ser reconhecido; estão também listados seu condestável e outros notáveis cavaleiros como Juan Niño, Pedro de Acuña, Juan de Merlo, Carlos de Arellano e Alfonso Niño.⁴⁶ A lista de agraciados ainda contempla todos os que se esforçaram, mas cuja premiação fica a cargo de favores amorosos:

después déstos a quien estos son señalados, se son mostrados más rregulosos e mejores encontradores, e auer fecho más e mejores carreras que ninugno de todos los otros, rrogamos e pedimos de graçia a sus señoras e amigas que en rremuneración e galardón de sus trauajos lo araçen e fagan buena fiesta.⁴⁷

⁴⁴ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 157.

⁴⁵ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 158.

⁴⁶ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 160.

⁴⁷ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 160.

O reconhecimento de nobres em cerimônias patrocinadas pelo rei constata-se igualmente nas recepções que Juan II oferece a seus pares, independentemente de serem parentes. Seleccionamos três dessas formalidades nas quais o monarca acolhe outras pessoas em sua corte e como seus convivas também devem reconhecer aqueles que visitam a corte régia. Na recepção a Dom Gutierre de Sotomayor, no ano de 1432, encontram-se tais características:

[...] vino ende a la su corte el maestre de Alcántar don Gutierre de Sotomayor [...] E salieronlo a rresçebir el condestable Áluaro de Luna, e el arçobispo de Santiago don Lope de Mendoça, e don García Fernández Manrique, conde de Castñeda, e Fernán Lopes de Saldaña, e los doctores Periañes e Diego Rodrigues, e el relator Fernando Días de Toledo, e Jhoan de Sylba, e Juan de Merlo, e todos los donzeles de la casa del Rey, e otros muchos rricos-omes que ala sazón [estauan] en la corte dél. E todo asy vinieron juntamente con el maestre fasta palácio del Rey [...]. El maestre, e todos los sobredichos con él, entró en palácio a vesar manos e fazer rreberencia al Rey. E fecha la dicha rreberencia, despedióse del Rey, e fué con el condestable a comer, con çiertos caualleros de su casa e del maestre, e otros del Rey que con él venían.⁴⁸

O mestre de Alcântara visitara a corte régia, em Ciudad Rodrigo, para jurar lealdade ao monarca.⁴⁹ A entrada de Dom Gutierre Sotomayor é cerimoniosa, assim como o juramento feito por ele, pois “fizo omenaje en las manos del senõr Rey por las fortalezas que tenía en su maestradgo de Alcántara, e de los acojer a él o al Príncipe Enrrique su fijo, ayrado o pag[ad]o, con pocos o muchos”.⁵⁰

Tanto Ciudad Rodrigo, onde estava localizada a corte régia neste episódio, quanto os domínios do mestrado de Alcântara constituíram ambientes prestigiosos onde se desenrolou o jogo político associado aos rituais de corte. O mestre promete acolher o monarca e seu filho quando necessário, independentemente das circunstâncias em que eles se encontrassem – alegação que nos leva pensar que ele não só prioriza bem servir o monarca, mas também que expressa que tem condições de fazê-lo. Em resposta ao juramento do mestre, novamente o monarca utiliza seu pendão real como forma de reconhecimento pelos serviços prestados:

E este maestre fizo el juramento, e luego entrególe el Rey tres pendones blancos [...]

⁴⁸ CARRILLO DE HUETE, 1946, p.138-139.

⁴⁹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p.139.

⁵⁰ CARRILLO DE HUETE, 1946, p. 139.

El vno va vna cruz prieta, y el outro vna cruz verde e el outro vn estandarte e vna cruz verde.

E asy dados los pendones, dixo el Rey:

- Yo vos fago maestre, e vos entendo fazer otras muchas mercedes por los señalados seruicios que me fezistes.⁵¹

A segunda recepção organizada por Juan II ocorreu em 1435, em Soria, para a chegada de sua irmã, dona Maria, rainha de Aragão.⁵² Ela vinha com prelados, cavaleiros e gentis homens, e todos são recebidos com “mucha fiesta, como aquella hermana que él amaua mucho”.⁵³ O rei e seu condestável reconhecem o status de Maria e de todos os que a acompanhavam, oferecendo presentes e honrarias, tal como se esperava de homens de sua categoria:

E su condestable don Álvaro de Luna fizo grandes conbites, así a la rreyna como a todos los señalados honbres que con ella venían, e dióles mulas e otras cosas que se acostunbrauan dar los tales hombres como é el las tales fiestas como estas.

[...] E la rreyna partio de Soria viernes [...] e el Rey partio el sábado siguiente. E antes que de ay partiese la rreyna, dióle el Rey su hermano valía de doze myll florines de oro en joyeles y en paramentos de Arras. E de allí envió el Rey a Gomes Carrillo, su camareiro, fijo de López de Vasques de Acuña, con la rreyna su hermana, fasta Çaragoça, donde estava la ynfanta doña Catalina, hermana del Rey legítima de padre y madre, a la qual llevó en paños de seda e de lana, e en dineros, valía de quatro myll florines.⁵⁴

O terceiro exemplo dessas recepções promovidas por Juan II, que envolvem diferentes espaços de prestígio, relaciona-se à chegada de um alemão, chamado Ruberte, à cidade de Segóvia, onde estavam instalados o rei e sua corte. Desde o início do capítulo acerca dessa visita, o cronista informa que se tratava de alguém com bastante prestígio, pois era “señor de Valsa, e él era hombre de manera [...] y traya consigo sessenta caualgaduras [...] y traya otros diez y ocho gentiles honbres, que cada vno traya su empresa, e el señor Ruberte la suya”.⁵⁵ Juan II, juntamente com seus homens, mostra-se disposto a acolher este senhor de acordo com o nível de sua grandeza, recorrendo a outro nobre para alojar o alemão:

⁵¹ CARRILLO DE HUETE, 1946, p.139-140.

⁵² Maria de Castela era irmã mais velha de Juan II e casou, em 1415, com seu primo Alfonso V, rei de Aragão.

⁵³ CARRILLHO DE HUETE, 1946, p. 221.

⁵⁴ CARRILLHO DE HUETE, 1946, p. 221.

⁵⁵ CARRILLHO DE HUETE, 1946, p. 214.

E el Rey [...] mandóle aposentar en vna posada de Fernando de Luna, alta, donde posó dicho señor Ruberto, cauallero e gentiles honbres. La qual posada fué guarnida de rricos paramentos e camas muy rricamente; e le fezieron sala e muchas onras, e saliéronlo a rescevir los condes e caualleros e gentiles honbres que a la sazón en la corte del señor Rey estaban.⁵⁶

Apesar da recepção cerimoniosa que a corte castelhana oferecia ao senhor alemão, este dispensa a formalidade e entra na cidade ainda pela manhã. A atitude desperta a curiosidade de Juan II, pois “el señor Rey maravillóse dello, e preguntóle que por qué lo avía asy fecho; e rrespondió que por no enojar a su merced ni dar trabajo a los de su corte, e lo outro que su costunbre era de se lleuantar de mañana.”⁵⁷

Mesmo diante da recusa, o rei castelhano e seus gentis homens tentam agraciar o senhor alemão, oferecendo-lhe joias preciosas e cavalos apetrechados. Mais uma vez, Ruberte resiste em receber as gentilezas:

El señor Rey envió al dicho Rubert muchas joyas preçiadas, e caualllos guarnidos, e otras cosas; de lo qual no quiso rresçeuir cosa alguna, deziendo que quando de su tierra avía salido avía fecho voto de non rresçebir cosa alguna de rrey ni príncipe ny de outro señor. E tanto le afincó el señor Rey, a que ovo de rreçevir la devisa solamente del Collar del señor Rey de Castilla.⁵⁸

Apesar da recusa em relação a certas cerimônias, o desfecho da visita se dá com um pedido de mercê por parte de Ruberte. O alemão pede ao monarca castelhano uma carta que o autorizasse a entrar em terra de mouros, juntamente com Fernán Álvarez, senhor de Valdecorneja, com o objetivo de que este o armasse cavaleiro lá, bem como aos homens que o acompanhavam. Juan II atende ao pedido de Ruberte, reconhecendo-o, honradamente:

E al señor Rey plógole dello, e dióles sus cartas para el dicho Fernánd Álvarez, que luego entrase con ellos e los armase cavalleros. E partieron de Segobia, e fueron a Fernánd Álvarez, e diéronle las cartas del señor Rey; e entraron en tierra de morros, e todos prouaron muy vien. E allí se araron todos veinte caualleros, e se tornaron para su tierra.⁵⁹

⁵⁶ CARRILLHO DE HUETE, 1946, p. 214.

⁵⁷ CARRILLHO DE HUETE, 1946, p. 214.

⁵⁸ CARRILLHO DE HUETE, 1946, p. 214-215.

⁵⁹ CARRILLHO DE HUETE, 1946, p. 215.

Percebe-se, então, que as formas que envolvem as cerimônias, como as já citadas, mostram que a lógica do prestígio envolve todos os participantes, tanto anfitriões como convidados. Ambas as partes se retroalimentam dentro de seu próprio grupo social, partes que se destacam daqueles indivíduos que não pertencem à nobreza, mas que assistem e participam da exibição pública. Juan de Silva, Alfonso Álvarez, Álvaro de Luna e Iñigo Lopes de Mendoza oferecem festas ao monarca e ao resto da corte à altura daquilo que a nobreza deve receber. Da mesma maneira, o monarca também deve promover cerimônias para reconhecer seus iguais e recompensá-los pelo seu status e serviços, a exemplo das recompensas dadas aos cavaleiros que justaram em Valladolid e às recepções oferecidas ao mestre de Alcântara, à irmã Maria e ao cavaleiro Ruberte.

Com base nesta constatação, entendemos que a lógica do prestígio para a nobreza medieval parece ser mais complexa do que para a nobreza moderna. Enquanto no século XVIII a lógica do prestígio está diretamente vinculada a uma única corte, especialmente fixada, na Idade Média notamos a existência de vários cenários e situações capazes de servir como espaços de prestígio: uma corte régia itinerante e domínios da nobreza em diferentes localidades – seja em Madri, Toledo, Ciudad Rodrigo, Alcalá de Henares ou na vila de Ayllón.

CONCLUSÕES

Sabendo das intenções enaltecedoras que as crônicas régias possuem e, paralelamente, analisando a narrativa do documento, consideramos que a repetição e a descrição das diversas festividades no *Halconero* permitem considerar a importância que aqueles nobres castelhanos davam à sua própria cultura e às maneiras de agir publicamente. A valorização desses costumes tradicionais – tanto por parte do cronista quanto dos senhores que encomendavam as crônicas – além de enaltecerem os locais e os participantes das cerimônias ocorridas no reinado de Juan II (festas, justas, entradas reais, banquetes, etc.), serviam de modelo futuro para o que seria uma corte ideal.

Tais aspectos subjetivos da dinâmica curial, baseados na exibição e no controle de um determinado modo de vida e na própria lógica do prestígio, refletiam a maneira como aqueles indivíduos idealizavam um modelo de sociedade e como se comportavam a partir dele. Ligados diretamente aos rituais e às cerimônias, estas particularidades nos mostraram

como o jogo de poder dentro e fora da aristocracia de corte era sentido e visto pela sociedade medieval. Percebemos que a itinerância do rei e de sua corte ainda era uma das condições necessárias para que ele demonstrasse todo seu poderio e esplendor. O “andar pelo reino” possibilitava que o monarca conhecesse, fosse reconhecido e se apropriasse dos espaços por onde passava, ampliando e alimentando seu próprio prestígio.

Em contrapartida, os nobres destas vilas e cidades visitadas também se fortaleciam com a presença física de Juan II e dos outros nobres que o acompanhavam. A bajulação e emulação entre os personagens e grupos que participam desse cenário ao redor do monarca são traços que evidenciam a pluralidade de atores na corte, de grande protagonismo, sem os quais a corte da baixa Idade Média seria impensável. Portanto, os grandes senhores são, ao lado do rei, responsáveis pelo prestígio da corte. Nos parece pouco acertado estudar esse importante espaço de poder como um local espacialmente fixo, socialmente homogêneo e monopolizado politicamente pelo monarca.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

Ana Cláudia Pinto Corrêa

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Docente e Coordenadora de Pós-Graduação do Centro Universitário da Fundação Educacional
Guaxupé
E-mail: anaclio15@hotmail.com

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.11002>

Recebida em 10 de maio de 2017

Aprovada em 12 de julho de 2017

A cidade e os adjetivos – ordem, politização, letramento – que a definem, constituem o caminho que o leitor deverá seguir para desvendar, da idealização à edificação, da preponderância das letras ao alcance do poder, como a cidade latino-americana da época colonial, de certa forma, se perpetua até a atualidade.

No Capítulo I – *A cidade ordenada* – é desenvolvida, com intensidade, a ideia de que, teria sido na América – principalmente em sua porção espanhola – que os europeus puderam concretizar o projeto de construção de uma cidade racional e planificada. Mais ainda: o Novo Mundo seria o único lugar em que esse “sonho” poderia se tornar tangível. No entanto, o preço a ser pago por este continente foi caro, uma vez que os colonizadores utilizaram o princípio da *tabula rasa* frente ao desconhecido. Foi então, a partir daí, que ganhamos um modelo urbano de duração secular: a cidade barroca, forjada nos séculos XVI e XVII.

É bem verdade que no fundo da bagagem dos europeus, encontravam-se resquícios medievais. Foi então a América que os ingressou no que o autor denomina de capitalismo expansivo e ecumênico. Imbuídos deste dúbio pertencimento, seus antigos modelos urbanos serão ressignificados, posto que a vivência da nova realidade permitirá uma extrapolação não só da idealização, mas de sua reificação.

Acredito que aquela ressignificação, seja, na verdade, a concretização do espaço urbano como entendido por Arantes¹, no sentido em que sua estruturação não antecede nem decorre do social, mas de fato o constitui, mantendo entre si relações de interdependência,

¹ ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

para que não se produza o que ele denota de efeito perverso, ou seja, a cisão entre os estudos a respeito do espaço urbano (edificado) e aqueles sobre os processos sociais.

Para que esta *cidade idealizada* se efetivasse, seria necessário um prévio desenho urbanístico, voltado ao futuro resultado esperado. Era o “sonho da razão”, que se deslindaria, na América Latina, por meio do desenho – tabuleiro de xadrez – que reproduziria as cidades barrocas e, tal qual o jogo, os princípios a seguir seriam o da planificação e, sobretudo, o da ordem. A mensagem para o funcionamento desse modelo era clara; a distribuição do espaço urbano deveria assegurar a forma social oriunda da Espanha ou de Portugal, pois era do centro do poder que se originava a constituição física da cidade.

Ora, isso é perceptível nos decretos reais: primeiramente a cidade deve ser idealizada, mas também ordenada (já que a ordem pré-existe a qualquer ato material de seu estabelecimento). E, para ratificar sua existência, garantindo a posse do novo território, a orientação real era para que houvesse uma escritura. Assim, a palavra escrita – europeia – fazia sua entrada triunfante nos domínios coloniais e, mais uma vez, acredito perpetrar-se a renúncia à alteridade, já que povos indígenas tinham desenvolvido a vida urbana em seu meio.

O desenho gráfico viria, por sua vez, complementar a autoridade conferida pelo saber escrito. Era a vitória do signo, por sua perenidade, inalterabilidade e, aqui, mecanicidade, além de se coadunar com uma época prenhe de utopias. Não por acaso, o autor remete à Utopia de Morus: não foram as cidades da ilha meticulosamente planejadas para que nelas se encaixasse a perfeição da sociedade também idealizada?

As cidades americanas, desde o início, apresentaram uma duplicidade, a que correspondia à ordem física e a que correspondia à ordem dos signos. Ora, não teria tido a América como um todo uma vida dupla, maniqueísta, por meio do embate entre o certo, o desenvolvido, o progresso, a civilização, herdados dos europeus e o errado, o atrasado, o conservador, a barbárie, herdados dos povos indígenas? Os dois últimos adjetivos comparados foram séculos depois utilizados como baliza por Sarmiento – presidente argentino – em cuja obra, *Facundo*, expressou sua oposição ao campo comandado por caudilhos e a defesa da *urbe* como fonte da civilização. Aliás, as cidades americanas teriam sido incumbidas, desde um passado longínquo, de civilizar o seu entorno.

O Capítulo II – *A cidade letrada* – nos apresenta a atuação dos letrados, grupo social especializado do qual emanaria o poder institucionalizado, em sua missão civilizadora.

Composto por eclesiásticos ou leigos, constituiu majoritariamente a burocracia colonial, incumbida da comunicação entre metrópole e colônia. Mais que isso, não apenas serviram a um poder (rei, Igreja), mas conseguiram, igualmente, transformarem-se em seus donos.

A vitória da palavra escrita sobre a palavra falada, a rigidez da primeira *versus* a fluidez da segunda, ou a erudição – fonte da autoridade metropolitana – de um lado e o universo oral – representativo da derrota e submissão – dos ameríndios, de outro. Dessa forma, o Capítulo III – *A cidade escriturária* – nos coloca, *vis-à-vis*, a uma pretensa superioridade dos letrados em relação à sociedade ordinária. Assim, a sacralização da escritura se impôs e se perpetrou até mesmo após o processo de independência.

Em termos linguísticos, verificamos novamente um dualismo entre uma língua pública – peninsular em sua origem e utilizada pelos representantes do poder – e uma popular, falada no cotidiano da vida privada ou nas relações sociais inseridas em um mesmo estrato (plebe). A segunda caracteriza-se pela sua constante mutação, o que lhe confere um caráter dinâmico; porém a *cidade letrada* interpretará essa flexibilidade como sinal de ignorância e barbarismo. Na outra margem, impõe-se a rigidez da língua considerada culta; fato que proporcionou uma unidade em seu funcionamento.

O processo de independência da América Espanhola, iniciado em 1810 trouxe uma luta armada por anos afora, levando à implantação de governos republicanos. Se por um lado presenciamos certo rompante inovador, por outro assistimos à permanência da *cidade das letras*, que agora se colocava a serviço dos governantes americanos e, uma vez mais, repetia-se o descompasso entre a função escriturária e a sociedade real, perceptível principalmente nas Constituições recém-criadas. Desta feita, houve a necessidade de se criar uma organização educacional para fornecer a “matéria prima” aos cargos governamentais. Para tanto, tratou-se novamente de se atentar à língua, de decidir qual seria a legalmente representativa dos Estados que por hora nasciam.

Apresentou-se então o embate entre a linguagem falada nas ruas e a dos letrados, que guardava a herança da corte espanhola. Mas havia ainda uma nova perspectiva nesta disputa, qual seja, a independência literária que acompanharia a própria independência política, desembocando em uma literatura nacional.

A *cidade letrada* venceu sua primeira prova com o processo de emancipação e a segunda teria início por volta de 1870, com a entrada em cena da modernização. O Capítulo

IV, *A cidade modernizada*, propõe nos mostrar como em seu bojo desenvolveu-se um setor que, recentemente incorporado às letras, passou a desafiar o poder instituído.

Os novos intelectuais (fundamentavam-se nas novas correntes racionalistas, como o positivismo) – os pedagogos, em especial – começaram a colocar os “doutores” em xeque, bem como as universidades que os criaram, ao demonstrarem a dissociação entre eles e a realidade. E com quais instrumentos essa oposição enfrentou o encastelamento daquela “cidade”? Primeiramente, tratou-se de reconhecer a supremacia da letra para nela introduzir novos grupos sociais. Daí se originaram as leis de educação comum, que resultaram na ampliação da universidade através das escolas técnicas – influência positivista – no intento de equilibrar a hegemonia de médicos e advogados. Assim, é do setor acadêmico que emergirá um espírito crítico apto a absorver as demandas dos grupos sociais mais pobres, notadamente urbanos. O jornalismo, setor em crescimento, passou a absorver a nova intelectualidade. Seu valor residiu no fato de não se colocar na órbita do Estado.

A cidade letrada e modernizada assumiu outra incumbência, a da extinção das culturais rurais – cuja transmissão da tradição se dava via oralidade – pois o território nacional deveria ser integrado sob a égide da capital, sob o olhar urbano, em que se pese o triunfo da civilização liberal contra a barbárie. Cabe aqui uma referência a Calvet², para quem o conflito entre a palavra falada e a escrita, é denominado racismo linguístico, uma vez que, mesmo havendo a possibilidade de as línguas sem escrita serem transcritas, sua utilização permanecerá em áreas “subalternas”. A relação se repete: linguagem escrita e cultura, relembrando a percepção da permanência do conflito entre centro e periferia ou, por que não, da luta de classes?

Se, para Williams³, a cotidiana luta de classes está presente em todos os planos da vida social, bem como os instrumentos garantidores da hegemonia, é compreensível identificarmos a língua como um dos elementos utilizados na manutenção e disputa pelo poder – primeiramente pelo colonizador e depois pelas elites americanas. Rama menciona dois pontos neste sentido. Um deles é o que diz respeito à nova vitória da *cidade das letras*, pautada no fato de que a manutenção da memória, antes oral, agora é “garantida” pelas letras, e letras urbanas. O segundo demonstra que a cultura rural não foi extinta, mas apropriada

² CALVET, Louis-Jean. *Tradição Oral e Tradição Escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

³ WILLIAMS, Raymond. *Maxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

pelo projeto nacionalista, cuja legitimação do sentimento nacional precisava do componente popular. Não seria essa uma estratégia, no sentido da constante necessidade de se reconstruir as posições hegemônicas?

A cidade que estava em processo de modernização, agora dá início à sua politização. O Capítulo VII – *A pólis se politiza* – retrata aspectos econômicos e políticos da América Latina a partir do centenário da Independência (entre 1910 e 1922), marco utilizado pelo autor quase como um divisor de águas, já que este teria sido seu segundo nascimento. Cenário em que se apresenta a Revolução Mexicana, iniciada em 1911; em que os Estados Unidos dão impulso a seu imperialismo no continente e a América passa a incorporar doutrinas como o socialismo, anarquismo e comunismo.

Ora, os letrados continuaram onde sempre estiveram: na órbita do poder. Esses escritores modernizados acabaram por assumir uma função ideologizante, por meio de uma superpolítica educativa (palavras do autor) que, com seu caráter laico, deveria ocupar o lugar das crenças religiosas. Esses intelectuais estavam integrados ao discurso intelectual do Ocidente, notadamente de matiz francês. Entretanto, houve quem se preocupasse com a introjeção passiva das ideias europeias.

O Capítulo VIII – *A cidade revolucionada* – encerra esta obra anunciando o princípio da “era das revoluções” na América Latina. A demarcação utilizada é a Revolução Mexicana de 1911 (o mesmo ano que teria marcado o início do século XX em nossas terras). Na verdade, nessa nova era inaugurada, são destacados não só movimentos revolucionários (Cuba, Nicarágua), mas também movimentos transformadores como a *disciplinada democracia* de Vargas no Brasil, o justicialismo (Idem) de Perón na Argentina e o socialismo de Allende no Chile.

Outra transformação vista é aquela que recai sobre o partido político, que tem ampliado o número de membros. Os intelectuais irão ocupar suas cadeiras, mantendo a mesma postura anteriormente vislumbrada: apenas o exercício do poder permitiria a implantação de mudanças na sociedade.

No início deste trabalho, a sugestão foi para nos embrenharmos na relação entre o espaço e os sujeitos sociais. Assim, opto por encerrá-lo reforçando esta visão a partir de uma das ideias de Gupta e Ferguson⁴, segundo a qual o controle do espaço é visto como uma

⁴ GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 30-49.

condição das relações hegemônicas, obtendo um alcance para além do domínio territorial, se partirmos do pressuposto que espaço e sujeito promovem uma contínua troca de informações e saberes.